



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

A ODEBRECHT NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA (2007-2010)

LUIZA TESSER DONIDA

Foz do Iguaçu
2018



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

A ODEBRECHT NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA (2007-2010)

LUIZA TESSER DONIDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa

Foz do Iguaçu
2018

LUIZA TESSER DONIDA

A ODEBRECHT NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA (2007-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
UNILA

Co orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof^a. Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Micael Alvino da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, 15 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Com carinho especial queria agradecer a minha família, ao meu pai, minha mãe e meus amados irmãos, que muito são responsáveis pelo o que sou hoje, e aos meus parentes próximos, minhas tias, minha prima Pamella e meus avós, por todo o suporte que me foi dado durante essa caminhada. Chegar até aqui não foi fácil e ter contado com a ajuda de vocês foi essencial para o meu desempenho.

Da mesma forma, gostaria de agradecer aos meus amigos, velhos e novos, que me auxiliaram atentamente nesse percurso. Em especial quero agradecer à Maya, minha companheira de caminhadas, à família Zanette, à Maria Natalia, à Emilly, à Mônica, ao Petterson, ao Gabriel C., ao Gabriel R., ao Thaynan e ao Fabricio.

Por fim, agradeço a todos os meus professores que colaboraram para o meu desenvolvimento acadêmico, com carinho àqueles que nesse trajeto fizeram o papel de meus orientadores, principalmente à Paula, ao Fernando, ao Marcelino e ao Mamadou.

DONIDA, Luiza Tesser. A Odebrecht nas relações entre Brasil e Angola (2007-2010). (84 páginas). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

O eixo de inserção internacional do Estado brasileiro tem se alterado nos últimos tempos. A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve mudanças no formato da projeção brasileira no ambiente internacional. Apesar de tal mudança, não houve, todavia, uma ruptura na busca pelos clássicos preceitos da inserção internacional brasileira por meio da política externa. A corrida por autonomia e desenvolvimento continuou a ser o motor da atuação brasileira no cenário internacional. A devida administração foi marcada por uma tonificação mais proativa em relação a política externa brasileira, que demonstrou possuir evidente reclamo terceiro-mundista, podendo-se concomitantemente a isso, observar nesse período grande desempenho de capitais de base brasileira no exterior. Nesse sentido destaca-se a atuação do grupo empresarial das empreiteiras brasileiras de grande porte, que apresentaram grande desenvoltura no continente americano, principalmente sul-americano, e africano, ademais de outras regiões do mundo em dito período. O incentivo outorgado pelo Estado a esses atores, por meio da política externa, mostrou-se significativo durante a gestão governamental em questão, visto que nesse período houve grande aumento no lucro das receitas dessas empresas. Para trabalhar com essa relação mutualista a presente pesquisa trata de explorar a atuação da Organização Odebrecht S.A (CNO) através da política externa brasileira para a África, mais especificamente em Angola, durante a segunda gestão governamental de Lula da Silva (2007-2010). Desse modo, a hipótese sobre o incentivo estatal será defendida através da apresentação numérica dos lucros da empresa em questão, sendo esta antecedida por uma discussão teórica a respeito da diretriz de política externa brasileira de Cooperação Sul-Sul, que se expôs como agente facilitador do processo de transnacionalização do capital brasileiro em jogo.

Palavras-chave: Política Externa. Cooperação Sul-Sul. Organização Odebrecht S.A (CNO). Empresas Multinacionais.

ABSTRACT

The international insertion axis of the Brazilian State has changed recently. From the government of Luiz Inácio Lula da Silva, there were changes in the format of the Brazilian projection in the international environment. Despite such changes, there wasn't, nevertheless, a rupture in the quest for the classic precepts of the Brazilian international insertion through foreign policy, so the race for autonomy and development continued to be the engine of Brazilian action in the international scenario. This administration was marked by a more proactive tone in relation to Brazilian foreign policy, which proved to have a clear third-world claim. At the same time, it was possible to observe, in this period, a great performance of Brazilian based capital abroad. In this sense, it is worth noting the performance of the business group of large Brazilian contractors, who presented great resourcefulness in the American continent, mainly South American, and African, in addition to other regions of the world in that period. The incentive granted by the State to these actors, through foreign policy, was significant during the governmental management in question, since in that period there was a great increase in the profit of the companies' revenues. In order to work with this mutual relationship, the present research tries to explore the achievements of the Odebrecht Organization S.A (CNO) through the Brazilian foreign policy for Africa, more specifically for Angola, during the second governmental administration of Lula da Silva. Thus, the hypothesis on the state incentive will be defended through the numerical presentation of the profits of the company in question, preceded by a theoretical discussion about the Brazilian foreign policy of South-South Cooperation, exposed as an agent facilitator of the process of transnationalization of Brazilian capital at stake, and in parallel will be presented the ingenious game of action of this multinational company in the Angolan territory.

Keywords: Foreign Policy. South-South Cooperation. Odebrecht Organization S.A (CNO). Multinational Companies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
AFD	Agence Française de Développement
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AHE	Ampliação de Usina Hidrelétrica
ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APIEX	Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIOCOM	Companhia de Bioenergia de Angola
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRENCO	Companhia Brasileira de Energia Renovável
BRICS	Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
BRT	Bus Rapid Transport
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CBPO	Companhia Brasileira de Projetos e Obras
CDB	China Development Bank
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPD	Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento
CI	Cooperação Internacional
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CINDES	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
CINFOTEC	Centro Integrado de Formação Tecnológica
CLOD	Centro Logístico de Distribuição de Huambo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CNS	Cooperação Norte-Sul
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DS	Diretor Superintendente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMN	Empresa(s) Multinacional(ais)
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América

FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDC	Fundação Don Cabral
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo e Serviços
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FI-FGTS	Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
G-77	Grupo dos 77
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GOE	Gabinete de Obras Especiais da presidência
GPL	Governo Provincial de Luanda
GTEX	Grupo Técnico de Estudos Estratégicos de Comércio Exterior
IBAS	Índia-Brasil-África do Sul
ICO	Instituto Crédito Oficial
IDB	Investimento Direto Brasileiro
IED	Investimento Externo Direto
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JBIC	Japan Bank for International Cooperation
KFW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
LE	Líder Empresarial
LGT	Lei Geral do Trabalho da República de Angola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPNA	Movimento dos Países Não Alinhados
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NHB's	Necessidades Humanas Básicas
NIB	Nordic Investment Bank
NOEI	Nova Ordem Econômica Internacional
OAE	Odebrecht Angola – Construção e Projetos de Energia Ltda
OAL	Odebrecht Angola – Projetos e Serviços, Ltda
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai
ODM	Objetivos do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PEB	Política Externa Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRM	Países de Renda Média
PRODEL	Empresa Pública de Produção de Eletricidade
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SEK	Swedish Export Credit Corporation
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda
SGPC	Sistema Global de Preferências Comerciais
SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
SODEPAC	Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda
SONANGOL	Sociedade Nacional de Petróleo de Angola
UECSS	Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNAVEM III	Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INSERÇÃO INTERNACIONAL PELA POLÍTICA EXTERNA	14
1.1 COOPERAÇÃO SUL-SUL	15
1.1.1 A CSS a partir de Bandung	19
1.1.2 A CSS após o auge	23
1.1.3 As empresas privadas nas relações sul-sul	27
1.2 O BRASIL NAS RELAÇÕES SUL-SUL	30
1.2.1 Outros atores da CSS.....	33
1.3 ANGOLA E AS RELAÇÕES SUL-SUL	36
1.3.1 Relações com as potências	36
1.3.2 Relações com a periferia	40
1.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	42
2 ATUAÇÃO DA ODEBRECHT EM ANGOLA (2003-2010)	45
2.1 A <i>HOLDING</i> ODEBRECHT S.A E O BNDES	46
2.1.1 A importância do BNDES	51
2.2 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS (2007-2010)	55
2.3 A ODEBRECHT EM ANGOLA	64
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as relações entre a Organização Odebrecht S.A (CNO) e o Estado brasileiro, no período de 2007 a 2010, mais especificamente tratando da atuação da empresa em Angola. O objetivo dessa pesquisa é analisar aspectos da atuação da Odebrecht em Angola, através da ajuda estatal do governo brasileiro, durante a segunda gestão de Lula da Silva, no que tange às suas ações de inserção internacional por meio da política externa, pela Cooperação Sul-Sul (CSS)¹.

A escolha para análise da atuação desse ator empresarial deve-se ao fato de que se tornou um grupo de interesse brasileiro no cenário internacional, o que influencia a economia e a política do país. Trata-se de uma empresa brasileira de grande porte, com crescente presença no ambiente internacional. Durante os anos do governo de Lula da Silva ocorreram relações crescentes com o exterior, que entre outros continentes, marcou forte presença no continente africano, marcadamente em Angola, país que se tornou fundamental para as atividades da empresa, logo se analisa Angola pela sua importância dentro das atividades da empresa e pela consequente relevância do país nas relações com o Brasil.

O aporte conceitual que guia a análise é a Cooperação Sul-Sul. Utiliza-se a abordagem da CSS como um emaranhado de conceitos, influenciados por fatores históricos, que norteiam ações de política externa dos Estados. Sendo assim, essa é abarcada como uma diretriz de política externa. A política externa é compreendida, nesse trabalho, como uma parte da política geral, influenciada por grupos de interesses, com o objetivo de projetar os interesses nacionais na esfera internacional, direcionando assim as relações desse ator com ou demais atores da sociedade internacional (CALDUCH, 1993).

A justificativa para a realização dessa pesquisa está no fato de que a mesma trabalha com questões atuais e de grande importância, como grupos de influência, a ação do Estado e a interação entre mercados mundiais, política e economia. A respeito disso, Miriam Gomes Saraiva aborda que o fim da Guerra Fria foi acompanhado pelo predomínio do pensamento neoliberal no campo econômico, político e social e tal percepção alterou a forma como o Estado é concebido e suas atividades operacionais, tanto internas como externas. Esta tendência marcou a forma como os países

¹ Resultado parcial deste trabalho, com as conclusões preliminares, foi apresentado no GT de Pensamento Político e Social na América Latina do IX Seminário Nacional Sociologia e Política, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, entre os dias 16 a 18 de maio de 2018. As sugestões apresentadas no debate do respectivo GT foram avaliadas e aquelas julgadas pertinentes foram incorporadas a esse trabalho.

buscam se inserir internacionalmente, impactando na formulação e aplicação de suas políticas externas (SARAIVA, 2007). Essa lógica neoliberal, para Maria Regina Soares de Lima, promoveu uma grande integração entre os mercados econômicos e financeiros de todo o globo terrestre, no qual os canais de comunicação e o desenvolvimento tecnológico foram elementos fundamentais para a concretização de tal processo e sua contínua atualização, tendo o mesmo chegado ao ponto de possibilitar a expansão de modelos estatais capitalistas, de uma nação a outra, o que aconteceu, entre outras formas, via expansão de capitais transnacionais (LIMA, 2005). Sendo assim, percebe-se que a temática aqui abordada considera temas diretamente relacionados com a área das Relações Internacionais, pois relacionam as dinâmicas do mundo atual com o objeto e objetivo dessa pesquisa.

A importância dessa pesquisa está na contribuição que a mesma trás para os debates teóricos sobre a CSS e as relações entre mercado e Estado. Nesse mesmo sentido o presente trabalho contribui do ponto de vista a discutir a ideia da lógica solidária da cooperação entre países do Terceiro Mundo e a questionar a justificativa atribuída às ações de política externas calcadas no interesse nacional. Durante o governo de Lula da Silva a política externa brasileira ganhou caráter mais ativo, atribuindo ao Brasil grande papel nas relações internacionais, o qual tratou nesse ambiente, principalmente quanto ao âmbito político e econômico, de exportar o capitalismo brasileiro para outros países. Usou-se fortemente a expansão de empresas multinacionais de base brasileira no exterior, seguindo assim a lógica da corrente política e econômica da época, que bebiam nos ideais econômicos prevaletentes do pós-Guerra Fria (LIMA, SANTOS, 2015; PECEQUILO, 2008; SARFATI, 2006). Os debates teóricos e conceituais, que contribuem para a formação da epistemologia das Relações Internacionais, devem considerar as abordagens já construídas, mas, ao mesmo tempo, realizar abordagens críticas para verificar a validade dos conceitos e teorias. A importância desse trabalho, portanto, está ligada à contribuição que pretende dar para às discussões conceituais e teóricas das Relações Internacionais.

A relevância desse estudo está no fato de que o ambiente internacional tem se tornado cada vez mais composto por novas forças estatais, tais como os países em desenvolvimento, que passaram a obter melhor posicionamento nas suas atuações externas, com destaque aos chamados países emergentes. Devido ao crescimento dessas nações na participação da economia internacional e influência que passaram a ter nas tomadas de decisões internacionais, faz-se interessante e necessária a análise de tais países no espaço internacional, correlacionando a atuação dos mesmos com a ação de outros autores do sistema internacional, em um mundo marcado, hoje, pela predominância da lógica do livre mercado. Isto posto, a relevância desse estudo está na abordagem empírica apresentada como forma de contribuir para o entendimento do mundo atual.

As fontes pesquisadas consultadas para o trabalho estiveram relacionadas ao acervo acadêmico, livros e revistas, materiais de cunho jornalístico, relatórios da Organização Odebrecht S.A, gerais e específicos, e documentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No caso dos relatórios específicos da empresa, relatórios da Odebrecht em Angola relacionados aos anos de 2014 e 2015, foram utilizados, apesar de fugirem do escopo temporal, por trazerem dados complementares a esse trabalho. Em relação ao processo da pesquisa, é importante relatar certas limitações que o acesso aos dados impôs ao trabalho. Primeiramente, a escassez de dados fez com que não se pudesse ter uma ampla quantificação e qualificação a respeito dos temas aqui tratados, situação essa que limitou essa análise ao período do segundo governo de Lula da Silva. Os relatórios e documentos não são continuados ou não estão acessíveis. Dessa forma, o acesso às fontes foi um dos fatores que influenciou no recorte temporal da análise. Além disso, a documentação disponibilizada pela empresa, em parte, tem também um cunho propagandístico. Devido a isso, a análise dos documentos foi realizada considerando esse fator, atendo-se a examinar dados concretos existentes nos documentos.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro, trabalha-se com uma discussão teórica sobre a inserção internacional do Brasil por meio da política externa, problematizando a respeito de seu eixo de CSS, seus atores e a atuação brasileira e angolana nesse meio. Já no segundo capítulo, trata-se de fazer uma análise quantitativa da atuação da empresa em Angola, apresentando dados empíricos que comprovem o aproveitamento da relação desta com o Estado brasileiro.

1 A INSERÇÃO INTERNACIONAL PELA POLÍTICA EXTERNA

O cenário internacional, a partir da lógica da globalização, teve modificados os princípios, normas e regras instaurados como pilares da atuação dos Estados na conformação das relações internacionais. A integração dos mercados econômicos e financeiros, a aproximação entre as sociedades civis e os novos canais de comunicação, influenciaram e influenciam na forma como os Estados montam suas estratégias no ambiente internacional. Esses fatores geraram uma nova organização do sistema internacional, após a queda do Muro de Berlim, e com o avanço do neoliberalismo (LIMA, 2005).

Nesse período, os valores, normas e princípios ditados com o fim da Guerra Fria, como a democratização e a interdependência complexa, vinculados à teoria neoliberal, influenciaram na maneira de atuação dos Estados, internamente e externamente (LIMA, 2005). Isso não quer dizer que todos os países do globo terrestre aceitaram passivamente e no mesmo compasso os novos princípios que, todavia, foram aceitos com primazia nas principais arenas de ação da comunidade internacional e se colocaram como hegemônicos nesse espaço. Tais fenômenos provocaram impactos no delineamento estratégico dos Estados em questões de políticas que visem a sua inserção internacional, ou seja, houve mudança na maneira como o país se projeta no ambiente internacional. Isso também aconteceu com o Brasil, na maneira como o país passou a buscar esta inserção se alterou, passando então a zelar por um posicionamento mais ativo no ambiente internacional (SARAIVA, 2007).

Uma das formas de se inserir internacionalmente é através da política externa, entendida como uma política de prerrogativa estatal que visa desenhar os interesses do Estado no espaço externo, devendo-se levar em consideração as relações internas e externas. Nessa dinâmica, há a influência dos seus entes formuladores e da disputa dos agentes governamentais e não governamentais internos na sua construção e apresenta normalmente certa linha de continuidade (OLIVEIRA, 2005). A política externa é conformada pelo processo decisório, onde ocorrem as negociações políticas, e pelas diretrizes, que são o resultado das negociações do processo decisório. No caso brasileiro o corpo organizacional da política externa está sob responsabilidade do Ministério de Relações Exteriores (MRE) comumente chamado de Itamaraty².

² De acordo com informações do site do MRE, até 1970, a sede do Ministério das Relações Exteriores era o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro – e, informalmente, o Ministério passou a ser conhecido pelo nome do edifício que o abrigava. O costume foi mantido à época da mudança para Brasília, pois o Palácio dos Arcos – nome original do edifício concebido por Oscar Niemeyer – não tardou a ser chamado "Palácio Itamaraty" (BRASIL, 2017).

As diretrizes da política externa de um país indicam os seus principais eixos de inserção internacional. Dentre os diversos eixos que guiam a política externa, um deles é a cooperação Sul-Sul (CSS), presente na agenda internacional de alguns países. A CSS é um tipo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que teve seu “nascimento” na metade da década de 1950, postulando a ideia de uma cooperação horizontal entre países em desenvolvimento, na busca da promoção de uma interação igualitária nos campos econômico, técnico, político e social (LEITE, 2011; MILANI, 2012; AYLLÓN, 2012 apud MANSUR, TEODÓSIO, 2016).

Nesse trabalho, considera-se, portanto, que a inserção internacional se faz, entre outras formas, através da área de política externa e que a CSS faz parte dessas de ambas. Na sequência do texto, esse capítulo aborda, primeiramente, a cooperação sul-sul, conceito fundamental para a análise do trabalho. Em seguida, esse fenômeno é contextualizado no Brasil e em Angola.

1.1 COOPERAÇÃO SUL-SUL

A conformação do cenário internacional no pós-Segunda Guerra Mundial se caracterizou pela difusão da modernidade e da industrialização, levando os governos a institucionalizarem seus atos de cooperação internacional (SATO, 2010). Essa atitude foi influenciada pelo reconhecimento do papel que a ajuda internacional possuía para o financiamento do desenvolvimento dos países ainda não desenvolvidos. Somando-se isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou seu primeiro programa de assistência técnica em 1948, transformando-se em 1949 no *Expanded Technical Assistance Programme*, oficializando assim a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) (LEITE, 2012). Como elemento complementar a este marco regulatório da CID, encontra-se a promulgação da Lei de Desenvolvimento Internacional, autorizada pelo Congresso estadunidense em 1950, a qual se baseou no nomeado Programa do Ponto IV³ do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, em 1949 (BLACK, 1968 apud LEITE, 2012).

A CID começou a ser vista com maior relevância a partir dos anos 1960, apesar de o modelo clássico de CID, Norte/Sul, já ter começado com seus trabalhos desde os fins da década de 1940, tomando força com a Doutrina Truman (SANTANA, 2013 apud MANSUR; TEOSÓSIO, 2016). Deve-se também colocar a existência de algumas variáveis incidentes sobre a projeção da CID ao

³ Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

longo do tempo, podendo-se citar o período de Guerra Fria, a emergência nos anos de 1960 da teoria da dependência, a predominância na ordem internacional do liberalismo econômico durante os anos finais da década de 1980 e a década de 1990 e acontecimentos históricos marcantes, como a síncope do Consenso de Washington, como grandes influentes na construção dos propósitos da CID (LANCASTER, 2007 apud MILANI, 2012; LEITE, 2011).

Antes de se apresentar o conceito de CID vale-se mencionar primeiramente a definição de *Cooperação Internacional* (CI), visto que a CID é entendida como uma modalidade da CI. Entende-se a CI como um meio encontrado para administrar a transferência de um conjunto de habilidades de um país a outro, provocando a aproximação entre os atores não governamentais, estatais, organizações internacionais e entidades subnacionais, construindo instituições e ações que dão equilíbrio, segurança e coesão às relações internacionais, acabando por ocasionar a formação de novos processos de gestão política, econômica, técnica e social (SATO, 2010).

O entendimento a respeito da CID é complementar ao de CI, pois na CID adiciona-se a busca por gerir as desigualdades presentes no mundo, que se debruçam sobre os países, comunidades locais e organizações gestoras dos países do terceiro mundo⁴, a fim de promover o seu desenvolvimento, entendendo que para a conquista desse propósito o financiamento de projetos que modernizam e industrializam essas regiões provocam o aumento da renda nacional, que como consequência ocasiona a conquista do objetivo exposto, clássica leitura da CI que envolve o assistencialismo do Norte ao Sul (MANSUR e TEODÓSIO, 2016).

Segundo Lancaster (2007, apud LEITE, 2012) o período posterior à Guerra Fria foi marcado pela conformação de um regime internacional da CID, contando com o apoio da institucionalização da CI e das evoluções históricas sobre a sua concepção, para se afirmar no ambiente internacional. Este regime foi guiado pela profissionalização dos escritórios promotores de cooperação internacional e sofreu influências com as mudanças conceituais de desenvolvimento ao longo das décadas.

Assim, pode-se entender que a institucionalização da CI é importante para o fortalecimento do regime internacional de CI, mas não é o único benefício desse processo. Ademais, as iniciativas

⁴ O conceito de Terceiro Mundo é problemático e controverso. Sendo encontradas na literatura definições que se aproximam de outros conceitos, como os de Sul, Periferia, Estados em Desenvolvimento, sendo igualmente sem intersubjetividade científica a percepção sobre a utilidade analítica do conceito (MACFARLANE, 1999). Para esta análise utiliza-se o termo Terceiro Mundo de maneira flexível, relacionando-o com outros conceitos que tangenciam seu significado, como se observa pelas considerações de MacFarlane (1999). Assim, utiliza-se aqui de maneira intercambiável, aos conceitos de Periferia do sistema internacional, Estados em Desenvolvimento e Sul Global, visto que essa classificação não compromete a análise.

de institucionalização, ao proporcionarem a concretização dos projetos de cooperação, dão maior efetividade, legitimidade, congruência e possibilitam maior disponibilidade de recursos para a conclusão dos seus propósitos.

Claude (1963 apud SATO, 2010) aponta que para acontecer a institucionalização da cooperação internacional, resultante da fundação de uma OI, por exemplo, necessita-se apresentar as seguintes condições: 1) a subsistência de um contato significativo entre nações; 2) a emergência de questões originadas dessa interação; 3) a existência de Estados consistentes; e 4) o entendimento de que as questões provindas desse contato necessitam de um tratamento especial que demandam disposições supranacionais específicas.

É importante compreender que essa relação entre a institucionalização e a CID, como a CI, é fundamental para a conquista de bons logros no decorrer do processo de cooperação. mas se faz necessário, também. resgatar alguns entendimentos sobre a CID e até mesmo sobre a CSS.

A CID em seus primeiros momentos se embasava numa perspectiva de cooperação vertical, Norte/Sul, e em meados dos anos 1950 começa a surgir um movimento dos países subalternos no sistema internacional que reclama por um novo modelo de cooperação internacional, o qual deve se estabelecer sobre as novas demandas desses países. Segundo Krasner ([s.d] apud LEITE, 2011) existiram três variáveis que justificaram o proveniente desempenho dessa nova vertente chamada de Cooperação Sul-Sul: estavam: a conformidade ideológica da agremiação, as instituições existentes e o declínio de poder dos EUA.

Não há um claro e único conceito para a CSS, já que há uma variação dos entendimentos sobre tema, ficando, portanto, aberta a interpretações (LEITE, 2012). De modo geral, pode-se descrever a CSS como uma modalidade da CI onde há a relação de troca simétrica entre os Estados em desenvolvimento, envolvendo ademais dos Estados, atores não governamentais, organizações internacionais e entidades subnacionais (LEITE, 2012; SATO, 2011).

Ciente das dificuldades conceituais encontradas, alguns autores chamam atenção para a carência, de pelo menos, identificar aquilo que não compõe as funções da CSS. Nesse sentido Leite (2012), propõe a necessidade de diferenciar o que é CSS de relações Sul-Sul, expressando que para a execução da primeira é preciso a comprovação de um intercâmbio empírico entre os países, não podendo pressupor que o simples contato entre dois países do Sul seja designado de CSS. Para a autora este trato deveria ser catalogado como uma relação Sul-Sul e não o contrário.

Retornando a formação do conceito, observa-se que a CSS agrupa as seguintes dimensões: 1) a dimensão técnica, a qual se baseia na troca de conhecimentos e habilidades específicas que

auxiliam na construção de práticas coletivas e/ou individuais que desencadeiam na execução de programas e projetos (CAMPOS, 2011); 2) a política, que dispõe da possibilidade de coordenação de políticas que envolvem o ambiente interno e externo dos países, ajudando a promover espaços autônomos que possibilitem a precedência de táticas em prol dos interesses comuns, em contraposição aos interesses das grandes potências (ABDENUR e RAMPINI, 2015).; e 3) econômica, sendo essa encontrada dentro do escopo financeiro, comercial e de investimentos, podendo também ser visualizada na forma de coordenação de políticas macroeconômicas, como acontece nos agrupamentos regionais (PINO, 2012).

Além da característica central que remete aos agentes principais dessa interação – o fato de ser levada a cabo por Estados em desenvolvimento – outra característica marcante da CSS são os seus princípios norteadores, os quais se sustentam na voluntariedade, na não condicionalidade, no respeito à soberania e a independência nacional, na não interferência nos assuntos internos, no respeito à diversidade cultural e no estabelecimento da igualdade entre as nações, sempre prezando pelo consenso nas negociações (AYLLÓN, 2012 apud MANSUR, TEODÓSIO, 2016; COLACRAI, 2009; LEITE, 2011; MILANI, 2016).

Na medida em que essas nações busquem se relacionar de acordo com os pilares estruturais da CSS e reconheçam a importância de agirem conjuntamente, somando-se as oportunidades que o cenário nacional e internacional possam vir a dispor, poderão conquistar seus objetivos com maior efetividade, sendo esses Estados mais capazes de diminuir as relações assimétricas de poder e garantir a salvaguarda de seu bem estar político e econômico (AYLLÓN, 2012 apud MANSUR, TEODÓSIO, 2016; LEITE, 2011; MILANI, 2016). Entretanto necessita-se destacar alguns elementos que dificultam o sucesso da CSS, tais como a heterogeneidade econômica e política, a pouca complementariedade econômica e a baixa interdependência entre os países em desenvolvimento (LEITE 2012 apud MANSUR, TEODÓSIO, 2016). Conquanto, da mesma maneira cabe aqui postular a não ingenuidade dos atores promotores da CSS, entendimento esse que é reiterado por Souza (2012, apud RODRIGUES, GONÇALVES, 2016) ao comentar que “ambas [a CSS e a Cooperação Norte-Sul (CNS)] são utilizadas como instrumentos político-diplomáticos e de promoção de interesses econômicos, e não visam exclusivamente ou prioritariamente ao desenvolvimento dos países parceiros ou “receptores”⁵.

⁵ Pietro Rodrigues e Sônia Gonçalves (2016) pontuam que os estímulos governamentais para a internacionalização de empresas está, muitas vezes, correlacionado a projetos de CID em ambientes nos quais o país procura fortalecer sua influência, não deixando essa lógica apartada da atuação brasileira na CSS.

1.1.1 A CSS a partir de Bandung

Desde uma perspectiva histórica o marco fundador da CSS foi a Conferência de Bandung,⁶ em 1955. Essa conferência foi consequência de outro evento importante, o discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, quando esse tomou para o seu governo a responsabilidade de desempenhar um papel que visasse promover o desenvolvimento das “regiões subdesenvolvidas”. Tal declaração foi importante porque trouxe unidade a esses países, impulsionando a realização da conferência em 1955 (ESCOBAR, 1995 apud LEITE, 2012). O discurso de Truman foi também propulsor de outras conferências que se tornaram importantes para a consolidação da CSS. A *Conferência de Bandung* foi um encontro emblemático que sinalizou o despertar das nações marginalizadas no sistema internacional, sendo assim a mesma proporcionou o reconhecimento das forças e possibilidades presentes nos países em desenvolvimento (LEITE, 2011).

Segundo Milani (2012), a principal temática colocada em Bandung remetia a influenciar o pensamento das elites desses países, com o fim de abandonar suas diferenças e construírem, em conjunto, uma única plataforma que visasse a denunciar os horrendos estragos provocados pelo colonialismo. Logo, essa conferência se destacou pela sua explícita importância política, visto o cenário internacional desfavorável a esses países. Nesse espaço, o jovem grupo também reconheceu interesses comuns, como por exemplo, a busca pela inserção internacional de forma autônoma e independente a favor da multipolaridade, o repúdio as formas de colonialismo e neocolonialismo, o direito à autodeterminação dos povos e a igualdade das nações, a defesa do pacifismo nas relações internacionais e a união contra o racismo (LEITE, 2011; LEITE, 2012).

Os anos iniciais da CSS não foram marcados por muitos louros, com as relações sendo predominantemente bilaterais, com foco direcionado para a melhoria da infraestrutura e com poucos logros no meio econômico (LEITE, 2012; ZARPELON, 2016). De maneira geral, muitas das iniciativas e objetivos propostos não chegaram a ser alcançados, entre outros motivos devido à aderência de poucos países ao movimento, dos problemas advindos da descolonização, da pouca complementariedade econômica e das limitações derivadas da Guerra Fria (LEITE, 2012).

Apesar das respostas negativas, as interações dessas décadas iniciais foram fundamentais para o engrandecimento da percepção de unidade e identidade comum, que somada ao diálogo que

⁶ Reuniu 29 estados africanos e asiáticos sem a participação de estados europeus, dos EUA e da URSS (LEITE, 2011).

foi proporcionado, a consensual intenção de resguardar a paz mundial e o passado colonial comum, auxiliaram na continuidade da evolução da CSS ao longo das décadas (LEITE, 2011; LEITE, 2012).

Durante a década de 1960, os países do Terceiro Mundo alcançaram ganhos relativamente maiores que na década anterior. O legado desse período foi o fortalecimento das relações entre esses países e o aumento do peso que estes conseguiram outorgar aos seus reclamos (COLACRAI, 2009). Desse modo, um fator importante que influenciou no alcance dessas duas condições foi a tentativa de institucionalização da CSS, que ocorria em conjunto com a tentativa da CID.

Esse período também ficou demarcado pelo crescimento coativo das ações dos países do Terceiro Mundo nas instâncias multilaterais, sendo, entre outras razões, resultado da influência indireta do pensamento dependentista da época (LEITE, 2012). Além disso, contou com o aumento expressivo de organismos direcionados a atender questões de desenvolvimento, que também proporcionaram o aumento de fundos destinados à CID (LEITE, 2011; LEITE, 2012; ZARPELON, 2016).

Ao mesmo tempo, o tema do desenvolvimento econômico ganhou grande peso, provocando mais ações coordenadas entre os países do sul global, que na década passada ajudou a agregar a temática do desenvolvimento nas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (NASSAU [s.d] apud LEITE, 2011). Prova disso é o reconhecimento, por parte da AGNU no início da década, do comércio internacional como um ponto chave para o desenvolvimento econômico (LEITE, 2011).

Uma das grandes reuniões dos países em desenvolvimento desses anos foi a Primeira Conferência de Países Não Alinhados (MPNA) em 1961⁷, produto da Conferência de Belgrado também em 1961. Esse encontro e suas reuniões posteriores, foram muito importantes para afirmar a continuidade da defesa dos projetos discutidos em 1955, contribuindo assim para o reforço da sincronia e dos objetivos do grupo. No mesmo ano também foram criados a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento Econômico (CAD), que começavam a dar cada vez mais importância para a institucionalização da CID. Outras conquistas para a CID foram a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1965 e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, sigla em inglês) em 1966 na 21ª sessão da AGNU (LEITE,

⁷ Nela reuniram-se 23 países afro-asiáticos, um europeu, a Iugoslávia e um latino-americano, Cuba (LEITE, 2011).

2011). Vale-se nomear essas iniciativas de institucionalização da CID, visto que as mesmas contribuíram para a institucionalização da CSS.

Além da constituição do MPLA em 1961, aconteceu outra grande conquista na institucionalização da CSS em 1964, com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) em Genebra, onde se criava pela primeira vez um organismo que atrelava o comércio ao desenvolvimento econômico e se formava o Grupo dos 77 (G-77), grupo de 77 países em desenvolvimento que, em conjunto, reclamavam por um novo parâmetro de comércio internacional que fosse condizente com as suas necessidades de rápida industrialização (LEITE, 2011). Estas instituições buscavam envolver mais ainda os países em desenvolvimento dentro do escopo econômico e político (MILANI, 2012; LEITE, 2011).

Percebe-se que os anos 1960 foram marcados pelo aumento da presença dos países periféricos em instâncias multilaterais, contribuindo com o encorajamento da institucionalização da CSS, em paralelo com a da CID, e na conquista da atenção da ONU para os reclamos, projetos e ambições dos países do Sul, dando assim maior relevância e atenção para os mesmos. Tais conquistas foram reforçadas ao longo dos anos 1970, dando destaque para o aumento da presença e da capacidade de orquestrar os anseios dos países do Sul dentro dos espaços multilaterais e da institucionalização da CSS no seio da ONU.

As principais conquistas dos anos 1970 vieram em 1972, 1973, 1974 e 1978. Apesar de já se ter conformado um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) em 1972, no interior da ONU, somente em 1973 esse termo ficou estabelecido dentro do domínio das Nações Unidas, iniciando-se assim o processo de estruturação da institucionalização da CTPD a partir de 1974 (CAMPOS, 2011; COLACRAI, 2009; LEITE, 2011; ZARPELON, 2016).

Os grandes ganhos desse primeiro ano se manifestaram através da instituição da Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul (UECSS) como uma composição particular do PNUD, e a aprovação da Declaração pelo Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), pela AGNU, o que demonstrou o aumento da importância do desenvolvimento econômico na agenda da CTPD (COLACRAI, 2009; LEITE, 2011).

Contudo, a consumação material da CSS aconteceu em 1978, com o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento na cidade de Buenos Aires, onde, por intermédio dessa resolução atribuiu-se um conceito e o ingresso formal da CSS no ambiente das Nações Unidas (ABDENUR,

RAMPINI, [s.d]; CAMPOS, 2011; COLACRAI, 2009; LEITE, 2011; PINO, 2012; SATO, 2010; ZARPELON, 2016).

O PABA basicamente se constituiu em 38 recomendações para a efetivação da CTPD, sustentados na partilha de conhecimentos e habilidades técnicas entre os países em desenvolvimento (LEITE, 2011 apud LEITE, 2012). No que tange a compreensão a respeito da CSS, resultante do PABA, Colacrai (2009) traz importantes observações. Segundo a mesma, houve a mudança na utilização de terminologias, como a preferência pela palavra cooperação ao invés de assistência, o que dá ideia de ganhos recíprocos; o não mencionar de condicionalidades; o reconhecimento de uma identidade comum e objetivos comuns; a queixa por maior atenção à cooperação técnica; a apuração de que a CTPD era um processo de várias dimensões, podendo ser assim bilateral e/ou multilateral; e a constatação de que o Estado era o ator carro-chefe desse movimento. Esses elementos se transformaram no eixo conceitual de CSS a partir de então (COLACRAI, 2009).

Fundamentando-se nesses feitos, pode-se dizer que essa trajetória evolutiva de conquistas demarcaram os anos 1970 como o período dos grandes louros da CSS até o momento, o que infelizmente viria a se “desfazer” nas décadas posteriores e conseqüentemente atrasar o fortalecimento da CSS. Assim, tanto a década de 1980 como os anos 1990 representaram um período de declínio para a CSS. Ainda que o início dos 1980 tenha sido de grande expectativa acerca da CSS, o final da década foi lembrado pelas perspectivas frustrantes e pela notável desesperança a respeito dessa modalidade de CI (COLACRAI, 2009).

As duas crises do petróleo e as crises das dívidas dos países do Terceiro Mundo foram dois eventos que desestabilizaram as relações internacionais, provocando grande impacto sobre a CSS (ABDENUR e RAMPINI, 2015). Tais agravantes desencadearam a diminuição da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), dificultando a CNS e dando maior espaço para a atuação da CSS. Todavia como não havia cenário favorável para a ação dessa última, não houve o aproveitamento dessa oportunidade pelos países do Sul (ABDENUR e RAMPINI, 2015).

Essa década também foi lembrada pelo ressurgimento da condicionalidade no recebimento da AOD, visto a necessidade de reestruturação econômica dos países em desenvolvimento para o recebimento desta (COLACRAI, 2009). Ao mesmo tempo, concluiu-se por parte dos estudiosos e operadores da CID, que a AOD não estava cumprindo o seu propósito e para tanto precisava ser revisada. Logo, em conjunto com o cenário internacional da década perdida, com a forte influência do neoliberalismo no ambiente internacional e a ascendência de governos conservadores em muitos países industrializados, chegou-se à conclusão de que a saída para o desenvolvimento econômico

estava na busca do Investimento Direto Estrangeiro (IED) e não a AOD, havendo assim uma fragmentação na articulação entre os países do Sul, já que disputavam pela obtenção do IED e pelos benefícios advindos das relações com os países de norte, observado na individualidade uma estratégia para se inserir nas negociações internacionais (COLACRAI, 2009; LEITE, 2012).

1.1.2 A CSS após o auge

Ainda assim, duas grandes conquistas foram levadas a cabo durante este período. Uma delas consistiu na realização da Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento no ano de 1981, na qual as representações dos países presentes construíram “Novas Diretrizes da CTPD”, aproximando as relações de CTPD e a CEPD e apresentaram a importância dos países emergentes no processo de CSS (LEITE, 2012). Do mesmo modo a década de 1980 foi sinalizada por atividades encorajadoras, como por exemplo, a reunião dos ministros do G-77, em 1986, com o fim de discutir sobre um Sistema Global de Preferências Comerciais entre os Países em Desenvolvimento (SGPC), que teve a adesão de mais de 40 países em 1987 (LEITE, 2011).

Contudo, pode-se entender então que os acontecimentos da década de 1980 se transformaram em motivadores para a desaceleração da CSS, fazendo com que viesse a se tornar um meio de adaptação à ordem econômica vigente nos anos 1980 e 1990 (ABDENUR e RAMPINI, 2015).

Um dos mecanismos que impulsionaram a CSS no decorrer desses anos foram os processos de integração regional que, todavia, se transformaram em um veículo de circulação de interesses empresariais (COLACRAI, 2009). Tal processo refletiu duas outras importantes características dessa década, primeiramente a emergência de outros atores que perpassam o âmbito interestatal da CSS e o surgimento de novas temáticas dentro do escopo da CSS (COLACRAI, 2009; LEITE, 2012).

Salvo todos os retardos na evolução da CSS durante os anos 1990, pode-se ver, mesmo assim, alguns momentos de revalorização. Em meados dos anos 1990 aprovaram-se no âmbito da ONU as “Novas Orientações” para a CTPD, escritas pelo Comitê de Alto Nível para a Cooperação entre os Países em Desenvolvimento, a qual estipulou maior vinculação entre a CTPD e a CEPD, sinalizou questões prioritárias para a cooperação em questão e a inseriu novos temas na agenda dessa modalidade de CI (COLACRAI, 2009; LEITE, 2012). Este documento, no final dos 1990, terminou por influenciar a elaboração, por parte do PNUD, do “Primeiro Marco para a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (1997-1999)”, que se preocupou em dar respaldo ao lado conceitual da CSS e em de melhorar a sua implementação (COLACRAI, 2009).

Essa situação de estagnação da CSS observada nos anos 1980 e 1990 começou a ser alterada nos anos 2000, ao apresentar grandes prospecções nas ações de cooperação. Entre os fatos que proporcionaram essa ascensão estão os ataques de 11 de setembro, que abalaram a estrutura do Norte, acabando por desviar as atenções desses países para os propósitos de defesa, deixando em segundo plano as ações de AOD, no qual a CID sentiu impacto direto e indireto (ABDENUR e RAMPINI, 2015). Essa diminuição da atenção a AOD e o aumento das preocupações em torno do tema de segurança, nos países desenvolvidos, acabaram por ajudar na promoção de oportunidades e espaços para a atuação das ações de CSS, na mesma medida em que auxiliou no fortalecimento de seus promotores.

Somando-se a esses eventos, destacam-se as consequências da crise financeira de 2008, já que ao desestabilizar profundamente as economias do Norte e permitir uma recuperação mais rápida dos países emergentes, conjuntamente com o surgimento de governos progressistas nesses países, foram responsáveis pelo aumento da promoção dos ganhos da CSS (COLACRAI, 2009; PINO, 2012).

Da mesma maneira, o crescimento desses países, catalogados como emergentes, proporcionou maiores oportunidades a CSS, visto que os mesmos se transformaram em países financiadores. Ao aportarem mais investimentos, ampliaram as ações de cooperação e favoreceram a diversificação de atores no âmbito das mesmas, mesmo que continuassem a ser receptores da CID (COLACRAI, 2009).

Faz-se interessante observar que com a ação desses países houve a promoção de espaço para a concretização da cooperação trilateral dentro da CSS. Essa modalidade consiste na troca de técnicas e de financiamento entre três países, dois do Sul e um do Norte, tendo o custeio vindo dos países do Norte, com o objetivo de atender as necessidades de um país do Sul, deixando a cargo dos países emergentes (o país restante) a realização da ponte, munida de conhecimento técnico, entre o país desenvolvido e o país em desenvolvimento (PINO, 2012). Sendo assim, esta modalidade de CI torna-se, se bem articulada, eficaz devido à facilitação do aporte financeiro, em conjunto com a similaridade do transpasse da experiência de um país semiperiférico a outro em desenvolvimento.

A desenvoltura desses países no seio da CSS pode ser entendida como uma manifestação do *Soft Power*, tendo esse “componente intermediário” como seu aliado (PINO, 2012). O *Soft Power* é uma “atração positiva” instigada por esses países por meio da repercussão dos seus valores culturais, políticos e de política externa aos demais, favorecendo o ganho de prestígio e influência nas relações internacionais, o que é aproveitado simultaneamente com a benéfica relação entre custo e benefício que já vem embutida nas ações de CI (NYE, 2010, apud PINO, 2012).

Para além, observa-se nessa nova fase da CSS uma forte retomada do discurso de solidariedade entre os povos do Sul, rodeada de pressupostos como a horizontalidade, igualdade e não intervenção nos assuntos internos, ocorrendo desse modo uma retomada aos princípios iniciais da CSS (ABDENUR e RAMPINI, 2015). Dos anos 2000 em diante houve o retorno as preocupações sociais, no que tange aos projetos de CSS. Segundo Zarpelon (2016) neste período houve um retorno às concepções sobre “Necessidades Humanas Básicas” (NHB’s) trabalhadas nos anos 1970, sendo empiricamente reforçadas nas práticas de cooperação após a assinatura dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em conjunto com esse resgate observou-se também a necessidade em conquistar maior grau de coesão social, ao entender essa lacuna como um reflexo da dívida social abatida do Consenso de Washington (COLACRAI, 2009).

Outra característica importante desse momento se baseou na constatação das limitações do liberalismo econômico, por parte das nações envolvidas no processo, o que levou ao consentimento da importância da ação estatal para resolver os problemas advindos da globalização, que se respaldavam nas questões levantadas acima (COLACRAI, 2009). Portanto, ao haver uma retomada sobre as questões de desenvolvimento no século XXI, a CSS volta ganhando diversificação e intensidade (LEITE, 2011). Entre os encontros que favoreceram a CSS merecem destaque as várias Conferências de Alto Nível organizadas pelo G-77, tendo entre elas a I e a II Cúpula de Sul, uma em 2002 em Marrakesh (Marrocos) e a outra em 2005 em Doha (Qatar) (LEITE, 2012). Outra importante reunião foi a I Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em 2002 em Monterrey no México, a qual trabalhou com questões relativas ao financiamento, reforçou a importância da CTPD e a Cooperação Triangular e teve a finalidade de fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre seus atores (CAMPOS, 2011).

Ademais o Programa de Ação de Acra e a Declaração de Doha de 2008 foram marcos importante para a CSS nesse novo milênio. O primeiro colocou a necessidade de relembrar os princípios da CSS, de incluir as instruções da Declaração de Paris sobre a Eficácia e Ajuda ao Desenvolvimento, de fomentar a cooperação triangular e reconheceu o importante papel dos países emergentes no desenvolvimento da CSS (CAMPOS, 2011). Em paralelo, a Declaração de Doha veio ratificar e prosseguir com os planos acordados em Monterrey, recolocando o valoroso papel dos Países de Renda Média (PRM)⁸ e dos princípios basilares da CSS (COLACRAI, 2009).

⁸ Conotação relativa à categoria de países emergentes, havendo dentro da própria conformação disparidades e classificações particulares, sendo a mesma proposta pelo Banco Mundial ao analisar a capacidade econômica dos países, utilizando-se de seus índices de Produto Interno Bruto (PIB) (COLACRAI, 2009).

Para além, teve-se em 2009 a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, em Nairóbi no Quênia, a qual resultou na aprovação de um documento final em que os países acordavam em intensificar as suas relações, sublinhando o crédito das relações comerciais e da Cooperação Triangular, dando destaque também para a necessidade em melhorar os sistemas de informação domésticos, a qualidade e difusão das experiências individuais dos países em desenvolvimento (CAMPOS, 2011). Nesse mesmo ano houve a criação de um *Task Team* sobre CSS no interior do grupo de trabalho da CAD/OCDE, avaliando a Eficácia da Ajuda (CAMPOS, 2011).

Outra importante reunião entre os países do terceiro mundo ocorreu em 2010, no encontro do G-20 em Seul na Coreia do Sul, terminando com a aprovação do denominado Consenso de Seul e o Plano de Ação Multilateral do Desenvolvimento, reforçando as questões já levantadas nos eventos anteriores (CAMPOS, 2011). De resto, Abdenur e Rampini (2015) chamam atenção para a IV Reunião de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda que aconteceu em Busan, na Coreia do Sul, em 2011, e o lançamento em 2014 da Parceria Global na Cidade do México.

Da mesma forma que os anos 2000 foram sinalizados por grandes conferências também ficaram marcados pela emergência de novos arranjos entre os países em desenvolvimento, como a criação do grupo BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul), do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do próprio redirecionamento dado aos blocos regionais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) (ABDENUR e RAMPINI, 2015). Segundo Leite (2011) ao passo que esses outros organismos de cooperação se desenvolveram, os países em desenvolvimento acabaram dando maior importância a essas novas agremiações que as antigas.

Outrossim, diferentemente das etapas iniciais essa nova fase da cooperação entre os países em desenvolvimento tornou-se menos ambiciosa, não se buscando mais uma Nova Ordem Internacional, o que se almejava tempos atrás. Nesse novo tempo com as novas configurações de poder mundial, o que se buscava era uma plataforma com exigências sociais mínimas, coexistindo com o entendimento de complementaridade entre o Norte e o Sul, tema tão questionado nos anos anteriores (LEITE, 2011).

Reforçando essa ideia, Zarpelon (2016) define que os primeiros tempos da CSS foram assinalados pela luta contra a desigualdade e dependência militar, política e econômica sofrida pelos países do Sul Global, onde os mesmos enxergavam a CI como um instrumento para reverter esse cenário. No século XXI, segundo a autora, a CSS tornou-se um mecanismo de alavancagem que os países em desenvolvimento, em evidência os PRM, utilizam para se inserirem de maneira mais

eficiente no sistema internacional. Sinal dessas constatações está na própria complementariedade entre a CSS e CNS, exemplificada inclusive na Cooperação Triangular.

Por fim, chama-se a atenção para a análise de como os fatos históricos, a produção teórica, política e econômica, a ingerência dos atores internos e externos dos Estados e o próprio interesse estatal terminam por influenciar a construção e operacionalização da CI e a CSS, constatando-se que são resultado de um projeto político e econômico das nações envolvidas nesse processo.

1.1.3 As empresas privadas nas relações sul-sul

As empresas privadas são atores da sociedade civil, que como outros, influenciam na formação dos interesses nacionais. Todavia, diferentemente de outros atores nacionais e internacionais, as empresas privadas, dependendo do seu tamanho, possuem um grau de persuasão estatal relativamente maior que outros agentes, internos e externos. Devido ao presente estudo se basear na análise da atuação de uma empresa multinacional, este subcapítulo trata desse tema.

Segundo Sarfati (2006) a atuação de Empresas Multinacionais (EMN) na construção da definição dos interesses estatais se daria por meio da utilização de dois tipos de poderes, os quais seriam o poder estrutural e o poder brando. O poder estrutural está ligado ao quanto o país depende dessa EMN para movimentar a sua economia, ou seja, o impacto que essa empresa possui na desenvoltura econômica do país e desse modo o poder estrutural de uma empresa está vinculado ao seu porte e a mobilidade do seu capital (SARFATI, 2006). O poder brando de uma EMN estaria atrelado a capacidade que esta empresa tem em cooptar outros agentes, ao conseguir dar forma a suas preferências os atraindo consensualmente a concretizar os seus objetivos (SARFATI, 2006). Esse poder brando está associado à identificação do cliente, no micro espaço, e do Estado, no macro espaço, podendo este advir do marketing empresarial e da união da empresa com as comunidades epistêmicas (SARFATI, 2006).

A perpetuidade de uma EMN está extremamente conectada com a manutenção e aumento dos seus lucros, que transcendem a vontade dos seus investidores e os interesses do(s) Estado(s). Como partimos da ideia de que os interesses nacionais, em termos de relações econômicas internacionais, são pautados por conquista de poder político, desenvolvimento econômico, renda nacional e equilíbrio social, verifica-se que os mesmos podem ser efetivados através das atividades oferecidas por essas empresas, dependendo de suas características (KRASNER, 1976 apud SARFATI, 2006).

Dessa maneira, é de suma importância que haja um reconhecimento positivo entre ambas as partes, principalmente para as EMN, pois com essa proveitosa identificação a mesma consegue estender e manter os negócios no país, pode fazer com que o Estado se posicione ao seu lado contra as demandas hostis de outros agentes da sociedade civil e auxilie na materialização de suas solicitações via coligações internacionais (SARFATI, 2006).

Por constatarmos que as ações das empresas privadas multinacionais e dos Estados esbarram uma na outra, é interessante entender onde se dá esse embate de interesses. Ainda segundo o mesmo autor, essas empresas jogam em duas frentes, sendo uma delas os jogos de interesse de valor, onde as empresas elaboram suas estratégias de competição e cooperação com outros agentes da rede de valor. Essas estratégias envolvem o poder de barganha que os clientes e vendedores possuem em relação à empresa, as novas empresas que podem entrar no seu mercado, a severidade da competição entre as empresas do mesmo ramo de mercado e os produtos que podem vir a substituir o produto principal da empresa (PORTER 1998 apud SARFATI, 2006; WATKINS, EDWARDS, THAKRAR, 2001 apud SARFATI, 2006). Por outro lado, o jogo de interesse público está vinculado à margem de ação que atores da sociedade civil possuem para influenciar o governo a impor certas limitações a atuação dessas empresas, a cargo do interesse público (WATKINS, EDWARDS, THAKRAR, 2001 apud SARFATI, 2006), nesse meio é que as EMN e os Estados jogam, onde este último atua nos dois como árbitro, jogador ou regulador (SARFATI, 2006).

O resultado desse jogo político e econômico levado a cabo pelo Estado e as EMN traz consequências para ambos os lados, algumas vezes um efeito mais positivo para um que para outro, produzindo um contrabalanço. Durante o governo de Lula da Silva, o Estado brasileiro investiu na cooperação e aproximação com o continente africano, como forma de impulsionar a concretização de seus objetivos como Estado e o das EMN de base brasileira. A aproximação diplomática brasileira com a África, podendo ser observada nas várias visitas que o presidente e seus assessores realizaram ao continente, e na conclusão de vários acordos de cooperação, foi certamente motivada pela demanda em ampliar o mercado e as oportunidades de investimento da indústria nacional brasileira, em um continente que se apresentou favorável para isso (CABRAL, 2011; VEIGA, 2011), não sendo assim sem propósito que na gestão de Lula da Silva se coloca o referido continente como aliado essencial dentro da linha de cooperação Sul-Sul (CSS) (MATTOS, 2011 apud CABRAL, 2011).

Como registro da atuação desse ramo de empresas no rol da CSS, Cabral (2011) informa que no âmbito dos cadastros dos planos de cooperação técnica com o continente africano se envolveram várias agremiações, entre elas a sociedade civil brasileira, entidades da administração federal e estatal

e o setor privado, onde aqui se somam as EMNs. De modo geral esse “avizinhamento” provocou crescimento no comércio e no Investimento Direto Brasileiro (IDB) no continente, em especial nas áreas de petróleo, mineração e construção, espaços de atuação dessas empresas (COSTA, VEIGA, 2011 apud CABRAL, 2011; IGLESIAS, COSTA, apud CABRAL, 2011).

Veiga (2013) apresenta algumas inflexões no perfil de cooperação para o desenvolvimento⁹ desempenhadas pelo Brasil, valendo aqui destacar sobretudo a identificação do surgimento de créditos concessionais às exportações de mercadorias brasileiras ligadas à cooperação técnica exercida pelo país. Essa inflexão também ocorre em elementos de cooperação econômica e financeira, onde as mesmas levam em conta componentes como: as doações em dinheiro, o perdão da dívida externa e os créditos concessionais às exportações (VEIGA, 2013). Ambas as colocações incrementam as receitas das empresas privadas, com destaque para as EMN.

Na gestão de Lula da Silva, o perdão da dívida e os créditos às exportações foram sistematicamente usados, em especial no que tange ao continente africano. A primeira ocorreu por meio de um burocrático processo legalista interno, que escondia interesses privados em seu fundo, já que a renegociação e o perdão da dívida são requisitos para a efetivação de novos empréstimos àqueles países já vinculados a esse processo, através de instituições de financiamento brasileiras, que acabam gerando a expansão de investimentos de grandes empresas privadas (CABRAL, 2011). O segundo elemento foi disponibilizado através do uso de linhas de crédito de instituições financeiras nacionais, das quais se destacam o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX)-Banco do Brasil, e em certa medida, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ademais dos Seguros de Crédito às Exportações, coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (VEIGA, 2013). Do mesmo modo, subscreve-se que a institucionalização da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) também auxiliou na impulsão do comércio e investimentos brasileiros no exterior (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016)

Outra informação que não está explícita nos processos de cooperação é o fato de que o Brasil quase sempre apresenta o guarnecimento de tecnologia, equipamentos e expertise brasileiros como condicionalidade para a efetivação da ação cooperativa (CABRAL, 2011). Essa ação, em conjunto com os créditos vinculados à exportação, auxilia na alavancagem dos lucros das empresas brasileiras no ambiente cooperativo, merecendo destaque as ações de CSS.

⁹ O uso do termo “cooperação para o desenvolvimento”, em minúsculo, refere-se ao fenômeno da ajuda entre os países. O termo “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento”, em maiúsculo, é uma modalidade específica de cooperação internacional.

Para reforçar a relação apresentada nessa sessão entre Estado e empresas privadas, somados a CSS, cabe mencionar que em uma pesquisa feita pelo CINDES, as empresas brasileiras atuantes no continente africano colocaram suas dificuldades enfrentadas para o seu desempenho e apontaram como solução a acentuação da cooperação política, técnica e a aproximação diplomática, como instrumentos importantes para mitigar seus riscos de atuação no continente, como também uma forma de se armarem contra outras concorrentes de outros países (CABRAL, 2011).

Finalmente, cabe colocar que toda essa ação brasileira observada durante a gestão de Lula da Silva, instigou por parte do governo de Dilma Rousseff a construção do “Grupo África”, uma equipe interministerial que interligava executivos e especialistas do setor privado, com o fim de coligar os investimentos e as vendas brasileiras aos projetos de desenvolvimento no continente africano (VEIGA, 2013).

1.2 O BRASIL NAS RELAÇÕES SUL-SUL

A política externa do governo de Lula da Silva foi marcada pela forte “diplomacia presidencial” e por certa contestação à ordem hegemônica internacional vigente, buscando apresentar o Brasil como um importante ator do sistema internacional. O Brasil buscou ocupar cargos importantes nos órgãos internacionais que julgou decisórios para as relações internacionais, defendendo a reforma estrutural destes, como a saída para a construção de um ordenamento internacional mais justo e solidário, ao passo que procurou conformar relações e alianças que visassem lograr estes objetivos (MIYAMOTO, 2011; RICUPERO; 2010).

Em paralelo, pode-se observar nas ações de política externa brasileira um forte componente ideológico e nacionalista, tentando utilizar positivamente as oportunidades para acumular prestígio externo (RICUPERO, 2010). Ao mesmo tempo, o Brasil participou regularmente de debates a respeito de importantes temas da agenda global, esforçou-se para transformar a região sul-americana em sua zona de influência e consolidar-se como líder regional, procurando apresentar-se como mediador de conflitos, promovendo também a modernização e fortalecimento do seu meio militar (MIYAMOTO, 2011).

Em complemento, a política externa do Estado brasileiro continuou a manter sua estratégia de negociação paralela por meio dos acordos bilaterais e via blocos regionais, ao passo que conformou alianças com países variados, tanto geograficamente, como ideológica e politicamente, na medida em

que mantinha estreitas relações com os países desenvolvidos, tal e qual, a massiva aproximação com os países em desenvolvimento (MIYAMOTO, 2011).

Ricupero (2010), ao analisar os movimentos da política externa brasileira, constatou a preponderância de quatro pilares que regeram as ações de política externa durante o governo Lula da Silva. Tais pilares são a busca pela conquista do reconhecimento internacional do Brasil como importante *player* global, a tentativa de concretizar um cenário internacional com condições econômicas favoráveis às vantagens comparativas agrícolas brasileiras, o impulso às relações com o Sul global e a construção de um ambiente estratégico, político, econômico e comercial, de arranjo Sul-americano. Faz-se relevante aqui adicionar, o cumprimento do Direito Internacional e a salvaguarda dada ao multilateralismo, a defesa do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente no cenário internacional, o robustecimento do combate a todas as formas de ações ilícitas nas fronteiras da nação e o reforço da atuação brasileira nos fóruns multilaterais como outras importantes diretrizes da política externa brasileira do período (LESSA, COUTO e FARIAS, 2009).

O eixo de Cooperação Sul-Sul não é novo dentro da agenda de política externa brasileira (PEB), pois essa tradição terceiro-mundista foi iniciada nos anos de 1960 e perpassou os anos de 1970 (LIMA, 2005). Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, não houve um expressivo aprofundamento desse traço da PEB (PUENTE, 2010 apud MILANI; CARVALHO, 2013). A PEB, durante os governos de Lula da Silva esteve atrelada à forte atuação no campo da diretriz acima mencionada, considerando-a como prioritária em sua agenda de política externa (MILANI e CARVALHO, 2013), não significa que houve rompimento de relações com os países centrais pelo fato dessa diretriz ter sido privilegiada (PECEQUILO, 2008).

Essa preponderância da CSS na agenda de PEB é observada, segundo Lima (2005), como reflexo da ascendência, dentro do corpo burocrático da PEB, de uma corrente autonomista. Tal movimento defende a participação e inserção mais ativa do Brasil no cenário internacional, com a defesa da permanência contínua de um significativo grau de manobra na sua política externa, negando a positividade dos resultados advindos da liberalização comercial e da conivente adesão aos regimes internacionais. Logo, a CSS entra como importante mecanismo para obter esse grau de manobra.

Em contraposição a essa vertente, a autora relata que há outra corrente, chamada de busca pela credibilidade, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores (MRE), segundo ela esta primava pela busca por credibilidade e autonomia no cenário internacional através da adesão pacífica aos regimes internacionais, à participação ativa nos organismos multilaterais como a única forma de conter ações unilaterais dos países centrais e à capacidade de cooperar para a elaboração de normas, regras e

instituições internacionais. Ao mesmo tempo, observa-se que a demanda por autonomia e credibilidade deve ser acompanhada de concertações das economias internas ao ambiente internacional, devendo ajustar seus encargos externos às suas reais competências nacionais (LIMA, 2005).

Ao passo em que a corrente autonomista se tornou preponderante dentro do MRE e começou a traçar seus planos para consolidar os interesses brasileiros no exterior, buscou também formas de legitimar suas ações estratégicas. Essa corrente visualizava na CSS um importante instrumento para a concretização de suas ações e uma forma de lograr esse objetivo.

O Brasil se utilizou de uma retórica romântica sobre a CSS ao defender o companheirismo dos povos do Sul, que “conquistou” o ambiente internacional e serviu de amparo para autenticar suas ações externas nesse âmbito. Essa artimanha política também esteve presente nas relações com a África, quando o presidente Lula da Silva exaltava a proximidade cultural, linguística e a dívida histórica com o continente, fortalecendo a justificativa para uma maior interação (CEPALUNI, VIGEVANI, 2011 apud CORRÊA, CASTRO, 2016). Assim, alguns autores vinculam suas ações neste rol da ideia de “diplomacia solidária” com fins políticos e econômicos (MILANI e CARVALHO, 2013). Embora não se possa comparar a atuação e o ganho dos países centrais como doadores das ações de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) com o Brasil, não se pode deixar de assinalar que a ação brasileira não foi neste período em essência solidária, apesar de se ter respaldado nesse discurso (MILANI e CARVALHO, 2013).

Quanto ao lado material do discurso o governo brasileiro encontrou na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao MRE, um espaço para documentar a CSS do modo que lhe fosse conveniente, ao classificar esse tipo de cooperação para o desenvolvimento, prioritariamente, sob o seu escopo técnico¹⁰ e como sendo ações que somente abrangem doações, ou seja, que destinam recursos financeiros a fundos perdidos, direta ou indiretamente, visando a proporcionar o desenvolvimento dos países receptores de maneira a inibir as condições que talhem o seu crescimento natural (IPEA, 2010 apud MILANI; CARVALHO, 2013).

Ao definir a CSS nessas palavras o governo brasileiro outorgava ao seu discurso um peso institucional, dando mais solidez e legitimidade, além de usá-lo como um mecanismo de defesa. Visto

¹⁰ A Agência Brasileira de Cooperação define a cooperação técnica como aquela que se utiliza do repasse de conhecimentos e experiências positivas nacionais, expertise, tecnologia e equipamentos que visem a promover melhoras na estrutura dos sistemas produtivos dos países receptores dessa ajuda internacional, buscando acabar com os empecilhos que inibam o crescimento natural desses países (MILANI e CARVALHO, 2013)

que ações que projetam o capitalismo brasileiro no exterior – como os financiamentos do BNDES às empresas de base brasileira no exterior – não se enquadram dentro dessa concepção de cooperação para o desenvolvimento, o discurso acabava mascarando a ação intencional de se usar da CSS como meio para efetivar seus interesses nacionais (MILANI e CARVALHO, 2013).

Outra valorosa característica que deu peso à legitimação do discurso “Lulista” nas atuações brasileiras de CSS está ligada ao fato de se ter-lhe atribuído uma significativa conotação política, ao passo que deu grande impulso à perspectiva de solidariedade entre os povos do sul. Como consequência, a diplomacia solidária brasileira apresentou como necessária essa aliança entre os povos do Sul para a conquista de maior autonomia em relação aos países centrais, perante a estrutura internacional que emergia no início do século XX.

1.2.1 Outros atores da CSS

Além das considerações apresentadas, cabe ressaltar que durante a gestão de Lula da Silva, e depois continuada pela gestão Rousseff, houve uma impulsão em direção à descentralização da execução de política externa no eixo da CSS, criando espaços para agentes subnacionais, como estados e municípios, atuarem nesse meio, obtendo o seu marco na criação, em 2012, do Programa de Cooperação Técnica Decentralizada Sul-Sul (MILANI e CARVALHO, 2013).

Em anos anteriores ao eixo de política terceiro-mundista de Lula da Silva, principalmente nos anos 1960-1970, havia uma conotação mais econômica à CSS brasileira, mormente vinculada a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e ao *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), não havendo tão forte a ação política (LIMA, 2005). Segundo Saraiva (2007) apesar do Brasil possuir historicamente uma trajetória de política externa terceiro-mundista a forte recuperação dessa linha de inserção estratégica que aconteceu nos anos 2000 já havia começado no ano de 1993, com a ascensão do governo de Itamar Franco. Segundo o autor, mesmo sendo essa década pouco generosa para com a CSS, foi em 1993 que houve uma inflexão “proativa” na agenda da política externa brasileira, com a ascensão da corrente autonomista no corpo burocrático do Itamaraty, tendo o Brasil, a partir de então, buscado levá-la a cabo de forma atrelada às marcas neoliberais da nova ordem internacional vigente. Nessa fase, a CSS foi caracterizada por “tentativas” de ações mais isoladas do sentido Norte-Sul ou pela inconsistência de coligações planejadas na defesa de temas específicos.

A mesma autora chama atenção para duas formas possíveis de CSS que o Brasil passou a colocar em prática desde 1993. A primeira, identificada como prioritária, está vinculada ao seu relacionamento com o seu entorno próximo, ou seja, com seus vizinhos sul-americanos, onde os processos de integração regional são importantes mecanismos de efetivação. Já a outra dimensão estaria relacionada com o contato brasileiro com outros países que são considerados emergentes e *system-affeting*, como a África do Sul, China, Índia e Rússia. Nesse caso a CSS se concretizaria por basicamente duas vias. A primeira se realizaria nos marcos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), sendo feitos assim acordos com o bloco e esses outros países ou por meio do bloco com outras associações, nas quais esses países sejam participantes e, a segunda opção, de maneira individual, tanto no espaço internacional, via âmbito multilateral, ou como em vistas a estabelecer “parcerias estratégicas” (SARAIVA, 2007).

A CSS que o Brasil vinha realizando com esses países emergentes se mostrava positiva, visto que se observavam grandes avanços. Com a Índia e a África do Sul houve progresso nas áreas de cooperação científica, política e tecnológica, principalmente no plano do IBAS. Com a China, ampliaram-se programas dentro de questões técnicas e científicas, existindo choques na área comercial devido às disputas por mercado no continente africano e a ingerência chinesa no mercado interno brasileiro. Nas relações brasileiras com a Rússia ganharam notoriedade os aspectos comerciais e políticos (PECEQUILO, 2008).

Alguns outros desempenhos relevantes findados pelo Brasil no entorno na CSS, que são dignos de serem mencionados por terem concedido mais liderança a figura brasileira no meio internacional e regional, foram: o comando do Brasil na *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH); o papel mediador que a “diplomacia presidencial” brasileira tentou representar na crise boliviana; a função conciliadora no que corresponde às questões internas da Venezuela e entre o governo venezuelano de Hugo Chávez e os Estados da região e a tentativa de tranquilizar a situação equatoriana por fora do espaço da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SARAIVA, 2007).

O governo de Lula da Silva ao materializar os projetos de CSS, no seu âmbito mais geral, usou mecanismos construídos em outros governos, como é o caso do MERCOSUL, mas também conformou outros instrumentos que ajudaram a promover a CSS, como é o caso do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e o grupo dos BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul), no contexto extra regional, e a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que depois se desencadearia na Comunidade de

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), no meio inter-regional.

No tocante às modalidades de cooperação para o desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (apud CABRAL, 2011) identifica quatro locações prioritárias: assistência humanitária, cooperação técnica, contribuições para bancos regionais e organizações internacionais e bolsas de estudo.

As áreas temáticas em que o Brasil tem desenvolvido seus projetos de cooperação técnica, dentro da CSS, estão associadas às questões de saúde, educação, agropecuária, comunicação e tecnologia e questões energéticas. No âmbito da saúde a ABC trabalha em conjunto com o Ministério da Saúde e realiza parcerias estratégicas com a *Fundação Oswaldo Cruz* (FIOCRUZ), possuindo projeto que giram em torno de questões de saúde pública como é o caso da AIDS, por exemplo (MILANI e CARVALHO, 2013). Foram realizadas também ações nas questões relacionadas a energia a partir da biomassa, etanol e biodiesel, além de projetos de CSS dentro do ramo de comunicação e tecnologia da informação, devido ao êxito do Serviço Federal de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda (SERPRO) (FONSECA, 2008).

Já no escopo da educação, o país investiu principalmente na qualificação profissional, podendo-se citar a atuação conjunta com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para criar centros que proporcionem formação profissional, como é o caso do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola (MILANI e CARVALHO, 2013). Ao mesmo tempo, expandiram-se fortemente projetos vinculados ao setor agropecuário, possuindo grande apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), atuando, como exemplo, em países como Mali e Chade (FONSECA, 2008).

Com o exposto, pode-se inferir que houve progressos significativos com a CSS levada a cabo durante o governo de Lula da Silva e que houve ganhos advindos dessas parcerias. Os resultados foram positivos nas áreas da educação, saúde, agricultura, energias e no comércio, os quais permitiram ganhos políticos, econômicos, tecnológicos, científicos e sociais. Apesar disso, entende-se que, embora tenham havido conquistas, ainda se percebe que não foram explorados todos os potenciais que a CSS tem a oferecer, inclusive dentro das parcerias postas em prática. Pode-se visualizar também que a prioridade dada a CSS pelo governo brasileiro não esteve desassociada dos interesses nacionais do país, ficando mais tangível quando analisamos as tentativas de legitimação da atuação brasileira no cenário internacional através do engajamento político brasileiro e do discurso, oral e documentado, do Brasil no ambiente externo. Além de tudo, se faz extremamente útil

evidenciar que a cooperação horizontal defendida por Lula da Silva não anulou a cooperação ou as relações que o país tinha, e tem, com os países desenvolvidos do sistema internacional, havendo assim em sua gestão uma combinação de eixos, vertical e horizontal, que compuseram juntos sua política externa.

1.3 ANGOLA E AS RELAÇÕES SUL-SUL

Conforme se tem apresentado nesse estudo a política externa como produto final da somatória das vivências do ambiente doméstico e do meio internacional, faz-se necessário explicar um pouco sobre a realidade angolana contemporânea, relacionando as duas instâncias mencionadas anteriormente, para se entender os rumos da política externa desse país.

Angola teve sua independência declarada no ano de 1975, conquista que foi resultado de uma intensa disputa entre movimentos nacionais angolanos e a metrópole portuguesa. Nessa época existiam três movimentos fortemente atuantes, sendo tais: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (LIMA e SANTOS, 2015). Durante a luta pela independência, a política externa do país-colônia se resumia a buscar meios que ajudassem a manter o *status quo* presente, todavia já se observava relações internacionais cooperativas entre agentes internos, movimentos revolucionários, e outros agentes internacionais, Estados, que provocavam ingerência nos assuntos internos do respectivo país.

1.3.1 Relações com as potências

Desde a época da luta pela conquista da libertação de Angola se apresentam laços análogos à cooperação internacional, no sentido de certos países custearem com pessoal, tecnologia e financiamento os grupos nacionalistas nas suas respectivas lutas. Entre esses países se encontram os Estados Unidos da América (EUA) e a África do Sul, considerada do sul global, apoiando o FNLA e a UNITA, e outros países também hoje nomeados como sul global, como Cuba e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dando suporte ao MPLA (ALVES, 2013; JOSÉ, 2011; MALAQUIAS, 2011). Para além das complicações inerentes aos conflitos de emancipação colonial Angola também contou com a ingerência da Guerra Fria no seu processo de consolidação do aparato estatal, ao se tornar palco de disputa entre os dois grandes gigantes.

Após a conquista da independência, depois de um longo caminho de lutas internas e de pressão internacional, com a tomada do poder pelo MPLA, o país entrou em uma profunda guerra civil travada entre os movimentos nacionalistas com o objetivo de assumir o poder (MALAQUIAS, 2011). Nesse caso as grandes forças em atrito eram representadas pelo MPLA, financiado pela URSS, e a UNITA, financiada por EUA e África do Sul (JOSÉ, 2011).

Com o fim da Guerra Fria e posteriormente o fim da guerra civil angolana, em 2002, o governo do país ficou num momento imediato desamparado internacionalmente, visto que não contava mais com o apoio de seu principal parceiro, a URSS. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a política externa angolana conseguiu “independizar-se”, dando um passo a mais rumo à diversificação das suas relações internacionais, visto que prezou pela impulsão do seu contato com os principais países da atual arena internacional, a dizer os EUA, a Rússia, a China, o Japão e a União Europeia (UE) (JOSÉ, 2011; ALVES, 2013).

A política externa do país passou a ter diretrizes mais claras de uma projeção universalista, fazendo alianças que visavam a estabilidade interna, a reestruturação do aparelho estatal e a reconstrução e desenvolvimento do país, buscando materializar tais objetivos principalmente com parceiros no nível global, por meio de relações políticas e comerciais (OPPERMANN, 2016). Ao mesmo tempo, teve como inserção internacional prioritária, mais precisamente a partir da década de 1990, a aproximação regional positiva pautada principalmente em temas de segurança e defesa, com vistas a desempenhar um papel moderador e estabilizador, utilizando-se para tanto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) (JOSÉ, 2011; OPPERMANN, 2016). Além disso, também buscou dinamizar sua presença no continente asiático (JOSÉ, 2011).

Logo, o alinhamento internacional do país passou a se relacionar com os eixos-chaves da sua política externa, a saber: 1) a não intervenção e não ingerência nos assuntos internos; 2) o respeito a autodeterminação dos povos; 3) o respeito à soberania das nações; 4) a solução pacífica de controvérsias; 5) a igualdade jurídica entre os Estados; 6) o zelo pelos direitos humanos; 7) o ostracismo e embate ao racismo, tráfico de órgãos e seres humanos, a corrupção, ao terrorismo e ao narcotráfico; e 8) ganhos mútuos (Constituição da República de Angola [s.d] apud PIRES, 2015).

Outros fatores que norteiam a política externa de Angola são: a tentativa de conformar uma ordem internacional mais democrática na medida em que se possibilita a participação efetiva dos países em desenvolvimento no cenário internacional; o entendimento que o Direito Internacional é o mecanismo que deve reger as ações das nações; o resguardo a cooperação como meio para o convívio

dos Estados; a proibição de instalação de bases militares estrangeiras (PIRES, 2015); o estabelecimento de relações com outros países do Sul como uma das maneiras para se conquistar autonomia (JOSÉ, 2011).

A reestruturação interna, política, econômica e social, pela qual Angola passou em sua história contemporânea, desde as remotas tentativas de independência, desgastaram excessivamente o país o deixando frágil em relação às investidas do cenário internacional e de suas múltiplas conjunturas. O país passou de dinâmicas econômicas integradas, para um caráter mais estatal, entre o seu pós-independência até o final da guerra Fria. Depois, transformou-se em uma economia de livre mercado. Ao fim da Guerra Fria, com as adaptações econômicas da época, Angola se encontrou totalmente desestruturada e novamente buscou ajuda externa para conseguir reorganizar suas pendências internas (ALVES, 2013; JOSÉ, 2011; OPPERMANN, 2016), havendo uma aproximação oficial com os EUA a partir do início dos anos 1990, tendo o MPLA como agente dessa interação, após as eleições presidenciais (JOSÉ, 2011; OPPERMANN, 2016).

Tal ação se torna um desafio para Angola, pois para a real efetivação dessa aliança, precisava subjugar-se a certas condições impostas pelos EUA. Entre tais condições estavam o fim do partido único e a defesa da democracia, o zelo pela transparência governamental e o fim da corrupção e a defesa dos direitos humanos (OPPERMANN, 2016). Todas essas adequações não ocorreram de maneira regular, perpassando por vários reescalamentos, o que influenciou nas relações entre esses dois países e conseqüentemente nas demais relações que Angola buscava manter.

Dentre a literatura utilizada para esse trabalho não se encontraram evidências de um eixo de CSS na política externa angolana com o mesmo teor dado pelo Brasil, em determinados momentos históricos, apesar de Angola ter apresentado esse intuito. Portanto, apesar de não haver grande politização do tema, o país prezou por realizar esse tipo de interação, ainda que em menor medida que o Brasil.

Angola tem mantido fortes ligações com a China, que é um importante financiador de sua reconstrução interna (OPPERMANN, 2016). As relações entre China e Angola datam dos primeiros estágios da guerra de independência, com financiamento a movimentos nacionalistas angolanos. Tal custeio variou de tempos em tempos em questão de direção, ou seja, se destinou ao longo do período dessa guerra aos vários grupos rebeldes (MALAQUIAS, 2011).

Muitos estudiosos elencam hoje um conceito denominado “modelo angolano”, que seria o resultado dessa interação, tendo a China estendido esse modelo aos outros países africanos (MALAQUIAS, 2011). O modelo se baseia em grandes financiamentos chineses aos países africanos

para que promovam o seu desenvolvimento em infraestrutura, tendo como contrapartida a disponibilização de matérias-primas, que no caso angolano tem sido o petróleo e as commodities agrícolas (OPPERMANN, 2016). Ademais da disponibilização de crédito, da presença empresarial chinesa e dos intercâmbios comerciais, outra forma de parceria que ocorre entre esses dois países está na conformação de *jointventures*. Nesse caso pode-se dar exemplos no segmento do mercado de petróleo, entre a chinesa Sinopece e a angolana Sonangol e no ramo de extração de diamantes entre a CIF e a Enangol (OPPERMANN, 2016).

Além das formas de interação mencionadas, se faz interessante observar a visão da sociedade angolana. Se por um lado, o Estado angolano vê a China como um importante aliado estratégico, a sociedade local enxerga tal situação com ressalva, pois a população trabalhadora ao olhar o crescimento provocado pela presença chinesa, se desaponta por não conseguir se inserir dentro desse mercado, visto que muitas vagas de trabalho são ocupadas por trabalhadores chineses (MALAQUIAS, 2011). Tampouco a classe elitista mira com bons olhos essa aproximação, pois ao passo que acontece, ganham concorrência no mercado interno, o que os deixa em desvantagem.

As relações que Angola possui com o Estado russo também remontam desde o início da guerra pela independência, quando a Rússia ajudou fortemente o MPLA e desde então até o fim da Guerra Fria, durante todo esse período auxiliou com pessoal, tecnologia, armamentos, custeio e inclusive em capacitação militar (MALAQUIAS, 2011). Nos anos de 1990 após a queda da URSS houve um afastamento nas relações entre esses países, entre outros motivos, devido à Rússia se atentar para as suas resoluções de problemas internos e pela Angola passar por um período de reformas internas visando se adaptar a política do Ocidente (OPPERMANN, 2016). Assim que, as relações entre esses países se mantiveram durante a década de 1990, mas não tão intensas como antes, todavia voltaram a se intensificar com o passar dos mesmos anos, principalmente nos seus anos finais. Ao longo do tempo, as relações consolidaram-se, inclusive no âmbito de cooperação nos aspectos políticos, econômicos, técnicos, comerciais, militares e científicos. A Rússia possui muitos investimentos¹¹ em infraestrutura na Angola, como na construção de residências, escolas e de hidrelétricas, além de ter empreendimentos no setor de segurança e defesa, no ramo bancário, de mineração, de diamantes e hidrocarbonetos (MALAQUIAS, 2011).

¹¹ Angola é um país que oferece muitos incentivos a investidores estrangeiros ao estabelecer acordos com muitas vantagens fiscais, uma população jovem e muitos recursos naturais (RAIMUNDO, 2017).

1.3.2 Relações com a periferia

O primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o Brasil, poucas horas depois da declaração da independência, e desde então as relações entre os países têm aumentado¹², sendo interessante observar que mesmo durante o período da década de 1990, marcado pela liberalização comercial e pelo alinhamento com as grandes potências Ocidentais, foi entendido por ambas as partes que essa era uma relação que deveria ser priorizada (LIMA, SANTOS, 2015; RIZZI, 2005).

Brasil e Angola firmaram em 11 de julho de 1980 o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, que serviu de base para todos os demais acordos de cooperação internacional entre esses dois Estados (RIZZI, 2005). Para efetivar essas relações, principalmente no âmbito econômico e comercial, fez o uso de acordos de *countertrades*, entre outros mecanismos, onde os países acordaram que haveria a permuta de bens. Em troca do petróleo angolano, o Brasil disponibilizaria seus serviços e mercadorias¹³ (RIZZI, 2005).

Desde esse período, entraram em vigor projetos de cooperação, protocolos de intensão, acordos e ambientes de diálogo entre esses países que respaldam sobre as áreas de cooperação técnica, econômica e política, mais precisamente abrangem temas sobre a agricultura, transporte e comunicações, hotelaria e turismo, comércio, indústria, geologia e minas, energia elétrica e águas, educação, cultura, segurança pública, esportes e apoio a criança (RIZZI, 2005; OPPERMANN, 2016).

Como pode-se observar há uma abundância de temáticas abordadas pelos projetos de cooperação e um número significativo deles em voga. Segundo Rizzi (2016, apud OLIVEIRA; SILVA, 1993) a justificativa para a grande proporção de ações de cooperação entre esses países é pelo fato de ambos explorarem suas vantagens similares no âmbito das possibilidades da tecnologia intermediária, das condições geológicas e do bom ambiente de diálogo. Vale destacar que, além da via bilateral, tais Estados também se utilizam da via multilateral para negociarem, através de

¹² Stuenkel (2014 apud CORRÊA, CASTRO, 2016) aponta, em inventário sobre o relacionamento entre os países no pós-II Guerra Mundial, para um significativo desleixo da parte brasileira ao atestar o descaso com o papel do negro na sociedade brasileira ao ponto de silenciar ajuda aos movimentos de libertação de Angola, durante o governo de Juscelino Kubitschek, deixando para o seu sucessor fazer os primeiros movimentos de fortalecimento nas relações ao nomear o jornalista negro Raymundo de Souza Dantas para conduzir a embaixada brasileira em Acra e recepcionar as embaixadas de Gana e Senegal. Para além o mesmo autor advoga que o continente africano foi esquecido pelo presidente Castelo Branco e que houve uma intensificação nas interações durante os anos 1970.

¹³ Essa modalidade teria sido utilizada na primeira atividade desempenhada pela Odebrecht em Angola (CORRÊA e CASTRO, 2016) e continuada até os dias atuais (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016).

instituições, dentre as quais se destacam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (OPPERMANN, 2016).

Para além das relações de cooperação já mencionadas, vale aqui comentar sobre outras três aproximações realizadas por Angola com outros países pertencentes à periferia do sistema internacional, mais especificadamente África do Sul, Cuba e Índia. Em relação à África do Sul, nota-se que houve no decorrer do tempo aproximações e distanciamentos em suas relações internacionais, sejam comerciais, econômicas ou políticas (OPPERMANN, 2016). Todavia, pode-se constatar a ocorrência de um aumento significativo no comércio bilateral a partir de 2009, sendo que no ano seguinte houve acordos assinados por ambos os países para intensificar a cooperação nas áreas de telecomunicações, desenvolvimento, infraestrutura, tecnologia, informação e mercado financeiro. O resultado disso foi a busca pelo maior adensamento dos seus contatos, especialmente no meio econômico e no incentivo para a conformação de projetos de cooperação atrelados à mineração, agricultura, comunicação, educação, saúde e infraestrutura, dentre outros (ANGOLANEMBASSY, 2016 apud OPPERMANN, 2016).

A parceria cubano-angolana também remonta, em conjunto com a chinesa e a russa, aos princípios da guerra pela independência (MALAQUIAS, 2011). As mais emblemáticas aproximações entre esses dois países estiveram nessa guerra e na guerra civil, quando Cuba forneceu a Angola grande apoio de tropas militares, força de trabalho para a reconstrução do país, médicos e professores, itens sempre direcionados para o grupo nacionalista MPLA, mantendo essa relação estável e forte até o início da década de 1990 (ALVES, 2013). De resto, em 1997 tais Estados assinaram vários acordos singulares que visavam a formação de quadros técnicos na área da educação, relacionados as áreas das artes e de esportes, para promover o intercâmbio nos segmentos de investigação cultural e artística, a própria formação de professores, materiais científicos para a docência no ensino acadêmico e a de pessoal, discentes e docentes (ALVES, 2013).

Quanto à Índia, não se encontra uma expressiva cooperação se comparada, por exemplo, com os outros países dos BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul) (OPPERMANN, 2016). Porém, a Índia liberou linhas de crédito para Angola investir na expansão de suas rodovias, auxiliando o desenvolvimento da infraestrutura do país africano. Devido ao interesse do país asiático pelas reservas de gás natural liquefeito e de hidrocarbonetos de Angola, os países acordaram em permutar benefícios. Em troca da Índia estar autorizada a participar do projeto de Angola para o uso do gás natural liquefeito, através da empresa de gás indiana GAIL, o país africano participaria da formação

de quadro técnico na área da indústria e tecnologia de gás (KIALA, NGWENYA, 2011 apud OPPERMANN, 2016).

Para concluir esse tópico, cabe ainda destacar que a política externa de Angola sofreu inflexões ao longo do tempo, tendo havido ingerência externa, desde a era colonial até o período pós independência. É bem verdade que há objetivos permanentes desde a independência, como por exemplo, a busca pela estabilidade interna e pela reestruturação física, que tem se mantido no longo prazo. Contudo, a influência externa provoca uma perda da capacidade do país em concretizar a sua autonomia perante o sistema internacional, no sentido de conquistar margem de manobra no mesmo, causando dificuldades para pautar agendas próprias de política externa, como é o caso da cooperação Sul-Sul. Ao se levar em consideração as prioridades elencadas hoje por Angola, deve-se frisar que o país busca uma política externa de cunho mais universalista, com certa relevância para as relações com os países do Sul global, ainda que não tenha uma clara diretriz de política externa Sul-Sul.

1.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Com a intensificação do fenômeno da globalização a socialização entre os Estados se tornou inevitável e a construção dos interesses nacionais se moldou, cada vez mais, pelas disputas entre estes e os outros agentes das relações internacionais. Atualmente a interdependência complexa rege as negociações internacionais e o padrão neoliberal direciona as leis de atuação dos Estados e seus agentes. Toda a interação advinda desse processo sempre é acompanhada por um preço a ser pago, em sua maioria de alto valor para as economias periféricas, englobando o âmbito econômico, político, militar e social.

Após a acentuação desses grandes desfalques observados nos países em desenvolvimento e a percepção dos mesmos sobre a necessidade de reverter esse cenário, iniciou-se, ainda na década de 1950, um movimento levado a cabo por esses países periféricos com o fim de mitigar os efeitos da falta de atenção dada ao desenvolvimento de tais economias. A partir de então começaram a fortalecer as demandas e o movimento de forças para buscar incentivos ao desenvolvimento desses países, com a nomeada Cooperação Sul-Sul (CSS), havendo variações na conformação desse movimento no decorrer do tempo. Tal oscilação acompanhou tanto a forma, os propósitos e a composição dos países, sendo este não respaldado somente em questões numéricas como em qualidades e matrizes econômicas.

Os objetivos levantados nos anos iniciais da CSS que se resvalavam na procura por uma mudança estrutural da ordem internacional, hoje se sintetizam, mais que nada, em um mecanismo encontrado como saída mais assertiva para os países se inserirem no sistema internacional, com forte liderança dos atuais países emergentes, como o Brasil. Nesse sentido, os Estados procuram trazer o melhor dessa dança das cadeiras para o seu desenvolvimento nacional e inserção internacional. Nesse caso, o fortalecimento do discurso e da inserção do tema nos fóruns internacionais, por parte dos países semiperiféricos, acaba apoiando-os na tentativa de concretização dos seus interesses nacionais, e como fim último alavanca o seu marketing internacional.

O caso brasileiro e angolano está altamente envolvido nesse raciocínio. O Brasil revelou-se hábil jogador na busca pela concretização de seus interesses nacionais, ao fortalecer suas ações de política externa sob a orientação da CSS, promovendo uma apresentação positiva e solidária. Na mesma medida, maquiou a descrição de suas ações de CSS e instigou a necessidade da realização de uma luta conjunta, entre os países periféricos por espaço no cenário internacional.

No mesmo compasso em que o Estado brasileiro conseguiu a ampliação e diversificação dos projetos de CSS no continente africano, conquistou-se o arrefecimento das relações diplomáticas e assim o aumento da confiança e credibilidade dos atores nacionais, como o caso das empreiteiras, proporcionando, por meio destas, maior operacionalidade aos interesses brasileiros no continente. Não por acaso, a desenvoltura brasileira no escopo da CSS com a África, foi acompanhada pelo aumento do Investimento Direto Brasileiro (IDB), e também não por acaso, outorgou-se perdão às dívidas externas desses países, visto que sem tal ação traziam-se dificuldades para a continuação da concessão de novos empréstimos, os quais operavam como financiadores da expansão de indústrias brasileiras.

Em contrapartida, Angola ao compartilhar das ações de política externa terceiro-mundistas, embora não tenha essa agenda como sua prioridade, beneficiou-se, apresentando alta lucratividade com o aprofundamento de suas relações com o Brasil e a China, por exemplo, já que estes auxiliaram em muito no seu desenvolvimento interno.

A ajuda para o desenvolvimento de Angola promovida através das ações de CSS, em conjunto com as parcerias que surgiram com estas, deram ao país mais oportunidades na busca do seu crescimento. Estas oportunidades foram facilitadas devido a menor condicionalidade exposta nas relações com os países em desenvolvimento, e pela crescente participação dos países emergentes, na economia mundial.

Assim, observa-se, em respeito a esse caso de CSS, Brasil-Angola, a existência de uma relação de ganhos para ambos os lados, de graduação variada. Essa é uma parceria imbuída de um discurso oficial “solidarista” falho, no sentido de que não há a romântica irmandade sonhada, havendo, portanto, uma cooperação regida por interesses políticos, econômicos e comerciais, que no fim de tudo favorecem a ambas as economias, onde a relação entre empresariado e interesse nacional se fazem presentes. Por fim, entende-se suficientemente justificável, devido ao diferente grau de ganhos comparativos no escopo da CSS, a adesão de uma distinta tonificação na importância que ambos os países dão a essa agenda em sua política externa.

2 ATUAÇÃO DA ODEBRECHT EM ANGOLA (2003-2010)

Nesse segundo capítulo, realiza-se um estudo de caso sobre a Odebrecht, relativamente à sua atuação em Angola, na fase em que o Brasil tinha as relações Sul-Sul como um dos seus principais focos de política externa. A Organização Odebrecht é uma multinacional que manteve atividades, projetos relacionados aos vários empreendimentos do grupo, nas Américas, na Europa, na África, no Oriente Médio e na Ásia, entre os anos de 2007 a 2010. Durante esse espaço de tempo, a empresa cresceu em tamanho e diversificação dos seus negócios, concentrando atividades empresariais em diversas áreas, como Química e Petroquímica, Construções Imobiliárias, Engenharia e Construção, Etanol e Açúcar, Engenharia Ambiental e Óleo e Gás, ao mesmo tempo em que ampliou a sua receita bruta (ODEBRECHT, 2007, 2008, 2009, 2010). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi um ente auxiliador desse processo.

Uma característica da Odebrecht que chama atenção é a quantidade de projetos de que dispõe para se relacionar com as comunidades envolvidas com a obra, que ultrapassam o próprio projeto de infraestrutura. A companhia possui, sob sua administração, grande quantidade de programas sociais relacionados à educação, geração de renda, saúde e meio ambiente, englobando uma parte das sociedades dos locais onde se realizam as obras. Outro grande cuidado que a corporação indica ter é a opção pela promoção de atitudes responsáveis com o ecossistema, mediante adoção dessas práticas no âmbito da produção da empresa ou através dos programas sociais. Também teve o cuidado de especificar suas ações com vistas à manutenção de um ambiente saudável aos seus trabalhadores, reforçando a precaução pela segurança, e com isso as iniciativas de controle de acidentes, bem como o devido cuidado, caso ocorra alguma fatalidade (ODEBRECHT, 2014, 2015). Esses zelos expostos são acompanhados pelos empreendimentos que auxiliam na gestão das ações da Odebrecht, sendo tais a Fundação Odebrecht, a Odebrecht Administração e Corretora de Seguros, a ODEPREV Odebrecht Previdência e a Odebrecht Participações e Investimentos (ODEBRECHT, 2007, 2008, 2009, 2010).

Esse protótipo estrutural da empreiteira, com a sua organização gestora de projetos e as atividades paralelas, teve destaque nos relatórios da Odebrecht em Angola. Os dados referentes a essa situação são apresentados nesse capítulo, para situar a atuação da Odebrecht, em Angola, para a composição do empreendimento total da empresa. Além disso, discute-se a relevância dada pelo Estado angolano à atuação da empresa, denotando uma relação entre instituições locais e estrangeiras no processo da operação dessa EMN, no que tange ao comércio ou às parcerias “sem fins lucrativos”.

2.1 A *HOLDING* ODEBRECHT S.A E O BNDES

A Organização Odebrecht S.A iniciou suas atividades na década de 1940, mais precisamente em 1944, na cidade de Salvador-Bahia, atuando desde o início no setor de construção civil, tendo sido fundada por Norberto Odebrecht. Foi transformada em sociedade anônima (S.A) em 1954 e remodelou sua nomenclatura, passando a chamar-se Construtora Norberto Odebrecht S.A.

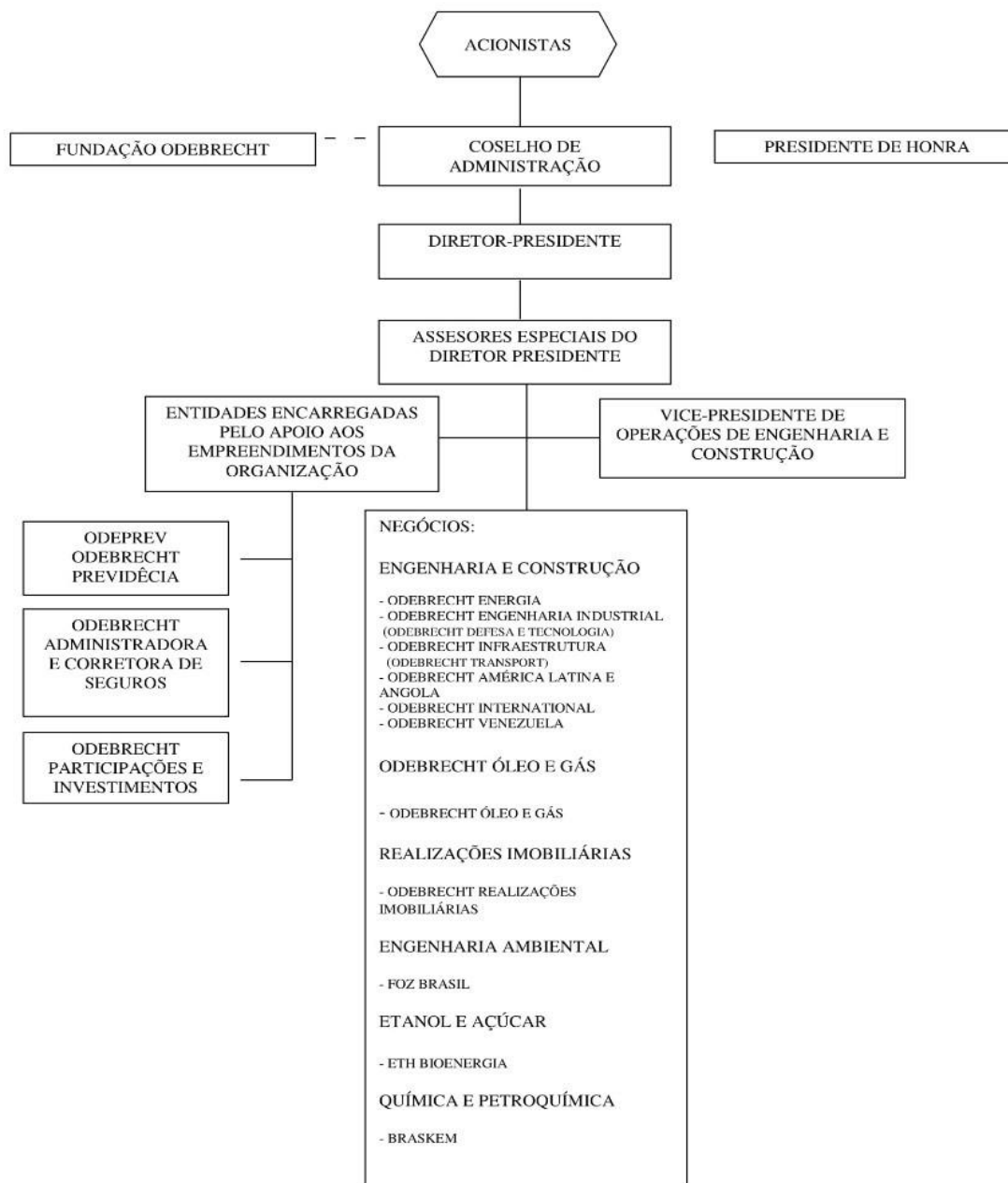
A organização cresceu muito no decorrer dos anos, desde a sua fundação. O movimento de expansão deu-se primeiramente através de um crescimento regional, dentro do próprio nordeste e, posterior a isso, houve uma ampliação em direção ao sudeste brasileiro. Em 1973 conquistou o emblema de empresa atuante no território nacional, visto que já continha, em sua posse, a coordenação de vários projetos em muitos estados brasileiros, possibilitando, em 1979, o começo da internacionalização do seu capital e a diversificação de seus empreendimentos.

O processo de transnacionalização ocorreu de forma flexível, quer dizer, não seguiu uma ordem restrita de expansão, ou seja, não limitou seu crescimento a um continente. Direcionou-se num primeiro instante à América do Sul, com as instalações no Peru e no Chile em 1979, num segundo momento postulou-se no continente africano, com a internacionalização em Angola em 1984, e por fim lançou-se para outras regiões do mundo, com Portugal, em 1988 (ODEBRECHT).

No ano de 1980 é realizada uma grande aquisição, reforçando seu desempenho no ramo de construção civil, com a inclusão da Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO) – organização que se encarregou de grandes projetos rodoviários no sudeste brasileiro – e assim ampliou sua atuação no negócio de Engenharia e Construção, já que se inseriu no segmento de hidrelétricas. Um ano depois é criada a holding Odebrecht S.A (ODEBRECHT).

A Organização é composta por muitos comitês e entes responsáveis pelo bom funcionamento dos negócios. De maneira geral, há estruturas que ordenam as prioridades da organização e atribuem as suas execuções, como o grupo de Acionistas, o Conselho de Administração, o Diretor-presidente e os assessores especiais do diretor presidente. Outras que amparam a organização assegurando o bom andamento das suas atividades, como a Fundação Odebrecht, a Odeprev Odebrecht Previdência, a Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros e a Odebrecht Participações e Investimentos. Por fim, tem-se a cadeia de negócios, que foca no planejamento e execução dos projetos dos vários setores que a companhia empreende. Vale postular que todas essas repartições contêm funções hierárquicas delimitadas. A seguir, um organograma apresenta a visão macroestrutural da organização.

FIGURA 01 – MACROESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT S.A.¹⁴.



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados nos relatórios anuais da empresa.

¹⁴ Observam-se pequenas alterações na composição da estrutura da organização no decorrer de 2007 a 2010, alterando mais a disposição que a natureza da mesma. Dessa forma a figura representa o arranjo encontrado no relatório anual correspondente ao ano de 2010.

Chame-se atenção para a concentração e centralização de seus empreendimentos, visto que a cadeia de negócios da Odebrecht S.A é formada por empreendimentos em vários ramos e setores de produção, entre estes se encontram o mercado de Engenharia e Construção, Óleo e Gás, Realizações Imobiliárias, Engenharia Ambiental, Etanol e Açúcar e Química e Petroquímica. Na sequência exibir-se-á uma tabela esclarecendo o direcionamento dos negócios da companhia.

QUADRO 01 – EMPREENDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT S.A¹⁵.

SETOR DO EMPREENDIMENTO (NEGÓCIO)	EMPRESA	MERCADO DE ATUAÇÃO
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	ODEBRECHT ENERGIA	Empresa que atua no ramo de construção. É uma construtora no país e investidora, no Brasil e no exterior, que gerencia projetos no setor de energia elétrica, primando por energias provindas de fonte renovável.
	ODEBRECHT ENGENHARIA INDUSTRIAL - ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA	A Odebrecht Engenharia Industrial desempenha suas funções no âmbito de projetos industriais e outros serviços integrados destinados a fregueses no setor de química e petroquímica, siderúrgica, mineração, termoeletricas, petróleo e gás, papel e celulose, fertilizantes, bioenergia e defesa e tecnologia – através da Odebrecht Defesa e Tecnologia - no Brasil e no exterior, podendo estar atuante desde o estudo da viabilização do projeto até a manutenção do mesmo, quando este estiver em operação.
	ODEBRECHT INFRAESTRUTURA - ODEBRECHT TRANSPORTE	Desenvolve seus projetos no Brasil no âmbito da mineração, saneamento, transportes, irrigação, arenas esportivas, centros de exposições e administrativos e escolas. Através da Odebrecht Transport executa projetos na área de transporte e logística.
	ODEBRECHT AMÉRICA LATINA E ANGOLA	Concede serviços na área de engenharia, construção e infraestrutura na América Latina e Angola.
	ODEBRECHT INTERNATIONAL	Atua no escopo da engenharia e construção, com foco em ações de infraestrutura em vários países do globo, através de unidades próprias, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .
	ODEBRECHT VENEZUELA	Presta serviços a clientes públicos e privados, na Venezuela, na área de engenharia e construção, óleo e gás, agrícola e petroquímico.
ÓLEO E GÁS	ODEBRECHT ÓLEO E GÁS	Dispõe de respostas integradas para a indústria do petróleo <i>upstream</i> – momento da produção que precede o refino. Atende seus clientes a partir do parecer da engenharia, prestando serviços que envolvem ações desde a fabricação, instalação e manutenção de infraestruturas até a própria operação das mesmas. Sua presença não se restringe ao Brasil.
REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS	ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS	Empresa que desempenha suas ações no escopo da construção civil, edificando infraestruturas que atendem as demandas de diversas classes sociais, possuindo projetos ligados as necessidades comerciais, corporativas, turísticas e residenciais.

¹⁵ Observaram-se, como na composição da macroestrutura da organização, pequenas alterações na conformação dos negócios da Odebrecht S.A, sendo que tais mudanças seguiram a mesma lógica das alterações anteriores.

		Contém o controle da empresa Bairro Novo, organização ligada ao atendimento de clientes de baixa renda.
ENGENHARIA AMBIENTAL (criada em 2008)	FOZ BRASIL	Possui função relacionada à operação de projetos e investimento em segmentos de mercado vinculados ao tratamento de efluentes e resíduos industriais, de resíduos urbanos e de saneamento, água e esgoto, no Brasil e em outros países. Conta, para a sua atuação, com parcerias público-privadas (PPP) e com o controle de outras empresas relacionadas ao ramo em que atua, como a Lumina Soluções Ambientais.
ETANOL E AÇÚCAR	ETH BIOENERGIA	Criada em 2007, a empresa atua na produção, comercialização e logística de etanol, energia elétrica e açúcar, atuando também como trading. Contava com capital majoritário da Odebrecht S.A, e outras empresas, como o BNDES, em 2009. Em 2010 a ETH Bioenergia S.A uniu ativos com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (BRENCO).
QUÍMICA E PETROQUÍMICA	BRASKEM	Produz resinas termoplásticas. É líder nas Américas nesse ramo de atuação e líder global em produção de biopolímeros. Adquiriu a brasileira Quattor Petroquímica e ativos da estadunidense Sunoco Chemicals em 2010, em aliança com a Petrobrás. Ademais, possuía em 2008 ações listadas na bolsa de valores de Nova Iorque, Madri e São Paulo, entre seus acionais encontrava-se entre 2008-2009, a Odebrecht S.A, a Petrobrás e o BNDES.
ENCARREGADOS PELO APOIO AOS EMPREENDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO	ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	Encarrega-se de investimentos no setor de infraestrutura, atrelados a área de transporte, energia, construção civil, logística e projetos de irrigação no Brasil, na América Latina e em outros países desenvolvidos. Opera por meio de concessões e PPP, podendo vir a acompanhar o andamento dos projetos.
	ODEBRECHT ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS	Empresa que cuida da segurança dos recursos tangíveis e intangíveis das empresas da organização. Entre uma das linhas que opera, a seguros e garantias internacionais, contabilizou, em 2010, 21 anos de atuação com mais de US\$ 21.9 bilhões em suas operações sem nenhuma solicitação de aplicação.
	ODEPREV ODEBRECHT PREVIDÊNCIA	Entidade fechada que complementa o apoio no preparo para a vida pós-carreira dos integrantes da Odebrecht S.A. ¹⁶
	FUNDAÇÃO ODEBRECHT	Promove ações voluntárias que visam ao desenvolvimento das regiões e países em que a organização atua, através do desenvolvimento de programas que proporcionem a inclusão da sociedade na produção e a preservação cultural e ambiental do patrimônio que a região comporta. ¹⁷

FONTE: Elaboração própria a partir dos relatórios anuais da empresa referentes às atividades dos anos de 2007 a 2010.

¹⁶ Nos relatórios anuais entre 2007-2009 aparece a descrição de que essas ajudas são destinadas aos integrantes que trabalham na organização dentro do país e também é estendida a brasileiros que trabalham no exterior, por meio do plano Odeprev Renda Mensal. Todavia, no relatório de 2010 não apareceu menção a tal situação.

¹⁷ Contou com o apoio de organizações multilaterais, como a ONU e o BID, o BNDES e outras entidades governamentais e agentes privados em iniciativa no Baixo Sul da Bahia, segundo o relatório anual da organização, respectivo ao ano de 2010.

Com a tabela acima se notam importantes considerações. Além de demonstrar que se trata de uma grande organização empresarial, em tamanho e diversificação de empreendimentos, é possível perceber a importância do setor de Engenharia e Construção dentro dos negócios da organização e a importância de Angola na empresa. Esse é o caminho que a análise desse trabalho segue, averiguando a estrutura do negócio de Engenharia e Construção em relação à atuação em Angola. Todavia, é importante destacar, ainda, algumas outras questões sobre a empresa.

A Organização Odebrecht dispõe de profissionais especialistas em suas funções, que algumas vezes participam ou já estiveram vinculados a atividades de outras importantes instituições, situação que possibilita a ampliação de sua rede de contatos, o que por fim favorece a concretização de suas atividades (ODEBRECHT). Esse caso pode ser observado na conformação do seu Conselho Administrativo, com a participação de figuras como Rubens Ricupero que já ocupou importantes cargos governamentais, manteve relações com o meio acadêmico, canais de informação e com o meio diplomático. Outro exemplo é Newton de Souza, que fez parte do conselho e que atuou, em tempo anterior, como advogado sênior do departamento de América Latina e Caribe do Banco Mundial. No outro sentido, houve a participação de Emílio Odebrecht na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)¹⁸.

Além do estabelecimento indireto de contatos, que permeabilizam a atuação da organização no mundo, contatos diretos também são construídos com o objetivo de ampliar a atuação da companhia, como é o caso da intrínseca relação que possui com as entidades de ensino de várias regiões do globo e a relação que mantém com as mídias locais (ODEBRECHT, 2008, 2009, 2010, 2011).

De forma a complementar sua estratégia de perpetuação e infiltração na cultura política, econômica e social das regiões em que possui empreendimentos, a corporação estabelece relações

¹⁸ Segundo Badin, Morosi e Junior (2016) ambas as entidades, tanto a CNI quanto a FIESP, foram consultadas pelo governo federal para elaboração de acordos internacionais de investimento que viessem a promover o interesse desse grupo. De 2002 em diante a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) iniciou um processo, em conjunto com outras organizações governamentais, com o objetivo equacionar questões a respeito das disposições burocráticas relacionadas ao investimento externo, sendo somente em 2012 que esta atribuiu a função de estudar, entre outras coisas, a produção de um novo acordo de investimento suscetível às ambições, restrições e carências brasileiras na esfera internacional (BADIN, MOROSINI e JUNIOR, 2016), ao Grupo Técnico de Estudos Estratégicos de Comércio Exterior (GTEX), ação esta que resultou na elaboração de relatórios, realizados por meio da pesquisa com o setor privado sobre as dificuldades da internacionalização das empresas brasileiras. Tais documentos foram posteriormente utilizados pelo governo, que através do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) apresentou um modelo de acordo internacional de investimento aos países receptores de investimentos brasileiros, que culminou na assinatura, entre Brasil e Angola, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em 2015 (BRASIL, 2013 apud BADIN, MOROSINI, JUNIOR, 2016). Observa-se que no mesmo ano houve a aprovação de uma nova Lei de Investimento Privado em Angola (RAIMUNDO, 2017).

voluntárias com a comunidade local por meio da Fundação Odebrecht, e assim, com o desenvolvimento de projetos comunitários de mais variada natureza, consegue sustentar, reforçar e legitimar, ainda mais, sua atuação nesses espaços. Para complementar a sua operação, também busca desempenhar atividades conjuntas com outras organizações, sendo elas entidades públicas ou privadas, em atividade nas regiões que atua (ODEBRECHT, 2008, 2009, 2010, 2011).

A atuação da Odebrecht está fortemente ligada ao papel de outra instituição brasileira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social¹⁹ (BNDES), sem o qual diversos investimentos da empresa não teriam sido viabilizados. Cabe, então, uma abordagem sobre esse banco.

2.1.1 A importância do BNDES

O BNDES foi fundado no ano de 1952²⁰, momento em que afirma a responsabilidade como banco de desenvolvimento e, para tanto, prezou pela elaboração de programas que promovessem o crescimento, expansão e modernização de vários ramos e setores da economia nacional, realizando financiamentos e apoiando investimentos de longo prazo (BRASIL, 2017). Serve-se de mecanismos que proporcionam atuação em sentido anticíclico, ou seja, que visem o estabelecimento de soluções e rearranjos da economia nacional em momentos de crise²¹.

Atualmente as ações dessa organização são inspecionadas, diretamente, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ao mesmo tempo em que a união atua como gestora do empreendimento através do Ministério da Fazenda, e assim a federação mantém suas funções de

¹⁹ De acordo com Mello e Marinho (2016) uma comissão brasileira teria desembarcado em Angola, em 2006, com acordo sendo fechado nesse intuito, para auxiliar na conformação de um banco de desenvolvimento angolano, que se chamaria Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), tendo semelhanças com o BNDES. Essa comissão era constituída por consultores ligados ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e uma comissão especial angolana. Os mesmos autores observaram a celebração de um Memorando de Entendimento, em 27 de maio de 2014, entre o BNDES e o BDA com vistas à troca de conhecimentos e de experiências que envolveriam desde questões administrativas, como o intercâmbio e formações de trabalhadores de ambas as instituições, até a ajuda financeira.

²⁰ A sua criação foi resultado da articulação de um grupo de especialistas que fizeram um amplo estudo analítico da economia brasileira, conformado em 1951 sobre o nome de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América (MELLO e MARINHO, 2016). Segundo os mesmos autores o banco não teria sido criado, na devida data, pela administração da época, com fins essenciais de fomentar o desenvolvimento nacional, mas sim ocasionado pela ajuda financeira de outras instituições internacionais, como o BIRD e o EXIM-BANK estadunidense, que reclamavam por um banco de desenvolvimento com arcabouço suficiente para gestar esses aportes financeiros (MELLO e MARINHO, 2016).

²¹ Importante mencionar que a partir de 2008 enormes aportes foram disponibilizados ao banco pelo Tesouro Nacional, tornando-o importante fonte de renda para a instituição, aonde estes não necessariamente vinham com direcionamento de crédito específico (MELLO e MARINHO, 2016). Para essa afirmação os autores de basearam nos relatórios anuais do banco de 2008 a 2012.

reguladora e controladora das atividades do banco (BRASIL, 2017). Ademais, há outros agentes fiscalizadores das operações bancárias, que são o Banco Central, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Congresso Nacional.

O banco possui linhas de financiamento à exportação que datam dos anos 1990 (CARTEMOL, 2010), mesmo período em que segundo a análise de Bugiati (2013 *apud* ALÉM, 1997) atuou como pilar do processo de administração e financiamento das privatizações brasileiras²². Segundo o mesmo autor, em 2002 realiza-se reforma no estatuto do BNDES criando-se duas outras entidades que a partir de então compõem a estrutura do banco, o BNDESPAR – subsidiária que mantém investimentos em valores mobiliários – e o FINAME – outra subsidiária que financia à produção e comercialização de máquinas e equipamentos para incremento das instituições brasileiras. Todavia, apesar de já se apresentar preocupações a respeito da promoção de competências vantajosas de empresas nacionais no mercado externo, o banco mantinha, até a metade do ano de 2002, apoio limitado à internacionalização mediante aportes em renda variável, o que se apresentou, ainda, insuficiente aos anseios do empresariado brasileiro (ALÉM e CAVALCANTI, 2005).

Na sequência, depois de percebida tal restrição e o fomento de discussões em relação a temática pelos agentes responsáveis, aprovam-se financiamentos destinados à promoção e ao fortalecimento de empreendimentos brasileiros no exterior, visando a incitação da exportação de mercadorias domésticas e a inserção brasileira, competitiva, no cenário internacional (ALÉM e CAVALCANTI, 2005). De maneira a complementar tal iniciativa, ainda embrionária, constitui-se em 2003 um Grupo de Trabalho para analisar a essa temática com o objetivo de impulsionar as ações nessa direção (ALÉM e CAVALCANTI, 2005). Observa-se, portanto, que as reformas começadas com Fernando Henrique Cardoso, continuam durante o governo de Lula da Silva (BUGIATO, 2013).

Vale observar que no estatuto do banco há o condicionamento dessas aplicações diretas no exterior às empresas que possuam capital nacional (ALÉM e CAVALCANTI, 2005). Tal complemento financeiro foi fundamental para o boom da internacionalização²³ de empresas

²² Segundo Paiva (2012, *apud* MELLO, MARINHO, 2016) houve a fundação da Área de Crédito do BNDES, em 1989, e assim a composição de ordenamentos de análise de risco e retorno para a instituição, logo com o tempo o banco foi aprimorando o seu arcabouço administrativo interno, que passou por várias transformações até chegar a atual. A partir de então a instituição começa a ter mais autonomia para gerir os seus negócios, se distanciando do exclusivo controle governamental, e observando com mais preocupação as situações de retorno financeiro (MELLO e MARINHO, 2016).

brasileiras demonstrado nos anos posteriores²⁴. Entretanto, a contínua ação dos investimentos em ativos mobiliários foi de significativo apreço ao crescimento de empresas brasileiras no exterior. Essa situação é notada ao se verificar que há um número significativo de empreendimentos brasileiros atuantes no exterior que possuem participação acionária do BNDESPAR, onde essas empresas mantêm atividades tanto no setor primário, como secundário e terciário, desempenhando suas funções nos diferentes ramos da economia (BUGIATO, 2013). Neste grupo encontram-se empresas pertencentes ao grupo da holding Odebrecht S.A.

A maioria dos recursos do banco advém de repasses governamentais, sendo que as principais fontes são providas do Programa de Integração Social (PIS) - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)²⁵ e do Tesouro Nacional (BRASIL, 2017)²⁶. Para além de tais fontes públicas o BNDES também é alimentado por outras entidades governamentais como o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), do Fundo de Garantia de Tempo e Serviços (FGTS) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Ao mesmo tempo consegue obter capital mediante Letras de Crédito Agrário, da emissão pública de debêntures²⁷ do BNDESPAR e de captações feitas no exterior via emissão de títulos e de organismos multilaterais²⁸ (BRASIL, 2017). O banco conta, ainda, com apoio de seu patrimônio líquido e com os recursos providos do Fundo Amazônia, o qual visa a preservação de tal bioma (BRASIL, 2017).

Segundo Cartemol (2010) as linhas de incentivo à exportação tem zelado pelo investimento em setores que dispõe de maior intensidade tecnológica, como é o caso das manufaturas que incutem grande valor econômico, dos serviços de engenharia e de *softwares*, tendo o autor constatado o

²⁴ Serão apresentados dados indicadores, aplicados a empreiteira Odebrecht S.A, que apoiam a devida afirmação na sessão posterior deste trabalho.

²⁵ No final dos anos 80 determina-se que 40% da angariação do PIS/PASEP devem ser destinados ao fomento das atividades do BNDES, após a extinção do fundo em 1990 e com a fundação do FAT este último passa a desempenhar a função do primeiro (BNDES, s.d.).

²⁶ Até o ano de 2009 grande parcela dos meios de financiamento do banco eram oriundos dos fundos governamentais PIS-PASEP e FAT, a partir de 2010, com o aumento dos repasses, o Tesouro Nacional se transformou em fonte central de recurso (BNDES, s.d.).

²⁷ Debêntures são valores mobiliários que exprimem dívidas de médio e longo prazo, sendo que aqueles que detêm estes papéis possuem direito de crédito em objeção a empresa emissora (ANDIMA e ABRASCA, 2008).

²⁸ Encontrou-se entre as instituições financeiras listadas, no site do BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), o *Nordic Investment Bank* (NIB), o *China Development Bank* (CDB), *Agence Française de Développement* (AFD), o *Swedish Export Credit Corporation* (SEK) e o Instituto Crédito Oficial (ICO).

aumento destes dois últimos. O mesmo autor sinaliza o aumento do preço das *commodities* como benéfico à arrecadação de muitos países que apresentavam contida a necessidade de incrementar sua infraestrutura e evidencia que, apesar do impacto da crise, muitos dos projetos destinados a este fim se mantiveram na ativa, justificando o caso devido a esta ser uma prioridade de governos nacionais.

Apesar da prioridade destacada, vale evidenciar que de modo geral essa instituição financeira investe em projetos que tenham como objetivo o engrandecimento de empresas capitaneadas por nacionais, de todos os setores (BRASIL, 2017). Sendo assim realiza ações, que visando ao seu foco, tangenciam a aquisição de novos bens de capital, equipamentos e máquinas, de produção nacional e credenciados ao banco, em operações no próprio capital de giro das empresas, no consumo de serviços, *softwares*, novos bens e bens intermediários, na captação de serviços e bens importados e despesas de internação, quando provada a carência de análogo doméstico e na própria recuperação de empresas, públicas e privadas, inclusive na infraestrutura das mesmas (BRASIL, 2017).

O amparo ofertado se dá por intermédio da adesão de valores mobiliários, pela transferência de recursos não restituíveis a programas de cunho tecnológico, social e cultural, pela contribuição de garantias e pelo financiamento a empreendimentos, onde esses auxílios são outorgados através de programas, fundos e produtos (BRASIL, 2017).

Ao mesmo tempo o banco viabiliza duas formas de financiamento, que dependem do valor capitaneado e do propósito da operação. Uma delas é a direta, na qual o cliente entra em contato direto com o BNDES para solicitar o recurso e a outra é a indireta, quando o cliente solicita o auxílio financeiro recorrendo às instituições credenciadas ao banco²⁹, nesse caso ainda pode-se dividir entre o automático, quando o banco deixa sob responsabilidade da instituição credenciada³⁰ a averiguação das condicionalidades dos empréstimos, sendo limitada pelo BNDES, ou a não automática, quando há a necessidade de julgamento das condicionalidades por parte deste último. Além das citadas, o banco oferece a modalidade mista que mescla as formas direta e a indireta não automática, categoria sempre impulsionada por uma das organizações (BRASIL, 2017).

Dentro das linhas de contribuição à exportação encontram-se duas alternativas. Uma se refere a ajuda pré-embarque, ou seja, ajudando na fabricação de mercadorias e serviços designados ao mercado internacional, e a frente pós-embarque, a qual tem a função de financiar a comercialização

²⁹ Instituição conformou uma subsidiária em Montevidéu para abordar temáticas sobre o continente sul-americano (BUGIATO, 2013).

³⁰ Observou-se também a inexistência de instituições credenciadas pelo banco atuantes em Angola (BNDES, s.d.).

dos produtos destinados à exportação, neste caso o importador pode ser um país ou uma empresa estrangeira (BRASIL, 2017). Uma diferença importante que envolve essas modalidades está em quem é o responsável pela quitação da dívida, no primeiro caso fica a cargo do exportador, já no segundo o importador.

Por fim, cabe colocar breve consideração no tocante ao tema da internacionalização. Essa ação provoca, paralelamente, o crescimento indireto da economia doméstica, quando a instalação de filiais e subsidiárias acabam por fomentar a comercialização de bens, produzidos no território nacional, destinados a concretização das atividades da nova empresa (ALÉM, CAVALCANTI, 2005; CARTEMOL, 2010). Tal informação vai ao encontro dos dados disponibilizados pela plataforma “*The Observatory of Economic Complexity*”³¹ que apresenta grandes fluxos comerciais entre Brasil-Angola, de mercadorias relacionadas aos serviços de engenharia e construção civil entre os anos de 2007 a 2010. No mesmo sentido traz-se aqui a declaração de Luiz Mameri ([s.d] *apud* SOUZA, 2010), líder empresarial da Odebrecht América Latina e Angola, que afirma que “cerca [de] 60% do que é usado nas obras internacionais [pela empresa] é produzido no Brasil”³². Dessa maneira, nota-se que a internacionalização provoca indiretamente um engrandecimento para dentro de empresas presentes no território brasileiro.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS (2007-2010)

Nessa sessão analisa-se a atuação da empreiteira Norberto Odebrecht S.A em Angola. Para tanto, apresentam-se dados quantitativos a respeito de suas operações, denotando significativos movimentos de capital envolvendo a empresa, entre 2007 e 2010, período do segundo governo Lula.

Esse movimento pode ser notado quando falamos do aumento contínuo do lucro bruto da empresa que passou de R\$ 31,4 milhões, em 2007, para R\$ 53,9 milhões em 2010. O negócio de Engenharia e Construção também apresentou o mesmo fluxo ao aumentar a receita bruta de R\$ 8,9 milhões para R\$ 16,7 milhões nos respectivos anos. Esse ramo de negócio correspondeu a uma média

³¹ Trata-se de uma plataforma do Massachusetts Institute of Technology (MIT) que disponibiliza informações a respeito do desenvolvimento econômico dos atores estatais e sobre suas relações comerciais com a sociedade internacional. Está disponível no endereço: <https://atlas.media.mit.edu/en/>

³² Outro depoimento que reforça essa relação é o do diretor institucional da Odebrecht, Roberto Dias, o qual atesta que “Nosso time também tem a vantagem de trazer a bordo diversas companhias brasileiras para desenvolver o nosso trabalho. [...] **Portanto, elas não somente representam o Brasil no exterior, mas também avançam os próprios interesses do país, e, igualmente, como se percebe, dos negócios brasileiros**” (Engenharia, 2007 *apud* CORRÊA, CASTRO, 2016 – Destaque do autor).

de 37% da receita bruta da empresa nesse período e representou a segunda maior receita da companhia, ficando atrás somente do negócio de Química e Petroquímica (BRASKEM) (ODEBRECHT, 2008, 2009, 2010, 2011).

Esse constante crescimento da organização durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva pode ser justificado pela política expansionista do governo e pela consequente atuação do BNDES³³ no processo de internacionalização das empresas. Essa afirmação, quanto a política governamental, se sustenta nos grandes investimentos aportados pelo Estado, durante esse governo, com vistas a fomentar o desenvolvimento nacional, que ademais dos créditos outorgados por várias instituições de financiamento nacionais, foram lançados programas governamentais de desenvolvimento, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, em meio à crise econômica mundial (MELLO, MARINHO, 2016; PAC). A tabela seguinte auxilia nessa compreensão.

TABELA 01 – DESEMBOLSOS DO BNDES

DESEMBOLSOS DO BNDES	2007	2008	2009	2010
Desembolsos totais (R\$ bilhões)	64.9	90.9	136.4	168.4
Desembolso no ramo de Comércio e serviços (R\$ milhões)	33.448	46.262	65.979	79.528
Correspondente em porcentagem (%)	51.5	50.9	48.4	47.2
Desembolsos no setor de Construção (R\$ milhões)	3.126	4.103	6.550	6.650
Correspondente em porcentagem (%)	4.8	4.5	4.8	3.9
Desembolsos para empresas de grande porte (R\$ milhões)	48.825	69.032	112.437	122.844
Correspondente em porcentagem (%)	75.2	76	82.5	72.9

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados no site do BNDES.

Houve uma progressiva expansão dos desembolsos do BNDES, acompanhados pela ascendência dos recursos destinados ao ramo de Comércio e serviços e ao setor de Construção, apesar de este manter no ano de 2010 os números de 2009. Ressalta-se o grande aumento no volume dos desembolsos do banco, onde a quantidade de financiamento em 2007 mais que duplicou para 2010 e

³³ Segundo a Dr^a. Ana Garcia, pesquisadora e estudiosa dos temas aqui tratados, comentou em uma reportagem à Pública - Agência de Jornalismo Investigativo, que os dados disponibilizados no site do BNDES não são claros e transparentes (FONSECA e MOTA). Entretanto como a título de pesquisa e balanço de dados resolveu-se utilizar aqueles disponíveis na página do banco.

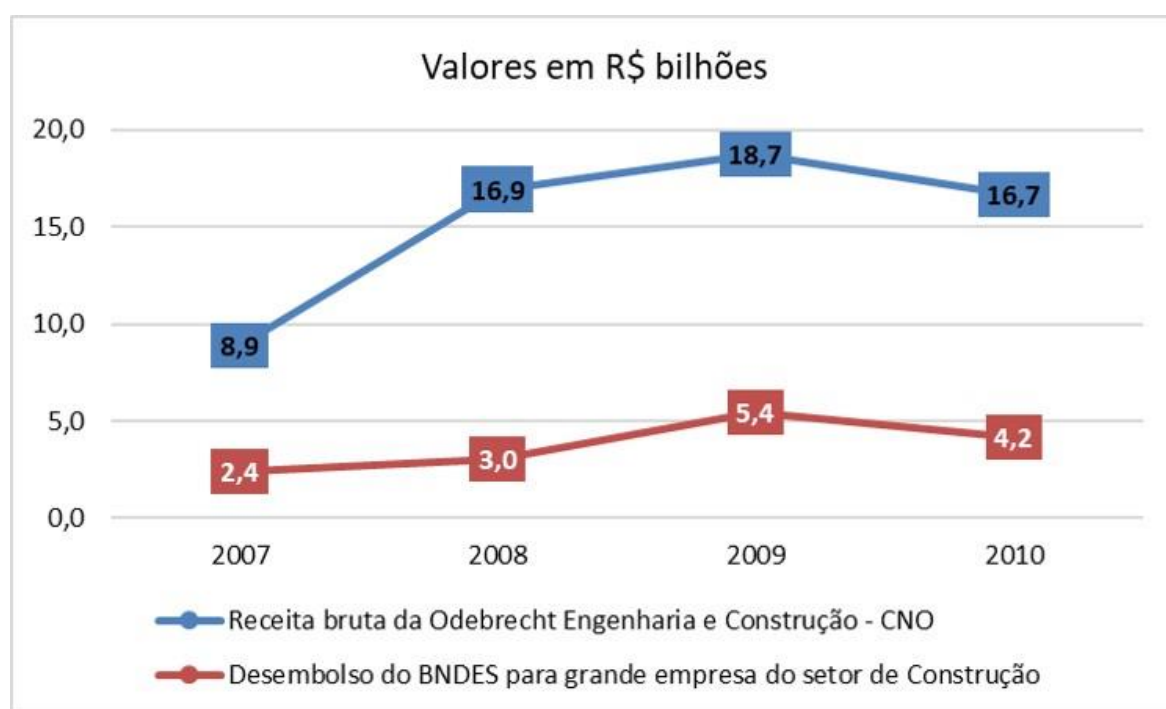
a prioridade dada ao ramo de Comércio e serviços, que apresentou em média de aproximadamente 50% dos financiamentos do banco. Houve ainda a expansão da captação pelo setor de Construção, o qual teve aumento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões até 2010.

Por fim, frisa-se a prevalência dos financiamentos outorgados às grandes empresas de base brasileira, que nos quatro anos passaram a casa dos 72%. Esse feito não deixa de estar relacionado com a estratégia brasileira de internacionalização de capital, já que esse desempenho esteve conjuntamente relacionado com a instalação de empresas brasileiras no exterior (SOUZA, 2010). O investimento nessas empresas de grande porte pode ser explicado pelo maior aproveitamento da capacidade das mesmas, que se torna mais eficaz com a internacionalização, além de transmitir maior segurança de sucesso com a aplicação do recurso estatal.

Vale-se novamente pontuar que o processo de internacionalização do capital brasileiro esteve vinculado à estratégia de inserção internacional por meio da política externa, do governo em questão, instrumento este que tem historicamente primado pela conquista de autonomia e do desenvolvimento doméstico do Brasil (LIMA, 2005).

Na sequência apresenta-se com mais precisão a relação entre o BNDES e esse grupo econômico, ao analisar o caso específico da Organização Odebrecht S.A., do negócio de Engenharia e Construção, e os desembolsos do banco para grandes empresas do setor de Construção.

GRÁFICO 01 – INVESTIMENTOS DO BNDES E A RECEITA DA ODEBRECHT (CNO)

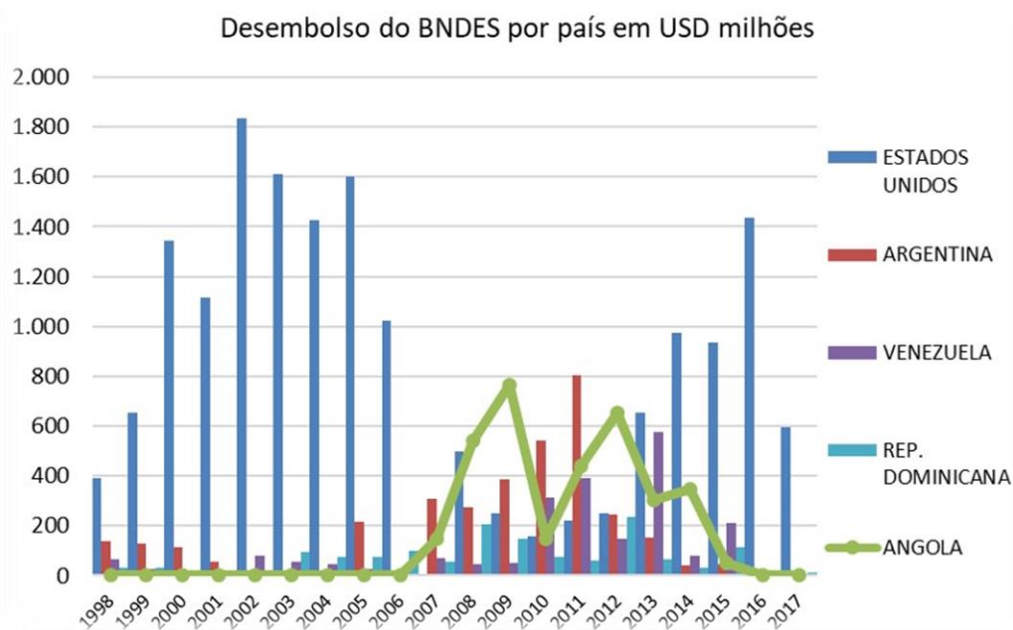


FONTE: Elaboração própria a partir dos dados dos relatórios anuais da empresa e do BNDES.

No gráfico 01, pode-se notar a desenvoltura harmônica que existe entre essas duas variáveis, ao compasso que apresentam o mesmo movimento entre os anos de 2007 a 2010. Ademais se divulga que neste mesmo período a instituição investiu cerca de R\$ 15 milhões em grandes empresas do setor de Construção, sendo que estes investimentos passaram, nos quatro anos, da casa dos 62% das operações destinadas as empresas desse setor (BNDES, s.d.).

No intuito de problematizar o apoio do BNDES à internacionalização das companhias de base brasileira, o gráfico seguinte mostra os financiamentos na modalidade pós-embarque aportados pelo BNDES e arrecadados por diferentes países entre os anos de 1998 a 2017. Como o recorte temporal dessa pesquisa tange a 2007 até 2010, chama-se atenção a esse período, quando, em paralelo com o crescimento de apoio financeiro do BNDES a Angola, houve maior volume das exportações brasileiras ao país e aumento dos projetos de cooperação, em ambos os casos se comparados a dados de 2001 a 2014. Esse movimento apresentou consonância com o crescimento do Investimento Brasileiro Direto (IDB), se comparado à sua performance anterior desde 2001, ademais de se observar o comportamento altamente alinhado do padrão dos posicionamentos dos países na Assembleia Geral das Nações Unidas (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016).

GRÁFICO 02 – DESEMBOLSOS DO BNDES: MODALIDADE PÓS-EMBARQUE – DESTINO DA EXPORTAÇÃO



FONTE: Elaboração própria feita com os dados disponibilizados em planilha pelo BNDES. O gráfico apresenta a captação dos cinco maiores países, sendo a lista completa composta por 47 países.

No gráfico 02 nota-se, entre 2007 a 2010, um acúmulo de créditos por parte de Angola, em torno de USD 1,6 bilhão, tendo a mesma começado a fazer seus maiores empréstimos a partir do ano de 2007 e atingiu seu maior pedido em 2009, equivalente a aproximadamente USD 766 mil (BNDES, s.d.). Um fator que auxiliou nesse processo foi a concretização de um Protocolo de Entendimento, em 2007, entre o governo brasileiro e o angolano, que projetava financiamentos do BNDES a Angola. A instituição brasileira despendeu recursos e financiamentos com o objetivo de conceder crédito a empresas brasileiras que promovessem a reconstrução do país na situação em que o mesmo se encontrava, pós-guerra civil (MELLO e MARINHO, 2016). Os mesmos autores chamam atenção para o fato de não encontrarem, nos meios oficiais do BNDES para o comércio exterior, o mesmo contexto articulado para outro país.

É interessante perceber a diminuição, dos anteriores grandes desembolsos do banco aos EUA a partir da crise de 2008, a qual desmobilizou as atividades de construção civil, que prejudicaram as ações do BNDES. De forma a complementar tal situação nota-se um redirecionamento dos financiamentos em direção à África, especialmente Angola, à América do Sul e Caribe, com evidência para Argentina, Venezuela e República Dominicana.

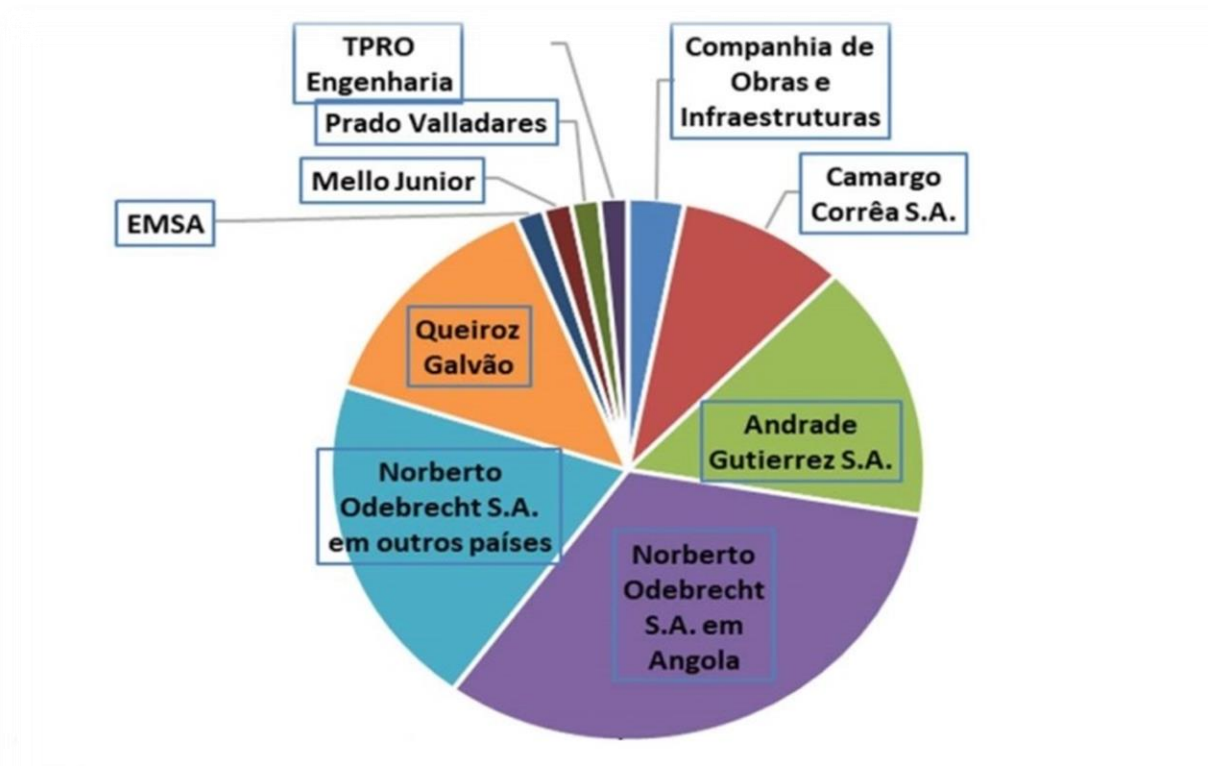
Esta constatação faz entender que mudanças sistêmicas, no centro do capitalismo mundial, impactaram e podem ter condicionado a uma reformulação de prioridades, e estratégias, na política externa brasileira. Pode-se conjecturar que a potencialidade da Cooperação Sul-Sul (CSS), em detrimento da Cooperação Norte-Sul (CNS), levada a cabo pelo governo do período, pode ter sido mais influenciada por fatores sistêmicos do que se imaginava.

É importante observar que as medidas de incentivo governamental, vistas aqui com o BNDES, conseguem materializar a busca pelo crescimento nacional através do angariamento dos recursos por parte de outros Estados ou entes privados, nesse caso Angola, que estão diretamente relacionados à comercialização de produtos e serviços brasileiros no exterior, provocando o incremento da economia doméstica, direta ou indiretamente. Essa lógica proporciona situações que beneficiam grupos políticos e econômicos domésticos. Vale observar que essa estratégia está correlacionada com a inserção internacional através da política externa por meio da internacionalização de empresas brasileiras (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016).

Para adentrar de forma mais detalhada a esse processo de assistência mútua, entre o BNDES e os grupos corporativos que se beneficiam das suas políticas, apresentam-se outros dados a seguir. Devido a esta pesquisa se restringir a análise da empreiteira Odebrecht S.A em Angola, se limitará nessa averiguação aos dados do setor de Construção do BNDES. O gráfico a seguir apresenta a

relação de financiamentos do BNDES ao setor de construção civil, nomeando as empreiteiras brasileiras que estiveram vinculadas a esses empréstimos.

GRÁFICO 03 – FINANCIAMENTOS NA MODALIDADE PÓS-EMBARQUE AO SETOR DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (2007-2010).

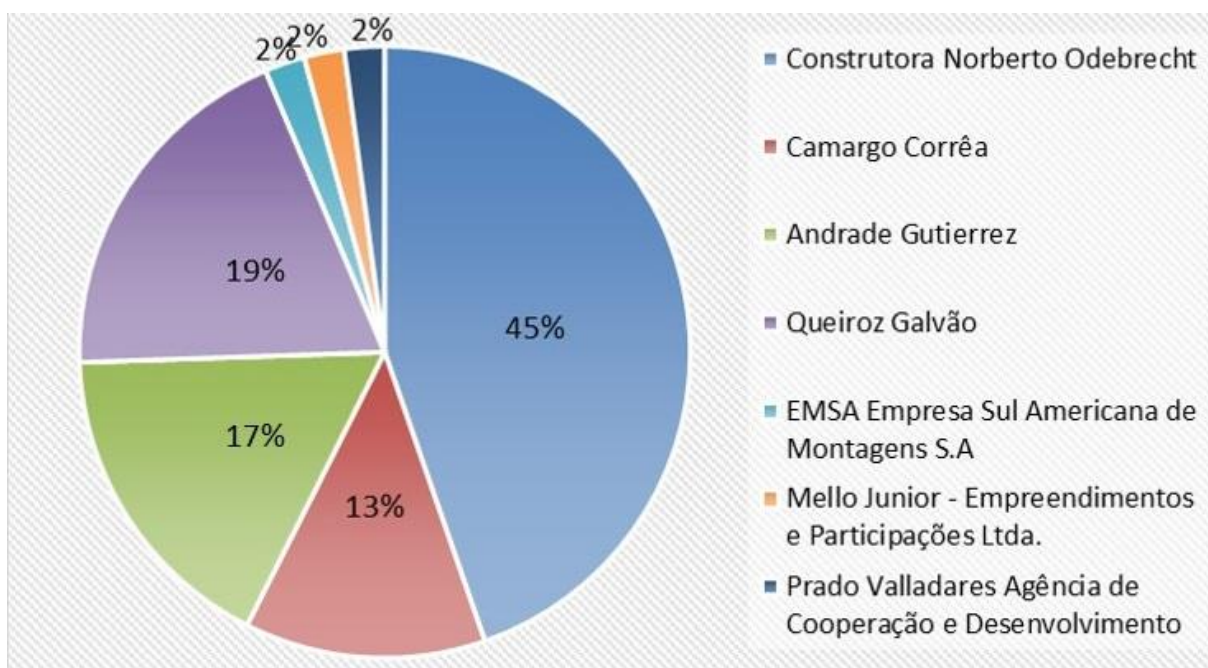


FONTE: Elaboração própria desde os dados disponibilizados no site do BNDES.

É possível observar a predominância das atividades de engenharia e construção destinadas à exportação nas mãos de quatro companhias brasileiras, sendo elas a Norberto Odebrecht S.A, a Andrade Gutierrez S.A, Queiroz Galvão S.A e a Camargo Correa S.A. Ainda dentro desse grupo percebe-se grande preponderância da Odebrecht, aproximadamente 52% dos financiamentos, sendo quase 62% desses destinados a empreendimentos em Angola (BNDES, s.d.).

Quanto às atividades operadas no país africano observa-se novamente a primazia de dita empresa. A mesma concentrou 45% dos financiamentos, para a realização de obras no país, e as outras empresas, pertencentes ao grupo citado anteriormente, comportam juntas quase 50% dos financiamentos (BNDES, s.d.). Ademais, além do grupo de empresas comentadas pode-se notar a participação de outras empresas brasileiras, não muito conhecidas, em Angola. Segue abaixo gráfico que expõe essa percepção.

GRÁFICO 04 – PROJETOS FINANCIADOS PELO BNDES EM ANGOLA (2007-2010)



FONTE: elaboração própria desde os dados dispostos no site do BNDES.

Segundo Rodrigues e Gonçalves (2016) alguns elementos, ademais dos incentivos públicos a internacionalização, influenciam na promoção do Investimento Externo Direto (IED), como os acordos internacionais firmados entre países, o meio institucional das nações receptoras e a identidade política compartilhada. Evidencia-se o escopo político porque a “boa amizade” entre as nações e o compartilhamento ideológico faz com que haja maior aproximação entre os agentes do mercado, havendo assim maior intercâmbio de informações, o que facilita conhecimentos para ações empresariais, reduzem os riscos de desapropriação e impulsionam os investimentos (GUPTA, YU, 2007 apud RODRIGUES, GONÇALVES, 2016).

Esse caso da aproximação política seria fundamental para a atuação brasileira na África. No continente africano o bom relacionamento político facilita em muito a atuação de agentes econômicos, já que alguns estudiosos afirmam que há o uso frequente do aparato estatal para a acumulação de capital de certos agentes, assim sendo existe uma artimanha política de redistribuição de riquezas a base aliada ao governo que visam a manutenção da elite governante e do *status quo* (BAYARD, 2009 apud GAIO, 2017), logo o controle sobre a partilha de bens é fundamental para a autopreservação dessa classe gestora³⁴ (GAIO, 2014 apud GAIO, 2017).

³⁴ Para melhor compreensão a respeito dessa temática ler: GAIO, G. A economia política angolana e sua gênese público-privada: uma análise das construtoras brasileiras em Angola. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 65-78, 2017.

Na conjuntura angolana essa lógica veio a funcionar. Segundo Chabal (2007, apud Gaio 2017) o partido MPLA, que vem governando Angola a anos, é compreendido na literatura como “partido-estado”, possuindo este um caráter de alcance “supra étnico”, o qual é de grande atrativo aos investidores visto que garante maior estabilidade política, respaldando o retorno de seus investimentos (GAIO, 2017), sublinha-se, entretanto, forte linhagem presidencialista na composição do MPLA, onde tal figura do executivo tem historicamente grande peso nas decisões que impactam no longo prazo (BIRMINGHAM, 2010 apud GAIO, 2017), entrando aqui a permeabilidade do IED. Logo, uma das explicações para a forte presença, e destaque da empreiteira Odebrecht perante as demais, pode ser entendida por essa intensa relação política entre Brasil³⁵ e Angola³⁶ e pelo cunho presidencialista e multiétnico da política do MPLA³⁷. Sinal dessa variante está no fato de a empreiteira Odebrecht participar de um grupo muito limitado de agentes que possuem acordos com o Gabinete de Obras Especiais da presidência (GOE), no qual o mesmo tem o encargo de resguardar projetos confidenciais onde seus prestadores de serviços são eleitos pela confiabilidade, como comentado por membros vinculados ao governo (GAIO, 2017).

De forma complementar apresenta-se que o posicionamento na rede de interação, Estado-Estado ou Estado-Empresa, é muito importante para o equacionamento das ações desses agentes, tanto para empresa ao construir capital econômico, quanto para os próprios Estados constituírem capital político, que no fim das contas culmina por influenciar a ação desses primeiros atores (FLETCHER, 1996 apud CORRÊA, CASTRO, 2016). Essa situação pode ser relacionada através dos dados disponibilizados, com a interação entre a Odebrecht e o Estado de Angola, devido a primazia que esta tem em relação as demais companhias brasileiras.

De maneira a introduzir a temática com relação a atuação da Organização Odebrecht S.A em Angola, a qual está presente principalmente através da repartição Odebrecht América Latina e Angola, se iniciará uma breve exposição de dados a respeito dos trabalhadores da organização. Todavia, se deixará para aprofundar o debate referente a atuação da empresa no país africano no subcapítulo subsequente.

³⁵ Durante o governo de Lula da Silva o mesmo visitou oficialmente Angola três vezes, 2003, 2007 e 2010, além de firmam com o devido país 45 acordos bilaterais (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016).

³⁶ Em estudo feito pela Fundação Don Cabral (FDC) observou-se a atuação em Angola de 12 das 100 companhias de base brasileira mais transnacionalizadas (FDC, 2014 apud RODRIGUES, GONÇALVES, 2016).

³⁷ Ademais os aspectos de não interferência nos assuntos domésticos propagados pela CSS foram elementos propulsores das relações de investimento entre Brasil e Angola (GAIO, 2017).

A força de trabalho em Angola, no escopo da empresa, tem sido conformada em grande parte por angolanos. Do mesmo modo, quando se compara os dados da composição total da mão de obra da organização observa-se uma significativa participação da nacionalidade angolana, estando somente atrás da brasileira, no intervalo entre 2008-2010. Outro espaço em que se pode ver essa predominância é o contraste entre o número de integrantes africanos e os angolanos. Nesses três anos a composição da força de trabalho angolana chegou a ultrapassar 73% do total de africanos empregados. Em 2008 atingiu sua maior taxa, de 92%. Para além, é curioso notar a participação de 55%, em 2008, dos integrantes da Odebrecht América Latina e Angola em referência ao pessoal do negócio de Engenharia e Construção da empresa. Esse índice cai em 2010, alcançando por volta de 30% e, apesar do ocorrido, a mão de obra angolana ainda representou quase 42% da força de trabalho dessa divisão da companhia (ODEBRECHT, 2009, 2010, 2011).

Por fim, mostra-se tabela referente ao número de trabalhadores da Odebrecht América Latina e Angola em contraponto com a quantidade de mão de obra angolana³⁸, onde se pode notar mais claramente a preponderância que os operários angolanos possuem e a consequente relevância do país para a empresa.

TABELA 02 – TRABALHADORES

ANOS	2008	2009	2010
Número de trabalhadores da Odebrecht América Latina e Angola.	37.465	30.029	27.467
Número de Integrantes angolanos.	25.966	17.002	11.465

FONTE: elaboração própria a partir da utilização de dados dos relatórios anuais da empresa

Observou-se, pois, uma relação entre a política de incentivo ao crescimento econômico brasileiro, levada a cabo pelo governo de Lula da Silva, em seu segundo mandato, por intermédio da instituição financeira BNDES com a apreciação das atividades do grupo econômico das empreiteiras de base brasileira no exterior. Percebeu-se, também, o peso que a Organização Odebrecht S.A, por meio da repartição Odebrecht América Latina e Angola, tem em Angola e a sua importância dentro das atividades da empresa. O próximo tópico estende o debate acerca da interação empresa e Estado angolano e brasileiro

³⁸ Segundo Corrêa e Castro (2016) os esforços de incorporação da sociedade angolana na conformação da mão-de-obra da empresa é uma condicionante que outorga legitimidade as ações da mesma no país.

2.3 A ODEBRECHT EM ANGOLA

A atuação da Organização Odebrecht em Angola³⁹, datada desde 1984, ocorreu pelo aproveitamento da janela de oportunidade advinda das necessidades do Estado angolano, de reconstrução de suas infraestruturas, das pretensões brasileiras, a garantia de petróleo, e da organização, mantendo sua atuação desde então com base na mútua confiança⁴⁰, entre Estado-empresa. (TURBULL, 1987 apud CORRÊA, CASTRO, 2016; OKOROAFU, 2001 apud CORRÊA, CASTRO, 2016).

Leite (2011, apud, CORRÊA, CASTRO, 2016) afirma que o desempenho da Odebrecht em Angola seguiu um padrão mediado pelo modelo indiano e o chinês, em que o primeiro é essencialmente levado a cabo pelo setor privado e o último é conduzido fortemente pela iniciativa estatal e sustentado pelo envio de mão-de-obra.

O relacionamento da empresa com Angola é marcado pelo planejamento de atividades que envolvem diretamente a área de Engenharia e Construção da empresa, com a devida operação de infraestruturas no país africano, como também pela gestão de atividades comerciais, de mineração e pela indústria de biocombustíveis. Aparte das ações de comércio e serviço a corporação executa programas sociais direcionados às comunidades que vivem no entorno dos projetos e aos seus próprios trabalhadores (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Pode-se observar durante toda a pesquisa, a respeito do desempenho da organização em dito país, uma relação muito intensa com o Estado angolano. Todavia, a participação da organização na sociedade angolana não se restringe somente a ações conjuntas com o governo, a empresa mantém ações paralelas com organizações empresariais sediadas em Angola, públicas e privadas, e com outras entidades sem fins lucrativos, por meio de parcerias, não limitadas a atividades de construção civil, podendo ser então mediante o planejamento de projetos sociais ou, até mesmo, através de relações indiretas vinculadas aos fóruns locais (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Um elemento estratégico que a empreiteira se utilizou para adentrar no mercado angolano foi a exploração da identidade entre os países, fomentando iniciativas que visassem a fortificar esse

³⁹ Entendida por Vieitas e Aboim (2012 apud RODRIGUES, GONÇALVES, 2016) como a maior empregadora privada atuante em Angola, além de ser o maior e mais velho aglomerado brasileiro no país (GAIO, 2017).

⁴⁰ O desempenho da empresa durante a guerra civil que abateu Angola, o envolvimento com a sociedade local e o seu prestígio rente às entidades governamentais e o Estado de Angola são fatores que explicam a forma como se dá a permanência da corporação (ROBERTO DIAS, 2007 apud CORRÊA, CASTRO, 2016), como a confiabilidade atribuída a ela.

entendimento (CUNHA, 2002 apud CORRÊA, CASTRO, 2016), compreensão essa que também foi observada nos discursos do presidente Lula da Silva (CEPALUNI, VIGEVANI, 2011 apud CORRÊA, CASTRO, 2016). Essa situação foi reiterada pelo diretor da corporação ao atestar que se aproveitaram da identidade baiana da companhia, e a ampliaram para o Brasil, como forma de comprovar a similaridade cultural entre esta e Angola, em conversa com o entrevistador Francisco (2004 apud CORRÊA, CASTRO, 2016).

Para além dos programas da instituição levados a cabo no país, aqui tendo em consideração os projetos do negócio de Engenharia e Construção e os outros não relacionados com a área de comércio e serviços, teve-se como notar significativo ganho de qualidade nessas ações, quer-se dizer com isso a construção de uma relação de amizade com Angola e um aproveitamento qualitativo, de ganhos de competência pela construtora (ODEBRECHT, 2014, 2015). Fundamenta-se tal informação mediante a constatação do prestígio obtido por essa organização via o aglomerado de projetos em operação, da mais variada natureza, dos ganhos financeiros angariados, pela positiva resposta da mídia local⁴¹ e pela afirmação de estudiosos.

O retrato positivo da organização é reforçado com o apoio dado às instituições de ensino locais e com o marketing sustentável que esta dispõe, o qual resguarda importante espaço em seus relatórios, de modo semelhante pode-se constatar que o grande zelo pela “transparência” empresarial nos últimos anos e o particular cuidado em guardar proveitoso diálogo com seus *stakeholders*⁴² em Angola, como ações, as quais em conjunto, auxiliaram na construção dessa imagem.

Quanto ao mercado consumidor em Angola, compreendeu-se que o mesmo é conformado por uma grande variedade de natureza. Mesmo que o Governo Angolano tenha se mostrado como o principal cliente da entidade, informação que vai de encontro as já dispostas, concluiu-se que a clientela da organização não se resumiu ao agenciamento público, sendo esta também composta por consumidores individuais, principalmente nas relações de construção imobiliária, e a clientes de

⁴¹ Informação disposta em ambos os relatórios da Odebrecht Angola referentes aos anos de 2014 e 2015. Entre as afirmações da empresa que dão suporte a essa colocação está no reconhecimento positivo da atuação da empresa via a premiação por várias instituições, públicas e privadas, pela conotação favorável disposta nos meios de comunicação locais e pelas próprias pesquisas de satisfação ao cliente levadas a cabo pela organização (ODEBRECHT, 2014, 2015).

⁴² *Stakeholders* são pessoas ou organizações, de distintas essências, que possuem interesse nas ações de certa empresa, sentido impacto direto ou indireto de suas intervenções, onde estes podem ou não possuir investimentos na corporação. No caso da Odebrecht em Angola, esta nomeia seu grupo de *stakeholders*, estes são: acionistas, organizações da sociedade, clientes, autoridades do governo e instituições reguladoras, comunidade acadêmica e financeira, sindicatos, parceiros empresariais, integrantes da companhia, *opinion makers* e mídia local, comunidade envolvente e prestadores e fornecedores de serviços.

grandes empresas privadas (ODEBRECHT, 2014, 2015). Somando-se a essas relações os relatórios⁴³ demonstraram, por parte da Odebrecht, importantes índices de apoio ao comércio local (ODEBRECHT, 2014, 2015).

De modo a complementar as informações relacionadas ao desenvolvimento da associação no país, irá se mesclar a exposição de dados sobre a questão, incluindo os provenientes dos anos correspondentes ao segundo mandato presidencial do governo de Lula da Silva, bem como outros dos anos de 2014 e 2015⁴⁴. Essa adição do conhecimento das atividades no recorte dos últimos anos citados se fez pela percepção da conexão de dados, tanto quanto pelo não fornecimento dos mesmos nos anos do governo em questão.

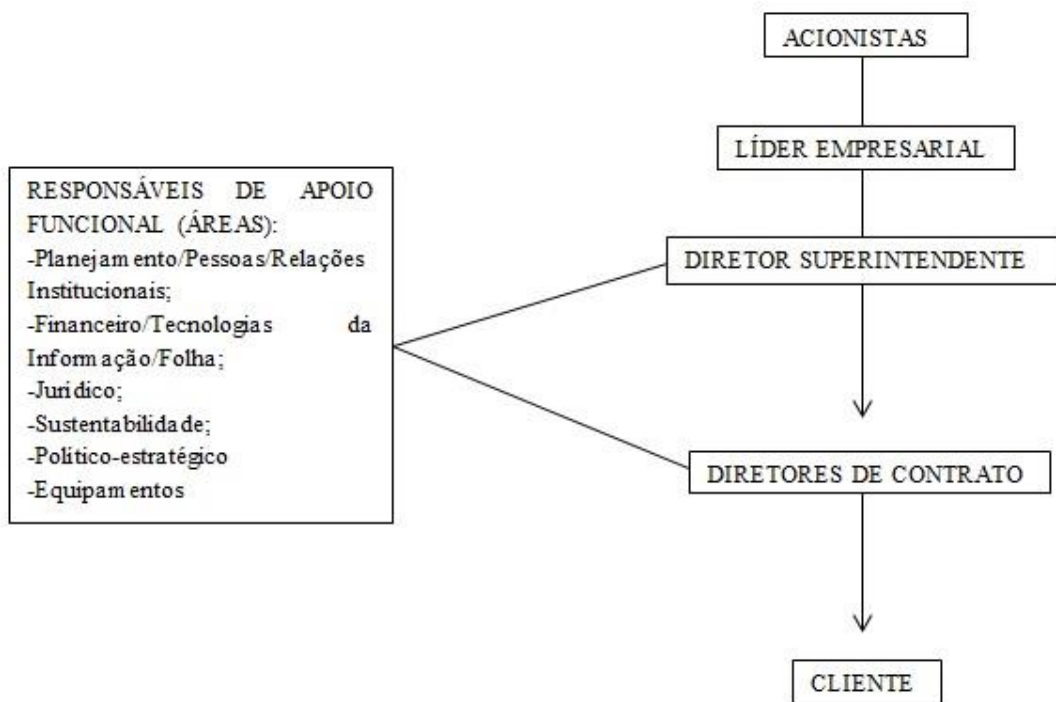
A título de “fachada” a Odebrecht conserva operações em Angola via a Odebrecht América Latina e Angola, conteúdo encontrado nos relatórios de 2007 a 2010, tendo como, nesse mesmo período, o líder empresarial Luiz Mameri e como diretor superintendente (Angola) Ernesto Baiardi. Não obstante no relatório de 2015 aparecem, as operações em Angola, como pertencentes ao negócio integrado da extensão Odebrecht Engenharia e Construção – África, Emirados Árabes Unidos e Portugal (ODEBRECHT, 2015). Em paralelo menciona que a desenvoltura da organização ocorre mediante as atividades da Odebrecht Angola – Projetos e Serviços, Ltda (OAL), da Construtora Norberto Odebrecht S.A, filial em Angola, e da Odebrecht Angola – Construção e Projetos de Energia Ltda. (OAE). No relatório, mostram-se juntas como Odebrecht em Angola (ODEBRECHT, 2015).

No que tangencia a formação administrativa da corporação, em Angola, observou-se grande relevância dada ao modelo descentralizado de gestão e ao respeito ao ambiente local. De forma a ajudar na compreensão da composição administrativa apresenta-se na sequência um esquema demonstrativo, no qual se constata que, ainda que a empresa defenda uma gestão descentralizada e horizontal, há uma significativa centralização das principais decisões no ambiente que recorta aos três primeiros credos – acionistas, líder empresarial (LE) e diretor superintendente (DS). Observa-se certa dispersão das definições, dando alguma autonomia, mas mesmo assim a hierarquia se faz presente, já que há o contínuo reporte ao DS, por parte dos diretores de contrato, e ainda deste ao LE, e por consequência a matriz, no Brasil.

⁴³ No relatório de 2015 a empresa afirma que não recebeu ajuda financeira do governo local para a realização de suas obras, fato que defende ter ocorrido também em 2014, agregando a não doação financeira a partidos políticos locais. Para mais não recolheu sanções ou multas por suas atividades (ODEBRECHT, 2015).

⁴⁴ Vale-se mencionar que o primeiro relatório da Odebrecht em Angola data do ano de 2011. Todavia não se teve acesso ao mesmo.

FIGURA 02 – VISÃO MACROESTRUTURAL DA ODEBRECHT EM ANGOLA



FONTE: Elaboração própria desde os dados dispostos nos relatórios, 2014 e 2015, da Odebrecht em Angola.

A Odebrecht reteve sob sua execução uma média de 31 projetos por ano em Angola, durante os quatro anos do segundo governo de Lula da Silva. Notou-se queda no número de projetos em 2009, contraditoriamente no mesmo ano em que o país obteve o seu ápice no volume de empréstimos contraídos do BNDES. Conjuntamente a tal dado constatou-se que alguns empreendimentos levados a cabo pela organização estiveram indiretamente relacionados com ações da empresa local Sociedade Nacional de Petróleo de Angola (SONALGOL) e que outros estiveram atrelados à outra empresa, cujo capital pertence à Odebrecht.

Encontra-se abaixo tabela com os contratos de construção civil entre os anos 2007-2010 que possibilitam observar as considerações colocadas acima. Frisa-se para o fato de que os projetos negritados estão correlacionados com os investimentos do BNDES⁴⁵.

⁴⁵ Sobreposição feita mediante análise dos dados dispostos pelo banco e pela empresa, todavia este não pode ser considerado preciso devido à descrição não exata e a não clareza dos dados oferecidos pelo banco, conforme a postulação da pesquisadora Ana Garcia à Agência Pública (FONSECA e MOTA). Usou-se como base para a estruturação desse balanço a lógica da finalidade das ações da companhia e da instituição financeira. Ademais, Gaio (2017) sinaliza a confirmação da utilização do financiamento do BNDES às obras do Projeto Habitacional do Zango, a AHE de Laúca e a AHE de Cambambe.

QUADRO 02 – EMPREENDIMENTOS DA ODEBRECHT EM ANGOLA

2007 - (total de 32 projetos)	2008 - (total de 35 projetos)
<p>Sistemas de água potável de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta Belas Shopping, Luanda Condomínio Riviera Atlântico <u>Ampliação da Escola Internacional de Luanda</u> <u>Edifício do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC)</u> Saneamento em Luanda - 2º e 3º etapas Reforço do abastecimento e melhoria de distribuição de água de Luanda Construção de 1.000 casas económicas no bairro do Sapu, Luanda Condomínio Morada dos Reis Condomínio Mansões do Vale Residencial Arte Yetu Condomínio Vivendas de São Paulo de Loanda Reabilitação da Barragem do Gove, na Província de Huambo Autoestrada Periférica de Luanda (trecho Viana/Cabolombo) Estrada Cabolombo/Futungo Construção de casas populares na Autoestrada Viana-Cabolombo Via Expressa Luanda-Kifangondo Rodovia Viana-Kikuxi Rodovia Huambo-Benguela Rodovia Cacusi-Capanda Reabilitação e modernização da usina hidrelétrica de Cambambe <u>Projeto de diamantes em Catoca</u> Linha de Transmissão Capanda/Lucala/Viana Abastecimento de Água e Fornecimento de Energia no Zango Fazenda Pungo Andongo Estrada do Golfe: Gamek/Antigo Controlo Infraestrutura Condomínio Habitacional Lobito Centro Empresarial Belas Business Exploração offshore de petróleo no Bloco 16 Restauração do Palácio de Ferro Desenvolvimento urbanístico de Luanda Sul Via Expressa Luanda-Viana</p>	<p><u>Ampliação da Damer Gráfica</u> Barragem do Gove Restauração do Palácio de Ferro Fazenda Pungo-Andongo Centro de Logística e Distribuição de Huambo Belas Business <u>Reforma e ampliação da TV Zimbo</u> Aeroporto Internacional da Catumbela Condomínios Imobiliário Monte Belo <u>Abastecimento de produtos básicos - Nosso Super</u> Aproveitamento Hidrelétrico de Cambambe Prospecção do bloco 16 Casas populares nos bairros de Sapu e Zango, em Luanda Estrada Viana-Kikuxi Revitalização de vias de Luanda Abastecimento de água de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta Estrada Viana-Cabolombo Mártires Kifangondo: revitalização Regularização e controle dos rios Coporolo, Cavaco e Catumbela Rodovia Benguela-Catengue Rodovia Capanda-Cacuso Rodovia Ekunha-Cusse Estrada Benguela-Baía Farta (Reabilitação) Estrada Benguela-Dombe Grande Rodovia Estrada Caala-Cacula Estrada do Golfe Estrada Periférica de Luanda Via expressa Luanda-Kifangondo Via expressa Luanda-Viana Condomínio Morada dos Reis Condomínio Mansões do Vale Residencial Arte Yetu Condomínio Vivendas de São Paulo de Loanda Condomínio Riviera Atlântico Condomínio Imobiliário Noblesse Residence</p>

<p style="text-align: center;">2009 (total de 28 projetos)</p>	<p style="text-align: center;">2010 (total de 29 projetos)</p>
<p>Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda</p> <p>Aeroporto Internacional de Catumbela</p> <p>Projeto Águas de Benguela II</p> <p><u>Reforma e ampliação da TV Zimbo</u></p> <p><u>Ampliação da Damer Gráfica</u></p> <p><u>CINFOTEC – Formação de Trabalho e Desenvolvimento</u></p> <p>Rodovia Capanda-Dondo</p> <p>Condomínio Arte Yetu</p> <p>Condomínio Cajueiro/<i>Sonangol</i></p> <p>Condomínio Mansões do Vale</p> <p>Condomínio Morada dos Reis</p> <p>Condomínio Noblesse Residence</p> <p>Condomínio Terraços Lobito</p> <p><u>CSRT – Otimização de Transmissão de Energia Elétrica</u></p> <p>Rodovia Ekunha – Cusse</p> <p>Desenvolvimento urbanístico Luanda Sul</p> <p>Via Expressa Marginal Sudoeste</p> <p>Estrada de acesso à futura refinaria da <i>Sonangol</i></p> <p>Vias de Luanda</p> <p><u>Expansão da Luanda International School</u></p> <p>Vivendas Belas Garden</p> <p>Implantação e gestão da Fazenda Pungo-Andongo</p> <p>Infraestruturas em Kwanza Sul</p> <p>Hotel Royal Century</p> <p>Polo agroindustrial</p> <p>Programa de Saneamento Básico de Luanda - 4ª e 6ª Fases</p> <p>Projeto de Infraestruturas Integradas de Benguela</p> <p>Usina <i>Biocom</i>, para produção de biocombustíveis</p>	<p>Aeroporto de Catumbela</p> <p>Aeroporto Internacional de Luanda</p> <p>Águas de Benguela, distribuição de água potável</p> <p>Águas de Luanda, para tratamento de água</p> <p>Ampliação da Estrada do Golfe</p> <p>Barragem Hidrelétrica do Gove</p> <p>Cajueiro – condomínio residencial para trabalhadores da empresa petrolífera <i>Sonangol</i></p> <p><u>Centro Logístico de Distribuição (CLOD) de Huambo</u></p> <p>Companhia de Bioenergia de Angola (<i>BIOCOM</i>), da qual a Odebrecht detém 40% de participação</p> <p>Condomínio Mansões do Vale, em Luanda Sul</p> <p>Condomínio Residencial Monte Belo, em Luanda</p> <p><u>Construção de unidades do Supermercado Nosso Super</u></p> <p><u>Construção do Nosso Centro, no Gamek</u></p> <p>Estrada Capanda-Cacuso</p> <p>Gestão da Fazenda Pungo Andongo</p> <p>Infraestrutura Benguela – primeira fase concluída</p> <p>Lar do Patriota</p> <p>Linhas de transmissão de energia elétrica, com 300 km de extensão</p> <p>Marginal Sudeste</p> <p>Mártires de Kifangondo – obras de revitalização do bairro</p> <p>Programa de Realojamento das Populações</p> <p>Rodovia Benguela-Catengue</p> <p>Rodovia Caala-Ganda, reconstrução, com 128 km de extensão</p> <p>Rodovia Ekunha-Cusse</p> <p>Saneamento de Luanda</p> <p>Usina Hidrelétrica Cambambe</p> <p>Vias de Luanda, de urbanização nos corredores centrais da capital do país</p> <p>Vias Expressas – corredores viários em regiões periféricas de Luanda</p> <p>Zona Econômica Especial, próxima a Luanda</p>

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios anuais da Odebrecht de 2007-2010.

A maioria das ações da organização, como se pode notar, estão relacionadas ao esforço da reconstrução física do país, que por longos anos sofreu com intensos conflitos⁴⁶. Atenta-se para o fato de que todas as atividades relacionadas com os projetos dispostos remetem a ações de saneamento básico, provimento ou ampliação de estruturas comerciais, moradias, reabilitação de barragens e hidrelétricas, logística, fornecimento de energia, a comunicação, regularização e controle dos rios e manejo de petróleo. A natureza desses projetos demonstra a essencialidade das operações da Odebrecht no país, visto que realiza obras que tangem temas sensíveis à população local, tal e qual as relacionadas ao saneamento básico, à energia elétrica, uma das questões mais sensíveis do país, e ao controle dos rios. De mais a mais, se ressalta a relação que, através da operação desses projetos, a Odebrecht mantém com os centros de ensino, com entidades vinculadas ao poder público, com os meios de comunicação locais e como correlaciona esses projetos com suas outras atividades em Angola. Essas relações estão destacadas no quadro 02 mediante sublinhados. Afora, chama-se atenção para a vulnerabilidade de Angola ao tratar dessas temáticas com agentes externos.

De modo a assessorar suas atividades comerciais, a organização resguarda atividades vinculadas a projetos sociais (ODEBRECHT, 2014, 2015). Repara-se o profundo enraizamento que o grupo construiu com a sociedade local, que para além da qualidade das ações, concretizou fortes parcerias com associações locais, onde pela natureza dessas detém certas oportunidades ao estabelecer importantes contatos. A tabela a seguir destaca tais programas.

QUADRO 03 – PROGRAMAS SOCIAIS DA ODEBRECHT EM ANGOLA

BEM ESTAR, VIVER BEM – AHE (AMPLIAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA) DE LAÚCA

O projeto começou a ser elaborado em 2013 e foi implementado em 2014. Em um primeiro momento foram realizadas consultas com a população local, impactada direta ou indiretamente, pela obra da empreiteira na ampliação da Hidrelétrica de Laúca. Fez-se, portanto, um levantamento das necessidades da sociedade local e a partir de então se conformou um programa social com vistas a suprir as maiores carências apresentadas naquela comunidade. Esses programas estavam relacionados com atividades dentro do escopo da educação, geração de renda, saúde e saneamento e a requalificação das comunidades. Mais precisamente foram realizadas atividades na área da saúde que tangenciaram a instalação de uma unidade de saúde, acompanhada da disponibilização de consultas pediátricas, distribuição de medicamentos, vacinações e consultas de clínica geral, ao mesmo tempo se fez ações na direção do Programa de Combate à Malária, do Programa Parto Seguro, de saneamento básico, na formação de agentes de saúde e saneamento e na instauração de estruturas que disponibilizassem água potável.

Também se propuseram planos atrelados a agricultura familiar, a educação, com a construção de uma escola e programas para a alfabetização de adultos e crianças, além de ações de formação técnica, ademais de propostas, ligadas ao reflorestamento e a aquicultura.

⁴⁶ Observou-se a participação da mesma, em cooperação com a ONU, na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III, em inglês).

Frisa-se que o ano de 2015 foi marcado pelo início das ações de reassentamento da população que foram afetadas diretamente pela construção.

HANHA DO NORTE – SONAREF TUYULA LUMUNGA

Plano de ação, também começado em 2013, que foi lançado em parceria com a **SONAREF** (subsidiária da **SONANGOL** – Sociedade Nacional de Petróleo de Angola). Naquele momento a Odebrecht auxiliou na construção da infraestrutura necessária para a instalação da nova refinaria da empresa. Assim que para contornar as carências da comunidade ali dispostas, essas companhias operaram em conjunto ações com vistas a efetivarem um Programa de Desenvolvimento Comunitário. Nesse programa conseguiram conformar uma associação comunitária, com a finalidade de gestar os programas em curso, nomeada de *Tuyula Lumunga*. Esta associação gere ações com o objetivo de promover o desenvolvimento social, com planos no âmbito da educação, na alfabetização de adultos e crianças, iniciativa atestada pelo **Ministério da Educação de Angola** e com a promessa de ser prolongada pelo poder **municipal**, no espaço da saúde com o combate à Malária, campanhas de vacinação, instalação de laboratórios e formação técnica, além de atividades relacionadas a questões de saneamento básico.

No que tange a geração de renda o programa se baseia na instituição de uma Fábrica de Sabão Ecológico, na Agricultura Familiar e em Unidades de Processamento de Farinha de Milho.

XALENU KYAMBOLE – AHE CAMBAMBE

Criado em 2011, em parceria com a **PRODEL** (Empresa Pública de Produção de Eletricidade), para preencher os principais desfalques que atingiam diretamente a sociedade existente no espaço de influência da AHE de Cambambe. Como os outros programas este também tem o intuito de promover o desenvolvimento social e incentivar a geração de renda da população local. Possui atividades que caminham na direção de orientar a sociedade a respeito de temáticas de saúde, na criação de escolas que proporcionem aulas de informática básica, incentivo à leitura e a musicalidade tradicional e de inglês, além de outras que buscam o incremento financeiro da sociedade, como o programa de linha e costura - Baobá Linhas e Panos, o cultivo de plantas nativas para posterior revenda a reflorestação e a agricultura familiar. Da mesma maneira mantem ações que procuram restaurar o patrimônio histórico local, em parceria com o **Ministério da Cultura de Angola e com a PRODEL**. O resultado desse programa foi, em cooperação técnica com o **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, no Brasil, apresentado, através da candidatura, ao Patrimônio da Humanidade, da ONU-UNESCO.

KUKULA KU MOXI – SODEPAC

Primeiro projeto social, implementado em 2009, pela Odebrecht com a colaboração da **Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda (SODEPAC)**, teve a finalidade de motivar o desenvolvimento sustentável das comunidades influenciadas pela devida associação. Esse programa se iniciou com o objetivo de estimular a agricultura familiar, que posteriormente evoluiu para um programa de desenvolvimento rural mais complexo, que envolvia empreendimentos agroindustriais. Afora das ações rurais o plano promove atividades na área da saúde preventiva, incluindo o programa Parto Seguro, campanhas de alfabetização de adultos e de acesso a água potável, entre outras atividades de incentivo a cidadania.

Em 2014 o programa contou com a cooperação da **Sonangol, Maersk Oil, ESSO, Biocom e Conoco Philips**. Já em 2015, a SODEPAC e o **PNUD**, firmaram contrato para conceber uma Associação de Produtores Agrícolas na região. Observa-se que este também contou com ação conjunta de **esfera municipal** e, no último ano citado, realizou atividades em colaboração com **instituição financeira local**.

PROGRAMA SOCIAL DO PROJETO BRT (BUS RAPID TRANSPORT) – SISTEMA VIÁRIO DE LUANDA

Esse plano de ação possui características dispare dos outros projetos, no momento em que se trata de relações com a comunidade urbana de Luanda. Nesse caso, são realizadas ações que envolvem a educação e sensibilização da comunidade a respeito da responsabilidade ambiental, da saúde e cidadania. Somado a isso foram articulados trabalhos com relação a apresentação e debate, sobre os efeitos da obra, na vida diária dos moradores da região.

FÁBRICA DE SABÃO ARTESANAL E OUTRAS INICIATIVAS – ZANGO

Ações levadas a cabo no escopo do projeto Casas Econômicas do Zango, que realoam populações advindas de áreas carentes da capital, Luanda. O mesmo tem por objetivo promover o aumento da qualidade de vida, a geração de renda e a cidadania dessa população. Assim sendo, foi conformado por oficinas de empreendedorismo com os líderes formais e informais da comunidade do Zango, tendo como objetivo o incentivo da geração de renda. Este último contou com a cooperação de uma congregação de irmãs **Salesianas de Angola**. Um dos empreendimentos que deu certo foi a Fábrica de Sabão Ecológico

do Zango, que para além do apoio da Odebrecht contou com a administração provincial – **Governo Provincial de Luanda (GPL)** - para impulsionar suas atividades.

ACREDITAR EM ANGOLA

A proposta da iniciativa se baseia na formação profissional de pessoas ligadas as comunidades que circundam os empreendimentos da organização. Em um primeiro instante ela era destinada somente a essas sociedades, posteriormente houve a ampliação do seu público alvo. O curso do programa é composto por dois módulos, o primeiro é relacionado com o aprimoramento das competências básicas de um trabalhador, enquanto que o segundo se refere ao conhecimento de uma profissão específica que é vinculada as atividades de construção civil. Essas ações de formação foram incluídas em diversos empreendimentos do país.

PROGRAMA DE COMBATE À MALÁRIA

A organização promove ações continuadas de prevenção e combate à doença, que é uma das principais causas de afastamento dos trabalhadores da companhia. Com o objetivo de positivar essas atividades a empresa compõe, desde 2005, o **Fórum dos Parceiros Contra a Malária**, do qual participam várias instituições nacionais e internacionais, que auxilia na propulsão de políticas nacionais de prevenção dessa doença.

PROGRAMA DE COMBATE HIV/SIDA

O programa, desde 2002, tem como finalidade promover a conscientização e sensibilização da doença, proferindo palestras e educando a população (trabalhadores e comunidade envolvente as obras) a respeito do tema, somando a distribuição de testes gratuitos e o posterior, caso resultado positivo, tratamento dos seus trabalhadores. Realiza parcerias com o **Governo Angolano** em algumas atividades e faz parte do **Comitê Empresarial para o Combate do HIV**, o qual conta com a participação de entidades privadas e públicas.

PROGRAMA PARTO SEGURO

Em parceria com o **Governo Angolano** a Odebrecht realiza, desde 2006, atividades de formação sobre práticas mais seguras acerca do parto natural, já que a figura da parteira (o) ainda é emblemática na sociedade local.

PROGRAMA SANGUE SEGURO

Em conjunto com o **Instituto Nacional de Sangue** a Odebrecht, desde 2007, faz campanhas de coleta de sangue com intuito de doação voluntária. Ação destinada a trabalhadores da corporação.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados provindo dos relatórios de Odebrecht de 2014 e 2015.

Reitera-se a natureza dos agentes propulsores da articulação ao passo que muitos estão vinculados ao poder municipal, provincial ou federal, a cooperação com empresas públicas, relações estas que ocorrem de forma direta, diferentemente dos projetos comerciais, as interações com as associações locais de trabalhadores, com a organização religiosa, a instituição financeira, com as importantes empresas multinacionais e com as organizações internacionais. A parte sinaliza-se a associação feita com o IPHAN do Brasil.

Diferentemente dos anos de 2014 e 2015 onde se conseguiu materiais descritivos a respeito dos programas sociais, o período de 2007 a 2010 não proporcionou esses dados. Apesar dessa situação pode-se aproximar de um número, uma média de 10 programas por ano. Aqueles que se encontram sublinhados na tabela foram ações continuadas e percebeu-se que os outros, interrompidos estiveram relacionados com natureza semelhante aos programas de 2014 e 2015. De resto constataram-se iniciativas com outras comunidades (ODEBRECHT, 2007, 2008, 2009, 2010, 2014, 2015).

Igualmente, a Odebrecht, em comunhão com a sua política empresarial de atendimento as carências das comunidades, destinou parte significativa dos seus relatórios às questões trabalhistas,

em conjunto com a demonstração do seu cuidado pelo meio ambiente. Segundo os dados apresentados nos relatórios, a empresa tem se preocupado em gerar todas as condições necessárias para o fornecimento de um ambiente de trabalho saudável, e assim positivo, aos seus “colaboradores”. Nesse sentido, a Odebrecht tem concedido um espaço de acomodação para os seus trabalhadores, com todas as condições de lazer, higiene e alimentação básica necessária, no estaleiro das obras. Para isso requisitou uma colaboração financeira, a qual caracterizou como simbólica⁴⁷. De forma complementar salienta-se que a instituição oferece transporte aos seus empregados, partindo do alojamento ou da comunidade (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Vale sinalizar que para a regência das atividades no país a organização se propõe a cumprir a Lei Geral do Trabalho da República de Angola (LGT), conquanto a mesma considera ordenamentos jurídicos de outros países, no caso dos trabalhadores expatriados em que as suas respectivas leis trabalhistas se fazem aplicadas extra territorialmente (ODEBRECHT, 2014, 2015).

A companhia, além de se posicionar como boa pagadora, atestando que ressarcir seus empregados com um salário maior que o mínimo local, afirmou que procura equilibrar o salário dos seus trabalhadores seguindo a legislação que melhor os favorece, no caso dos operários expatriados. Ao mesmo tempo, se verificou a obrigatoriedade da adesão de um seguro de vida aos subordinados estrangeiros e a voluntariedade por parte dos integrantes angolanos. Constatou-se a execução de avisos e normativas prévias a desmobilização, indo de encontro com a LGT (ODEBRECHT, 2014, 2015). Em paralelo, o grupo empresarial se preocupou em demonstrar a não inibição ao associativismo entre os trabalhadores e a esforço em satisfazer os anseios da sua comunidade trabalhadora ao realizar pesquisa sobre o clima organizacional da empresa, em 2014.

Averiguou-se que a corporação dispôs de programas que chamaram atenção para a saúde do trabalhador, não somente no seu ambiente de trabalho. Esta buscou mitigar os riscos de acidente no trabalho por via de provimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e o uso de farda obrigatório, como com a criação de infraestruturas que sejam propensas a este propósito, monitorando as incidências das doenças ocupacionais mais frequentes nos seus integrantes, ademais do mantimento de espaços educativos a respeito do tema (ODEBRECHT, 2014, 2015). Sem embargo, houve a ocorrência de acidentes graves⁴⁸.

⁴⁷ Colaboração mensal de USD 4,54 pelo valor cheio das refeições (ODEBRECHT, 2014, 2015).

⁴⁸ Uma das causas levantadas pela empresa que encorajou a continuação de incidentes graves foi a distância dos centros hospitalares em relação ao local das obras, somando-se claro aos riscos intrínsecos do negócio de Engenharia e Construção (ODEBRECHT, 2014, 2015).

No que corresponde à composição do efetivo da empresa pode-se constatar grande absorção da mão-de-obra local. Entretanto os cargos ocupados por estes são sumamente de operariado, deixando os cargos de gestão e diretoria, e aqueles que demandam elevado conhecimento técnico, em sua maioria, para trabalhadores expatriados. Apesar de que a empresa desenvolveu nesse período programas de formação profissional⁴⁹ com os seus trabalhadores, e com a sociedade local, no intuito que qualificar e integrar cada vez mais a mão de obra angolana nas operações da empresa, tendo como mecanismo auxiliar, parcerias com as instituições de ensino locais (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Outrossim, observou-se incontestável predominância do gênero masculino na conformação do grupo de trabalhadores, sendo tal ocupação justificada, pela empresa, devido a própria natureza das ações desempenhadas, como pela necessidade de afastamento familiar para realização das obras (ODEBRECHT, 2014, 2015).

De modo a pontuar curiosidade a entidade se importou em evidenciar seu ajuizamento pelo Ministério Público do Trabalho, no Brasil, sendo acusada por aliciamento internacional de trabalhadores e por práticas análogas ao trabalho escravo (ODEBRECHT, 2014, 2015). Observou-se, nos relatórios anuais da empresa, um cuidado por parte desta em tratar desse tema em específico. Partindo disso anunciou estar ciente de sua inocência. O processo aparece descrito, num primeiro momento, no relatório de 2014, e no ano seguinte aparece, no relatório de 2015, como caso julgado, condenado e em processo inicial de requerimento.

Outro tema o qual a corporação dedicou atenção ao mencionar foram, como já dito, as questões relacionadas ao ecossistema. No que diz respeito às atividades levadas pela empresa nessa direção estão às ações tomadas por esta no intuito de poupar ou minimizar os danos causados ao meio ambiente durante o ciclo produtivo da empresa (ODEBRECHT, 2014, 2015). Entre outras, tais iniciativas estão ligadas ao reaproveitamento de matérias primas e de recursos ambientais, diretamente usadas na produção, no incentivo em seus projetos sociais ao desenvolvimento de ações sustentáveis, ou ainda com a manutenção, ou recriação, de áreas verdes nos espaços da companhia (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Por fim, cabe agora expor a magnitude dos negócios da Organização Odebrecht S.A em Angola. A empresa auto se intitula responsável, e compromissada, pelo desenvolvimento do país, para isso a mesma entra em vários segmentos de mercado, desde o setor primário até o setor terciário.

⁴⁹ O primeiro angolano, Justino Amaro, que teve sua função elevada a cargo de gerencia na companhia comentou que Capanda, o primeiro investimento da Odebrecht em Angola, funcionou como uma “escola de elite” de técnicos que hoje desempenham funções respeitáveis no governo e na empresa (CORRÊA e CASTRO, 2016).

Ademais de preservar sua forte representação no negócio de Engenharia e Construção, a organização também detém ativos no setor na mineração, do comércio e da agroindústria (ODEBRECHT, 2014, 2015).

No setor da mineração a companhia participa da Sociedade Mineira de CATOCA, em conjunto com os russos, chineses e angolanos, a qual é uma empresa que atua na área da mineração por via da prospecção, exploração, restauração e venda de diamantes (CATOCA).

No âmbito comercial a Odebrecht S.A tomou o controle da administração da Nova Rede de Supermercados de Angola (NRSA), em 2012, a mais velha empresa retalhista do país, a primeira com presença nacional. Sendo também responsável pela construção desta, através do convite do Ministério do Comércio de Angola em 2007⁵⁰ (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Não há como mensurar o real valor das afirmações dispostas nos relatórios sobre os benefícios desses outros empreendimentos do grupo, cabe de qualquer maneira informar que segundo os mesmos a NRSA, ou também chamado Nosso Super, transformou-se em um dos maiores empregadores do país e em um importante ator do desenvolvimento da economia local, já que postula o envolvimento da produção local, nacional, nas ações de revenda da rede (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Ainda no ambiente terciário a organização contém sobre seu domínio as atividades do Belas Shopping, primeiro Shopping Center de Angola, inaugurado em 2007. Este é um local destinado às compras e ao lazer, composto por muitas repartições internas, lojas, quiosques e estacionamento, assim que comporta uma grande área para locação. Apresentou-se a intensão de expansão do empreendimento, apesar do adiamento do mesmo (ODEBRECHT, 2014, 2015).

Por fim, no que denota a área da agroindústria a companhia engloba os serviços da BIOCOM⁵¹, empresa que resguarda um inovador parque agroindustrial, produzindo açúcar e fabricando etanol e energia elétrica, destacando capacidade para abastecer o mercado interno e

⁵⁰ Em momento inicial a intenção teria sido de o governo local tomar posse administrativa do empreendimento, mas devido a dificuldades apresentadas delegou esta função a Odebrecht (GAIO, 2017).

⁵¹ Recebeu o Certificado de Mérito ao Empreendimento pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) (ODEBRECHT, 2014). Em 2015 houve a criação da Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola (APIEX) que englobou as funções desempenhadas pela ANIP (LUSA, 2015). Ressalta-se que segundo a APIEX houve grande aumento nos investimentos no setor não petrolífero no ano de 2010, se comparado ao ano de 2009, alcançando um montante de USD 2,4 bilhões (RAIMUNDO, 2017), setores os quais a Odebrecht tem significativos investimentos.

externo⁵² - alude-se a uma empresa de direito angolano a qual é conformada por 20% de capital da Sonangol, 40%, da Cochan⁵³ e 40% de Odebrecht (GAIO, 2017). A mesma empresa apresentou grande zelo pelas suas iniciativas de responsabilidade socioambiental e com o cuidado com a formação e saúde de seus trabalhadores, sinalizando ainda que realiza parcerias com instituições locais que ajudam no desenvolvimento das comunidades, sendo que, com o mesmo objetivo, apoia os programas sociais da Odebrecht S.A (ODEBRECHT, 2014, 2015). Finalmente destaca-se que este empreendimento é entendido, pela organização, como o maior investimento privado no país africano, salvo o setor petrolífero (ODEBRECHT, 2015).

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O grupo Odebrecht se fez fortemente presente em Angola no período que se propôs analisar, de 2007 a 2010, sinal este advindo da enorme quantidade de projetos levados a cabo pela empresa durante os devidos anos. Valendo-se aqui do incremento das estatísticas de 2014 a 2015 que deram mais coesão a pesquisa.

Reforça-se que essa estada foi proeminentemente construída com a ajuda do BNDES. Logo, demarca-se a promoção internacional da companhia, principalmente seu desempenho em Angola, com a iniciativa do Estado Brasileiro e, porque não, do Estado Angolano, no processo de engrandecimento da corporação. Conquanto, pontua-se a estratégia de inserção internacional brasileira, via política externa, relacionada com os auxílios do BNDES, para o lançamento, ou aumento, da imagem de *player* internacional, subscrevendo nessas atividades a incidência sistêmica.

Com o mapeamento feito pode-se observar a relevância que a empresa detém nas articulações locais e na expansão econômica do país, Angola, que para além das construções físicas proporcionou outras atividades conexas com a construção do crescimento socioeconômico da região.

Chama-se atenção para o fortalecimento das relações da companhia com as outras instituições locais e estrangeiras, sitiadas em Angola, e com a sinergia existente entre o Governo Angolano e as atividades da empresa. Essa situação de familiaridade auxilia na continuação da empresa no país, já que se emaranha no tecido político, econômico e social do país africano, sendo assim ao se

⁵² Assinou contrato de venda de energia elétrica, a partir da biomassa, para o Governo de Angola (ODEBRECHT, 2014, 2015).

⁵³ Companhia privada angolana, presidida por Leopoldino Fragoso do Nascimento, componente de base aliada do MPLA, a qual possui presença diversa no mercado do país (GAIO, 2017).

“institucionalizar” na região consegue resguardar maior poder de influência e consolidar um “Soft Power” comercial.

Ademais da particular condicionante presença, ressalva-se a diversificação dos negócios que a empresa constituiu em Angola, visto que a sua atuação perpassa o escopo da construção civil, para desempenhar iniciativas no setor da mineração, da agroindústria e até o âmbito mais comercial, com o Belas Shoppings e a rede de supermercados. Sublinhando aqui a magnitude desses outros empreendimentos.

Reitera-se a essência das atividades da empresa no país. De um lado ela opera a construção de obras de infraestruturas, sendo muitas de natureza básica ou em setores sensíveis da economia, como é o caso do petróleo que é a principal matéria prima exportada de Angola. Do outro lado, mantém sobre o seu domínio obras de singela natureza, como é o caso da extração de diamantes, outro grande motor da economia, da primeira rede retalhista de exercício nacional ou do primeiro Shopping Center de Angola, sem contar no maior investimento do setor privado, afora o mercado de petróleo, que é a agroindústria BIOCUM.

Do outro lado, a organização operacionaliza uma intensa relação com as instituições de ensino local, com a sociedade nativa, ao executar uma ampla gama de programas sociais que são destinados a inserir positivamente as operações em atividade da empresa, somando a preservação de uma cuidadosa imagem com referência a responsabilidade socioambiental da companhia, e pra circundar todas as ações ainda retém boas relações com a mídia local, como expõe em seus relatórios anuais.

Toda essa ciranda, facilita e ajuda, a legitimar a atuação da empresa no país, ainda mais porque ela proporciona situações que não são todos os agentes corporativos, e até mesmo públicos, que se oferecem a instituir. A melhor exemplificação disso está disposta na natureza dos programas sociais da instituição, neles ela auxilia a realizar ações de responsabilidade do Estado, ao cuidar da saúde, da educação e do saneamento básico, por exemplo. Mais que isso, ela auxilia na inserção financeira das comunidades e ajuda essas a organizarem a sua própria gestão. Para o povo angolano, que é um povo carente de cuidados públicos, tudo o que a empresa oferece se faz grandioso, partindo aqui das premissas existentes nos relatórios.

Quando se perpassa os documentos da empresa, entrando mais detalhadamente na esfera do jornalismo investigativo, tem-se como observar certas inconstâncias nas ações da empresa, no território angolano, mas nada que se possa fazer plausível empiricamente. Assim, se tem como instigar perguntas a respeito de um marketing tão positivo, porém não há como comprovar essa negativa cientificamente, justificativa a qual o devido material não se fez presente nessa pesquisa.

Apesar de tudo isso, já com os próprios documentos disponibilizados pela companhia consegue-se entender criticamente que esta tem respaldo positivo, de sua atuação, pela determinante fragilidade do Estado Angolano e pela carência da sua população, ademais de suas competências técnicas.

Para finalizar, deixa-se consideração a respeito da transparência institucional da Odebrecht, atendo-se ao fato de que a empresa iniciou um fortalecimento nessa direção em meados da década de 2000, intensificando na medida em que os processos públicos contra a companhia se compilavam, movimento esse que acompanhou a ênfase dada à responsabilidade socioambiental pela empresa, evidenciando o cuidado com os seus integrantes. Esse fluxo foi bastante percebido nas questões tangentes à atuação da empresa em Angola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Lula da Silva foi marcado por uma ativa atuação internacional, sendo esta observada na assídua participação nos fóruns internacionais, pela fomentação da diversificação de parcerias, ao dar ênfase nas relações com o Sul Global, sem romper suas relações com o Norte, e ao impulsionar a atuação de atores nacionais no ambiente internacional.

Todas essas projeções foram articuladas em sintonia com bases, políticas e econômicas, complacentes com os interesses governamentais, ao mesmo tempo influentes na condução das políticas adotadas por este. Essa dinâmica construtiva também é semelhante nos outros países, cada qual com suas características, sendo a harmonia entre as dinâmicas internas, dos Estados interlocutores, fundamental para a manutenção, e ampliação, das relações existentes.

A construção gradual da amizade entre Brasil e Angola, desde os anos iniciais da independência desse último até os dias atuais, intensificadas pelas dinâmicas internas de cada país ao longo do tempo culminaram por proporcionar base para a atuação do grupo econômico das empreiteiras brasileiras. As modulações do “partido-estado”, MPLA e sua base “supra-étnica” com a diplomacia presidencialista, de ambos os países, motivaram a internacionalização do capital brasileiro em dito país.

Não se pode esquecer, no entanto que a histórica interação entre essas nações é importante para se compreender o desenrolar da trajetória desse grupo econômico. Vale claro lembrar que mais que a manutenção de uma próspera relação, a atuação particular das competências empresariais e a dinâmica da economia local, a possibilidade da garantia do petróleo e a carência por infraestruturas são variantes condicionantes para o estabelecimento dessa parceria, e para a prosperidade da mesma.

Ademais, o contexto internacional dos anos 2000 e a força dos países emergentes também foram agentes incentivadores da atuação brasileira no cenário internacional, e como consequência dos grupos empresariais brasileiros. A política de incentivo a internacionalização do BNDES, propagada sobre uma visão econômica de fomento ao crescimento da econômica nacional, que foi facilitada com o boom das commodities e a sua projeção anticíclica, somadas as suas vantagens comparativas de créditos, se tornou essencial para essa atuação brasileira.

A Odebrecht, propriamente dita, mediada pela correlação dos atores estatais se lançou no mercado angolano e conquistou o seu espaço. Atualmente, essa corporação é a mais antiga e o maior conglomerado brasileiro atuante no país, também sendo catalogada como a maior empresa privada do país, por estudiosos do tema.

Pode-se com esse estudo observar que a organização, no seu negócio de Engenharia e construção, obteve grande desempenho durante os anos de 2007-2010, em consonância com a evolução dos empréstimos do BNDES ao país africano. Paralelamente a isso, também se teve como notar a amplificação das ações da corporação em Angola e como o desenlace dos projetos, de infraestrutura e seus outros negócios, aconteciam em conjunto com as outras atividades não comerciais, seus programas sociais, que fortificavam a significância da mesma na região.

Ao mesmo tempo, entrou-se em contato com várias fontes bibliográficas que atestaram a profunda relação entre a instituição com o corpo governativo de Angola, onde esta parceria teria vindo a auxiliar na promoção das ações da empresa, conforme defendido até o momento. Assim, a fama da organização perante as instituições governativas locais, respaldada na atuação da mesma durante a guerra civil e no seu compromisso com a sociedade, que se propaga pelos programas sociais e pela tentativa de captação da mão de obra local, com os seus projetos de formação profissional, favoreceram na legitimação das ações da empresa e na conquista por uma imagem positiva na atuação local, e junto ao governo.

Para além, observa-se uma situação de complementariedade e de satisfação por parte do governo local e brasileiro e da empresa. O governo brasileiro consegue alimentar seu interesse nacional, a empresa angaria lucros significativos, ampliando suas receitas com a diversificação de mercados, e Angola consegue consolidar estruturas para o reestabelecimento, e crescimento, das suas atividades econômicas.

Vale salientar, apesar de não ser esse o objeto de pesquisa desse trabalho, que a Organização Odebrecht S.A esteve envolvida em processos judiciais no Brasil, que levaram diretores da empresa a realizarem delações premiadas, processo o qual se resultou na condenação de muitos agentes políticos e econômicos envolvidos. Ademais vale sublinhar a intrínseca relação entre agentes privados, o Estado e as empresas públicas, interação esta que se retroalimenta e é capaz de desenhar estratégias que mantenham forte e ampliem o poder dessas entidades, progressivamente. Este tripé foi apresentado nesse trabalho através da ação da Organização Odebrecht S.A, do Estado brasileiro, e em parte angolano, e do BNDES.

De modo a concluir tem-se então que a política externa adotada pelo governo Lula da Silva, com grande ênfase na Cooperação Sul-Sul (CSS), estimulou a atuação de grupos econômicos nacionais no cenário internacional, gerando retorno financeiro aos mesmos, portanto a CSS esteve rodeada de interesses econômicos e políticos estratégicos do Estado brasileiro. Em contrapartida o Governo de Angola lançou uma política de atração do investimento internacional para o seu

crescimento, que foi abraçada por agentes econômicos brasileiros, para instaurar suas necessidades nacionais, entre elas a reconstrução civil do pós-guerra civil. Nesse caso, a partilha de intenções complementares funcionou como impulsionadora da atuação das empresas de construção civil e infraestrutura, que auxiliadas pela fonte financeira do BNDES, alcançaram ganhos na sua internacionalização. Dessa maneira a Odebrecht aproveitou esse movimento e conseguiu consolidar-se em Angola, utilizando ademais de sua capacidade técnica, elementos que vieram a legitimar esse processo. Assim, a mesma se transformou em um importante agente da política externa brasileira, que conseqüentemente impactou sua forma de inserção internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, A. E.; RAMPINI, J. M. A Cooperação Brasileira Para O Desenvolvimento Com Angola E Moçambique: Uma Visão Comparada. In: JÚNIOR, H. R.; AYERBE, L. F. (. **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. [S.l.]: Cultura Acadêmica, 2015. p. 81-112.

ALÉM, A. C.; CAVALCANTI, C. E. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, Dezembro 2005.

ALMEIDA, P. R. D. Brasil en el escenario global: aspectos de su actual política exterior. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, n. 22, p. 97-120, 2008. ISSN ISSN: 1137-8875.

ALVES, C. A. D. J. **Política Externa Angolana**. Coimbra: Universidade De Coimbra, 2013. 193-217 p.

ANDIMA, A. N. D. I. D. M. F.; ABRASCA, A. B. D. C. A. **O que são debêntures?** [S.l.]: ANDIMA e ABRASCA, 2008. 01-02 p.

BADIN, M. R. S.; MOROSINI, F.; JUNIOR, E. C. X. A Regulação de Investimentos entre Brasil e Angola: Condicionantes Internos, Contexto Internacional e a Construção do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 222-248, Janeiro-Junho 2016.

BNDES. **BNDES**. [S.l.]: [s.n.], s.d. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 18 março 2018.

BRASIL. Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 55, 21 março 2017. 84-88. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/03/2017&jornal=1&pagina=84&totalArquivos=96>>. Acesso em: 03 Abril 2018.

BRASIL. **Perguntas Frequentes**. Brasília: MRE, 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#I.3>>. Acesso em: 28 maio 2018.

BUGIATO, C. M. A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro.**, p. 01-12, Setembro 2013.

CABRAL, L. Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: tendências e desafios. **Textos Cindes**, v. 26, p. 01-39, 2011.

CALDUCH, R. **Dinámica de la sociedad internacional**. Madrid: CEURA, 1993.

CAMPOS, G. S. Nuevos Donantes Y Cooperación Sur-Sur: Estudios De Caso. **La Cooperación Sur-Sur: Una Aproximación Introductoria**, Madrid, p. 07-17, 2011.

CARTEMOL, F. O BNDES e o Apoio às Exportações. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. **O BNDES e um Brasil em Transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 163-176.

COLACRAI, M. **Escenarios Y Desafíos De La Cooperación Sur-Sur A 30 Años De La Declaración De Buenos Aires**. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto: Republica Argentina. [S.l.], p. 74-137. 2009.

COMPLEXITY, T. O. O. E. The Observatory of Economic Complexity. **The Observatory of Economic Complexity**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>>. Acesso em: 16 Março 2018.

CORRÊA, A. R.; CASTRO, D. D. Transnacionalismos e Paradiplomacia nas relações econômicas Brasil-Angola: o caso da construção de Capanda pela Construtora Odebrecht. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 274-301, Janeiro-Junho 2016.

COTOCA, S. M. D. A Empresa COTOCA. **Sociedade Mineira de COTOCA**. Disponível em: <http://www.catoca.com/empresa_catoca.asp>. Acesso em: 22 Abril 2018.

FONSECA, B.; MOTA, J. BNDES, para exportação. **A Pública - Agência de Jornalismo Investigativo**. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

FONSECA, L. H. P. D. La visión de Brasil sobre la cooperación internacional. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, n. 22, p. 63-78, 2008. ISSN ISSN: 1137-8875.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Ponto IV**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>>. Acesso em: 28 maio 2018.

GAIO, G. A economia política angolana e sua gênese público-privada: uma análise das construtoras brasileiras em Angola. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 65-78, 2017.

JOSÉ, J. **A Política Externa De Angola: Novos Regionalismos E Relações Bilaterais Com O Brasil**. Porto Alergre: [s.n.], 2011. 69-117 p.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observador Online**, v. 07, n. 03, p. 01-40, 2012.

LEITE, P. S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luis Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2011. 31-39/55-77 p.

LESSA, A. C.; COUTO, L. F.; FARIAS, R. D. S. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 89-109, Janeiro-Junho 2009.

LIMA, M. R. S. D. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 1, n. 48, p. 01-36, 2005.

LIMA, S. E. M.; (ORGANIZADORES), L. C. V. G. S. **Quarenta Anos Das Relações Brasil-Angola: Documentos E Depoimentos**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2015.

LIMA, S. E. M.; SANTOS, L. C. V. G. **Quarenta Anos Das Relações Brasil-Angola**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2015. 09-260 p. ISBN ISBN 978-85-7631-575-9.

LUSA. Angola extingue Agência Nacional de Investimento Privado: Extinção da entidade já tinha sido aprovada em Julho. Nova agência fica com os activos e passivos da ANIP. **Público - a verdade é um bem público**, 01 Outubro 2015. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2015/10/01/economia/noticia/angola-extingue-agencia-nacional-de-investimento-privado-1709728>>. Acesso em: 04 Maio 2018.

MACFARLANE, N. Taking Stock: The Third World and the End of the Cold War. In: FAWCETT, L.; SAYIGH, Y. **The Third World beyond the Cold War: Continuity and Change**. New York: Oxford University Press, 1999. p. 15-33.

MALAQUIAS, A. Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations. **SAIIA Occasional Paper No 84**, p. 1-21, 2011.

MANSUR, Y. S.; TEODÓSIO, A. D. S. D. S. Participação das organizações da sociedade civil na cooperação Sul/Sul: em busca de um modelo de análise nos estudos em administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 676-682, julho/setembro 2016.

MELLO, P. A. S.; MARINHO, S. M. M. Impactos da Cooperação? O caso dos bancos nacionais de desenvolvimento do Brasil e de Angola. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 302-328, Janeiro-Junho 2016.

MILANI, C. R. S. APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio/agosto 2012. ISSN ISSN: 0103-4979.

MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 11-35, janeiro-julho 2013.

MIYAMOTO, S. As grandes linhas da política externa brasileira. **Textos para discussão CEPAL-IPEA**, Brasília , p. 07-31, 2011.

ODEBRECHT, O. **Odebrecht**. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>>. Acesso em: 28 Março 2018.

ODEBRECHT, O. **Relatório Anual 2008 da Odebrecht S.A.** [S.l.]: Odebrecht S.A, 2008. 01-52 p.

ODEBRECHT, O. **Odebrecht 2009**. [S.l.]: Odebrecht S.A, 2009.

ODEBRECHT, O. **Odebrecht 2010 - 2020**. [S.l.]: Odebrecht S.A, 2010. 01-68 p.

ODEBRECHT, O. **Relatório Anual 2011 da Odebrecht S.A.** [S.l.]: Odebrecht S.A, 2011.

ODEBRECHT, O. **30 Anos de Compromisso com Angola**. [S.l.]: Odebrecht S.A, 2015. 01-112 p.

ODEBRECHT, O. + **Compromisso**. [S.l.]: Odebrecht S.A, 2016.

OLIVEIRA, H. A. D. **Política Externa Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 01-28 p. ISBN ISBN 978-85-02-05192-885-02-05192-X.

OPPERMANN, A. D. B. **Angola: Projeção De Poder E O Impacto Nas Relações Interegionais (2002-2015)**. Porto Alegre: [s.n.], 2016. 24-49 p.

- PACHECO, S. E. P. **Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: o Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul.** Belo Horizonte: [s.n.], 2010. ISBN 22-58.
- PECEQUILO, C. S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, n. 51, p. 136-153, 2008.
- PINO, B. A. Transformações Globais, Potências Emergentes E Cooperação Sul–Sul: Desafios Para A Cooperação Europeia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 233-249, Maio-Agosto 2012.
- PIRES, J. M. **A Problemática Da Equivalência Terminológica Nas Negociações Internacionais: O Caso Do Ministério Das Relações Exteriores (Mirex) De Angola.** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015. 05-25 p.
- RAIMUNDO, E. A. C. **O Impacto do Investimento Directo Estrangeiro no Crescimento Económico de Angola: Estudo de Caso na Empresa Odebrecht.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escolas de Ciências Económicas e das Organizações, 2017. 14-23/43-62 p.
- RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. **Novos Estudos**, p. 35-58, Julho 2010.
- RIZZI, K. R. **Relações Brasil-Angola No Pós-Guerra Fria: Os Condicionantes Internos E A Via Bilateral.** Porto Alegre: [s.n.], 2005. 38-84 p.
- RODRIGUES, P. C. D. S.; GONÇALVES, S. D. Política Externa e Investimentos Brasileiros em Angola. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 249-273, Janeiro-Junho 2016.
- SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, n. 50, p. 42-59, 2007.
- SARFATI, G. **O Terceiro Xadrez: Como as Empresas Multinacionais Negociam nas Relações Economicas Internacionais.** São Paulo: [s.n.], 2006. 14-84 p.
- SATO, E. Cooperação Internacional: Uma Componente Essencial Das Relações Internacionais. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação E Inovação Em Saúde**, Rio De Janeiro, v. 4, n. 1, p. 46-57, 2010.
- SOUZA, A. M. O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. **Meridiano 47**, v. 11, n. 120, p. 47-53, Julho-Agosto 2010.
- VEIGA, P. D. M. A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 116, p. 04-19, julho-setembro 2013.
- ZARPELON, J. T. G. **Doador Emergente Do Sul: Cooperação Técnica Internacional Prestada Pelo Brasil Na Área Da Saúde No Governo Lula.** Florianópolis: Universidade Federal De Santa Catarina, 2016. 54-72 p.